

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA**

Iago Mello Batistela

**NOMES FICCIONAIS: UMA ABORDAGEM
REFERENCIAL-REFLEXIVA**

Florianópolis

2019

Iago Mello Batistela

**NOMES FICCIONAIS: UMA ABORDAGEM
REFERENCIAL-REFLEXIVA**

Dissertação submetida ao Programa
de Pós-Graduação em Filosofia para
a obtenção do Grau de Mestre em Fi-
losofia.
Orientador: Prof. Dr. Celso Reni Braidá

Florianópolis

2019

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Batistela, Iago Mello

Nomes ficcionais: uma abordagem referencial reflexiva / Iago Mello Batistela ; orientador, Celso Reni Braidá, 2019.

150 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Florianópolis, 2019.

Inclui referências.

1. Filosofia. 2. Nomes próprios. 3. Ficção. 4. Referencialismo. 5. Teoria referencial-reflexiva. I. Braidá, Celso Reni. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Filosofia. III. Título.

Iago Mello Batistela

“NOMES FICCIONAIS: UMA ABORDAGEM REFERENCIAL-REFLEXIVA”

Esta dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de “Mestre em Filosofia”, e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia.

Florianópolis, 27 de fevereiro de 2019.



Prof. Roberto Wu, Dr.
Coordenador do Curso

Banca Examinadora:



Prof. Celso Reni Bralda, Dr.
Orientador
Universidade Federal de Santa Catarina



Prof.^a Roberta Pires de Oliveira, Dr.^a
Universidade Federal de Santa Catarina



Eduarda Calado Barbosa Abath, Dr.^a
IIF – SADF, Buenos Aires

Para Cláudia e Reinaldo.

AGRADECIMENTOS

Esse trabalho foi inicialmente planejado como uma discussão clara, precisa, e sucinta sobre um tratamento referencialista para nomes ficcionais. Durante o período de escrita aprendi que clareza e precisão são atributos difíceis de se alcançar; por conseguinte, aceitei a ideia de que esse trabalho não seria tão sucinto quanto o planejado. Agradeço ao meu orientador, Celso Reni Braidá, pela insistência, necessária e pedagógica, no fato de que uma pesquisa deve não só manter clara a estrutura do problema trabalhado, mas também estabelecer o escopo a ser abordado no decorrer da investigação. Sou grato pelos livros, conversas, críticas e conselhos. Obrigado.

No decorrer de minha formação, meus interesses variaram entre filosofia da linguagem, lógica, linguística, ontologia, e metafísica. Esses interesses só foram nutridos devido ao incentivo de meus professores. Sou grato em especial a Cezar Augusto Mortari e Roberta Pires de Oliveira pelo interesse em meu trabalho; o convívio com ambos, dentro e fora da academia, foi uma importante motivação durante esse período. Agradeço também a Mônica Monawar e Giuseppe Varaschin pelos esclarecimentos de minhas inquietações acerca da interseção entre lógica, filosofia da linguagem, e linguística.

Esse trabalho não seria o que é sem o convívio com meus colegas de departamento. Sou grato especialmente a Italo Lins Lemos, Valde-
nor Monteiro Brito Jr., e Luiz Felipe Lauer, que participaram de grupos de discussões importantes nas primeiras fases do desenvolvimento desse trabalho; a posição filosófica de cada um foi considerada na elaboração de minhas opiniões. Agradeço também a Jonas Becker Arenhanrt e, novamente, Roberta Pires de Oliveira pelas considerações realizadas em minha banca de qualificação. Sou grato também a Eduarda Calado que aceitou participar, junto com Roberta Pires de Oliveira, de minha banca de defesa.

Por fim, esse trabalho não teria sido concluído sem as correções, discussões, distrações, reclamações, e a compreensão de Lenise Câmara Franco; obrigado. Agradeço a Thor João de Souza Veras, pela amizade, pelos livros, pelas arguições, e pelos bares; sua companhia, da sala do vestibular à sala de defesa, foi muito apreciada. Meus pais, Ana e

Airton, e minha irmã, Ayla, também são alvos de minha gratidão, por tornaram possível minha estadia em Florianópolis da graduação ao fim do mestrado. Agradeço também ao CNPq pelo incentivo financeiro importante para o desenvolvimento de qualquer pesquisa.

Agradeço a todos os meus amigos, de dentro e fora da filosofia, especialmente aqueles que contribuíram indiretamente com esse trabalho em discussões de livro, jogos, e histórias. Agradeço a Cláudia e Reinaldo que, junto com Cleyton, Jorge, Mateus, e Rafael, aos meus 15 anos, me apresentaram os livros que um dia dariam início ao meu interesse nessa discussão. Por fim, sou grato aos indivíduos que frequentaram o Núcleo de Estudos Gramaticais durante a escrita dessa dissertação, providenciando uma necessária distração.

Todos os cafés foram bem-vindos.

“I keep telling you: it’s the mystery that endures. Not the explanation.”

Neil Gaiman, *The Sandman* 40: The Parliament of Rooks.

RESUMO

Esse trabalho tem como objetivo apresentar um tratamento referencialista para nomes ficcionais. Nomes ficcionais são nomes próprios de personagens presentes em histórias da ficção. Tradicionalmente, nomes ficcionais apresentam um problema para teorias referencialistas. O referencialismo acerca de nomes próprios assume que o significado dessa expressão é dado por seu referente. Do mesmo modo, o referencialismo propõe que a contribuição de um nome próprio para a proposição expressa no proferimento de uma sentença é dado por esse indivíduo. Personagens ficcionais, entretanto, não existem; logo, nomes ficcionais não possuem referente. Por conseguinte, segundo o referencialismo, nomes de personagens ficcionais não possuem significado; do mesmo modo, o proferimento de sentenças contendo nomes ficcionais expressam no máximo uma proposição incompleta. Essa conclusão é indesejada, dado que utilizamos nomes ficcionais com sucesso na comunicação de informações acerca de personagens da ficção. De modo complementar, certos proferimentos de sentenças contendo nomes ficcionais parecem veicular informações verdadeiras ou falsas. De que modo o referencialista atribui valor de verdade a esses proferimentos? De modo a proporcionar uma solução a esses problemas, os usos de sentenças contendo nomes ficcionais são divididos em categorias de uso em relação ao objetivo do falante na comunicação de informações. Cada uso é dividido de acordo com as condições de verdade relacionadas ao proferimento. A saída referencialista investigada é a teoria referencial-reflexiva. Essa proposta assume que proferimentos de sentenças expressam não só um conteúdo relacionado aos referentes das expressões utilizadas, mas também veiculam um conjunto de proposições associadas ao modo como compreendemos o funcionamento das expressões utilizadas; essas proposições veiculam conteúdo referencial. Diferentes proferimentos exploram diferentes conteúdos e diferentes condições de verdade, de acordo com a informação pressuposta disponível e o objetivo da conversa. É apresentado, desse modo, o tratamento para nomes próprios proposto por essa alternativa; em seguida, o tratamento é estendido de modo a abarcar nomes sem referentes. Por fim, a proposta é adaptada para dar conta dos usos de nomes ficcionais previamente apresentados.

Palavras-chave: Nomes próprios. Nomes vazios. Ficção. Referência. Teoria referencial-reflexiva.

ABSTRACT

The objective of this dissertation is to present a referentialist treatment of fictional names. Fictional names are proper names of fictional characters. Traditionally, fictional names present a threat to referentialism. Focusing on proper names, referentialism assumes that the meaning of a proper name is given according to its referent. In the same vein, referentialism proposes that the contribution made by a proper name in the utterance of a sentence is given by the object it refers to. Fictional characters, however, do not exist. As a consequence, fictional names have no meaning and make no contribution to propositions. This conclusion is far from ideal, as fictional names are still used to successfully convey information about fictional characters. Adding to the problem, the information conveyed by these utterances seems to be truth-evaluable. How should the referentialist evaluate these utterances? As a starting point for a solution, utterances of sentences containing fictional names are divided in categories according to the objective the speaker has in relation to the information conveyed. Truth-conditions are then proposed for each category. The referentialist proposal investigated here is the referential-reflexive theory. This proposal assumes that, along with a proposition made of referential content, utterances of sentences convey an extra set of propositions related to the knowledge about the utterance itself; these propositions are based on reflexive content. Different utterances can explore different kinds of content that are related to different truth-conditions. Exploring these contents, a treatment for names without referents is presented; based on it, a treatment for fictional names is proposed. At last, some adjustments are made so that the final product can deal with the uses of fictional names as previously presented.

Keywords: Proper names. Empty names. Fiction. Reference. Referential-reflexive theory.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
1.1 CONTEXTO E PROPOSIÇÕES	22
2 FICÇÃO	27
2.1 NOMES FICCIONAIS E REFERENCIALISMO	28
2.1.1 Nomes vazios e lógicas livres	32
2.1.2 Referencialismo, nomes vazios, e ficção	36
2.2 NOMES FICCIONAIS	39
2.2.1 Usos paraficcionais e metaficcionais	42
2.2.2 Além de usos para/metaficcionais	50
2.3 O DEBATE ADIANTE	56
3 A TEORIA REFERENCIAL-REFLEXIVA	59
3.1 REFERÊNCIA DIRETA	63
3.1.1 Designadores rígidos	64
3.1.2 Proposições singulares	69
3.2 REDE DE NOÇÕES E CONTEÚDO REFLEXIVO	75
3.2.1 Fixando o referente	76
3.2.2 Reflexividade	83
3.3 UM TRATAMENTO REFLEXIVO-REFERENCIAL PARA NOMES PRÓPRIOS	89
4 NOMES VAZIOS	93
4.1 UM TRATAMENTO REFERENCIAL-REFLEXIVO PARA NOMES VAZIOS	94
4.1.1 Rede de noções e blocos	95
4.1.2 Troca de informações e conteúdo reflexivo	99
4.2 NOMES FICCIONAIS	104
4.2.1 Reflexividade e discurso sobre a ficção	105
4.2.2 Conteúdo referencial?	116
4.3 UM TRATAMENTO REFLEXIVO-REFERENCIAL PARA NOMES FICCIONAIS	121
5 CONCLUSÃO	125
5.1 CONSIDERAÇÕES FINAIS	131
REFERÊNCIAS	135
APÊNDICE A – Sentenças e proposições	145

1 INTRODUÇÃO

O objetivo desse trabalho é analisar o modo como uma abordagem referencialista pode solucionar os problemas envolvidos em um tratamento de nomes próprios de personagens ficcionais. Esse trabalho, desse modo, investiga uma classe de termos singulares: nomes próprios. Termos singulares designam objetos; o modo como essa designação é realizada é pressuposta pela teoria da referência que permeia esse trabalho como um todo: o referencialismo. De modo mais claro, podemos caracterizar referência como “uma relação que se dá entre certos *tokens* representacionais e certos objetos”(REIMER; MICHAELSON, 2017). Sendo assim, termos singulares são expressões referenciais que têm como função selecionar um objeto estabelecendo o que é dito como acerca desse objeto. Esse trabalho analisa certa sub-classe de termos singulares: **nomes próprios**. Como ponto de partida, permeando o trabalho como um todo, o tratamento para nomes próprios investigado, problematizado, e defendido por esse trabalho é o referencialismo.

Referencialismo é uma teoria da referência, i.e. uma teoria acerca de como se dá a relação entre termos singulares e o objeto designado por essas expressões. Tratando-se de nomes próprios, a proposta afirma que a relação entre o nome próprio e o objeto designado por esse nome é direta, isto é, não é mediada por condições de identificação relacionadas ao objeto. De modo mais claro, podemos afirmar que o significado de um nome próprio é, segundo o referencialismo, dado pelo referente desse nome.

O referencialismo, por sua vez, pode ser compatível com diversas posições. O tipo de referencialismo analisado nesse trabalho é o **referencialismo crítico**, assumido por autores como Perry (1997, 2001) e Recanati (1993). O referencialismo crítico parte da intuição exposta por Frege (1892) e assume que é papel de uma teoria da referência explicar as diferenças cognitivas que um indivíduo relaciona a sentenças contendo expressões referenciais. Dentre as possíveis propostas que assumem um referencialismo crítico, o trabalho explora a abordagem **referencial-reflexiva** desenvolvida por Perry (2001). Essa abordagem assume, assim como o referencialista, que o conteúdo da proposição expressada pelo proferimento de uma sentença contendo um termo singular envolve o referente desse termo. Estendendo a base referencialista de modo a dar conta dos problemas cognitivos, o autor propõe que o escopo de informações comunicado pelo proferimento de uma sentença vai além do conteúdo fornecido pelo referente que relacionamos às expres-

sões utilizadas, envolvendo também um conjunto de informações que refletem o que usualmente tomamos como já fixado em uma conversa.

Por fim, esse trabalho investiga uma sub-classe de nomes próprios: nomes ficcionais. **Nomes ficcionais** são nomes próprios relacionados a personagens presentes em histórias de ficção. Intuitivamente, assumimos que personagens ficcionais não existem. Nomes ficcionais, assim sendo, apresentam um obstáculo para o referencialismo ingênuo: temos que o significado de um nome próprio é estabelecido pelo objeto referido por esse nome; dado que não há objetos ficcionais, nomes ficcionais não são relacionados a um objeto; por fim, podemos concluir que nomes ficcionais não possuem significado. Essas expressões, entretanto, desempenham sua função de nome próprio tão bem quanto nomes com referente: utilizamos nomes ficcionais com êxito para transmitir informações que relacionamos a personagens da ficção em conversas no dia-a-dia¹

Em sua apresentação da proposta referencial-reflexiva, Perry (2001) tem como motivação solucionar o problema de nomes próprios sem referente. Tratando-se especificamente de nomes ficcionais, entretanto, o autor aponta que:

“Acredito que o referencialista possa dar conta do fato de que diferentes afirmações acerca de diferentes personagens ficcionais ou mitológicos possuem condições de verdade diferentes mesmo na ausência de condições de verdade referenciais. [...] Entretanto, não ofereço qualquer teoria detalhada sobre o tema, ao menos por agora” (KORTA; PERRY, 2011, pg. 89)².

Algumas soluções baseadas na abordagem foram propostas por Friend (2011, 2014) e Ponte, Korta e Perry (no prelo). Esses autores têm como preocupação apenas alguns usos específicos de nomes ficcionais. A investigação apresentada aqui procura estender e analisar a eficácia da teoria referencial-reflexiva na solução de problemas relacionados à maior parte dos usos de nomes ficcionais.

O capítulo 2 apresenta e discute os problemas que o referencialista ingênuo enfrenta em seu tratamento de nomes sem referente. A seção 2.1 consiste em uma rápida caracterização desse referencialismo

¹O ponto, entretanto, é debatível. Há autores, como Predelli (2017), que tomam nomes ficcionais como uma classe de expressões diferentes de nomes próprios, especificamente pela falta de referente. É inegável que, entretanto, em uma conversação, nomes ficcionais desempenham uma função muito semelhante a de nomes próprios. Esse será nosso ponto de partida.

²Todas as traduções foram realizadas pelo autor.

e uma discussão acerca de como estabelecer o valor de verdade de proposições expressas por proferimentos de sentenças contendo nomes sem referente. A discussão apresenta uma caracterização de lógicas livres neutras e negativas, partindo de considerações feitas por Burge (1974) e Sainsbury (2009). Por fim, com base nos problemas identificados por Braun (1993, 2005), dois desafios são propostos a teorias referencialistas que têm como objetivo tratar de nomes próprios que não possuem objetos de referência.

A seção 2.2 aprofunda-se nos usos de nomes ficcionais e investiga as peculiaridades presentes nos diferentes usos realizados em proferimentos de sentenças contendo nomes próprios de personagens ficcionais. Inicialmente é apresentado o paradoxo da ficção, assim como caracterizado por Maier (2017a). Uma solução para o paradoxo é apresentada utilizando a distinção entre usos paraficcionais e metaficcionais proposta por Voltolini (2006). Esses usos são caracterizados e apontam uma característica importante a ser considerada por toda proposta cujo objetivo é apresentar um tratamento satisfatório para nomes ficcionais. Por fim, além dos usos paraficcionais e metaficcionais, também são identificados usos ficcionais (VOLTOLINI, 2006), decretos autorais (RAMI; ZIMMERMANN, 2017; NINAN, 2017), usos compostos (PONTE; KORTA; PERRY, no prelo), e usos mistos e interficcionais (CURRIE, 1990; WALTON, 1990).

O capítulo 3 apresenta considerações específicas sobre o referencialismo acerca de nomes próprios em condições usuais, onde o nome utilizado possui um referente. O objetivo do capítulo é apresentar a teoria referencial-reflexiva e o modo como essa caracteriza nomes próprios com referentes. A seção 3.1 caracteriza o que a maior parte dos tratamentos referencialistas possui em comum. Nomes próprios, nessa seção, são contrastados com descrições definidas e indexicais. Como base são apresentadas as considerações propostas por Kripke (1980), Donnellan (1966, 1970), e Kaplan (1989b), que reestabeleceram o referencialismo como a posição dominante na segunda metade do século XX. Assim sendo, é exposto o modo como o referencialismo analisa o comportamento de nomes próprios com referentes e de que modo o referente de um termo singular se relaciona com a proposição expressada em proferimentos de sentenças contendo expressões referenciais.

A seção 3.2 expõe as considerações feitas por Perry (2001) e Korta e Perry (2011) acerca do referencialismo ingênuo de modo a estender a abordagem para um referencialismo crítico. Inicialmente é exposto o tratamento de Perry (2001) para nomes próprios. Essa proposta tem como base a ideia de cadeias histórico-causais desenvolvidas por

Kripke (1980), Donnellan (1970), e Evans (1973, 1982). É incrementada a esse tratamento a ideia de que todo ato de referência é guiado por um arquivo mental, cuja função é auxiliar o compartilhamento e o armazenamento de informações. Como resultado, desse modo, temos uma proposta de rede de noções, onde estabelecemos uma cadeia histórico-causal compartilhada por um conjunto de indivíduos que tiveram seu ato de referência guiado pelo mesmo tipo de arquivo mental. Em seguida é explicitada a parcela “reflexiva” da teoria referencial-reflexiva. Responsável pelas diferenças cognitivas relacionadas por um indivíduo a uma sentença, Perry (2001) propõe que, dado um proferimento dessa sentença, são veiculados diversos tipos conteúdos estabelecidos por informações disponíveis aos participantes de uma conversa. Esses conteúdos são reflexivos, seguindo Reichenbach (1947), pois são regidos por regras que atribuem valor semântico a proferimentos (*tokens*) de sentenças, e não à sentença em si (*type*), em conjunto com os parâmetros estabelecidos pelo contexto.

O capítulo 4 estende o tratamento de nomes próprios com referente de modo a dar conta dos problemas identificados em um tratamento de nomes sem referente. A seção 4.1 apresenta considerações gerais acerca de nomes sem referente, estabelecendo a base para a solução dos problemas identificados no capítulo 2. O tratamento referencial-reflexivo para nomes vazios apresentado por Perry (2001) é caracterizado e algumas considerações são realizadas. A seção 4.2 propõe uma extensão dessa abordagem de modo a dar conta das peculiaridades identificadas nos usos de nomes ficcionais. A base para a proposta é o tratamento para usos paraficcionais proposto por Ponte, Korta e Perry (no prelo). Por fim, algumas considerações acerca do conteúdo referencial são realizadas. Diversas abordagens referencia-listas assumem que, dado o proferimento de uma sentença contendo um nome sem referente, a proposição resultante desse proferimento em relação ao conteúdo referencial é dada por uma proposição lacunada (BRAUN, 1993, 2005; TAYLOR, 2000; ADAMS; FULLER; STECKER, 1997). Problemas com a noção de proposição lacunada em relação ao próprio conceito de proposições são apresentados, partindo de considerações feitas por Mousavian (2011). Proposições lacunadas podem ser incorporadas em uma abordagem referencial-reflexiva; nesse tratamento, entretanto, essas proposições são dispensáveis.

Antes de adentrarmos na discussão, algumas considerações acerca das pressuposições teóricas assumidas aqui são necessárias.

Notas sobre ficção

Discussões relacionadas a personagens ficcionais na filosofia analítica contemporânea se colocam especialmente em três áreas: filosofia da linguagem, ontologia e metafísica, e estética e filosofia da arte. O debate da filosofia da linguagem tem em foco o modo como compreendemos a linguagem ordinária e como caracterizamos seu uso na ficção: esse é o objeto de estudo desse trabalho. O debate ontológico tem como foco questões acerca da existência de personagens ficcionais e como esses objetos devem ser concebidos. O debate da estética e filosofia da arte tem como foco o modo como estabelecer o que caracteriza uma obra literária como uma obra de ficção. É importante, assim sendo, explicitar alguns pressupostos assumidos em relação aos outros debates.

Notas sobre ontologia e metafísica

Assim como diversos debates ontológicos, a discussão é dividida em dois campos: irrealistas (CURRIE, 1990; WALTON, 1990; YAGISAWA, 2001; EVERETT, 2005, 2013; FRIEND, 2007; SAINSBURY, 2009) *versus* realistas. O debate realista é usualmente seguido de um debate sobre a natureza de objetos ficcionais: objetos culturais (INWAGEN, 1977; THOMASSON, 1999; KRIPKE, 2013), objetos abstratos não-existentes (meinongianos) (PARSONS, 1980; ZALTA, 1988, 2000), ou objetos não atuais (possíveis ou impossíveis) (BERTO, 2011; PRIEST, 2016). Esse trabalho está inserido no campo irrealista: é pressuposto que personagens ficcionais não existem. Definir a posição ontológica é importante para demarcar o que é tomado como o objeto relacionado a um nome ficcional.

Notas sobre estética e filosofia da arte

A discussão da filosofia da arte é também dividida em dois campos principais. O primeiro defende que a ficcionalidade de uma obra é dada por uma atitude intencional do autor na escrita da obra, desse modo, por um ato que caracteriza o que é dito como ficcional (CURRIE, 1990, 2010; STOCK, 2011, 2013). O segundo campo afirma que ficcionalidade é estabelecida de forma similar a um gênero literário, definida por um conjunto não fixo de propriedades (FRIEND, 2008, 2012, 2017; MATRAVERS, 2014). A decisão do que caracteriza uma obra como ficção tem pouco impacto no conteúdo discutido adiante. A definição de ficção nesse trabalho, entretanto, parte de uma noção intuitiva, quase circular, onde uma obra é ficcional se é corriqueiramente lida como ficção pela comunidade onde está inserida. De todo modo, definir a

posição no campo da filosofia da arte é importante para demarcar o que é compreendido como ficção.

1.1 CONTEXTO E PROPOSIÇÕES

Compreender os conceitos de ‘contexto’ e ‘proposição’ é essencial para a compreensão desse trabalho. É importante, assim sendo, esclarecer algumas pressuposições realizadas aqui.

Seguindo Kaplan (1989b), assumimos que todo proferimento de uma sentença é realizado em um contexto. O proferimento de uma sentença, em conjunto com certas características do contexto de proferimento, gera uma proposição. A proposição reflete o que é dito nesse proferimento dessa sentença. Proposições, não sentenças, são os portadores de verdade que analisamos. Assim sendo, uma sentença não é verdadeira ou falsa, mas sim, dado um proferimento dessa sentença em um contexto, a proposição resultante é valorada verdadeira ou falsa.

Contexto, desse modo, é um conceito crucial no modo como determinamos o conteúdo das expressões usadas no proferimento. Assumindo que a semântica é o estudo das proposições associadas com proferimentos de sentenças, temos a seguinte relação:

Se pensarmos no papel formal desempenhado pelo contexto em um modelo semântico, então devemos dizer que o contexto providencia quaisquer parâmetros necessários [para estabelecer a proposição expressa]. Desse ponto de vista, contexto é um pacote de quaisquer parâmetros necessários para determinar o referente, e assim, o conteúdo, de mecanismos de referência direta de uma linguagem. (KAPLAN, 1989a, pg. 591)

O papel do contexto, dessa maneira, é, dado o proferimento de uma sentença, fornecer os parâmetros necessários na delimitação do conteúdo das expressões que compõem esse proferimento. No trecho de Kaplan, assim como nesse trabalho, o foco se dá em expressões singulares. Desse modo, a função do contexto é, dado um proferimento de uma sentença, fornecer os parâmetros necessários para que possamos estabelecer a proposição expressada por um proferimento dessa sentença de acordo com os termos singulares utilizados no proferimento. De modo mais claro, tomemos como exemplo a seguinte sentença:

(1). Eu estou aqui agora.

Há em (1) três expressões referenciais: ‘eu’, ‘aqui’, e ‘agora’. Esses termos são indexicais. Uma característica interessante apresentada por indexicais é que seu referente é estabelecido por informações que reconhecemos no contexto. Dado que toda sentença é proferida em um contexto, tomemos, por exemplo, que o proferimento de (1) foi dado no contexto $c_{(1)}$. Na estrutura de (1), encontram-se três indexicais: ‘eu’, ‘aqui’, e ‘agora’; desse modo, para determinarmos a proposição expressa, segundo o referencialismo, temos que determinar o conteúdo referencial de ‘eu’, de ‘aqui’, e de ‘agora’. Determinar o conteúdo de ‘eu’ envolve identificar o indivíduo que proferiu essa sentença; determinar o conteúdo de ‘aqui’ envolve identificar o local onde essa sentença foi proferida; determinar o conteúdo de ‘agora’ envolve identificar o momento do proferimento.

Segundo Kaplan, é papel do contexto fornecer esses parâmetros. Há no contexto $c_{(1)}$, desse modo, um parâmetro $c_{(1)a}$ relacionado à articulação de ‘eu’ a um agente, sendo esse agente o indivíduo que proferiu (1); um parâmetro $c_{(1)l}$ relacionado à articulação de ‘aqui’ a um local, sendo esse o local de proferimento dessa sentença; e um parâmetro $c_{(1)t}$ relacionado à articulação de ‘agora’ a um tempo, sendo esse o momento de proferimento. De toda maneira, (1) foi proferida em um mundo, sendo esse o mundo atual. Assim sendo, podemos adicionar ao contexto um parâmetro $c_{(1)w}$ que relaciona o proferimento a um mundo possível. Segundo Kaplan (1979), o contexto é esse conjunto de parâmetros; podemos, assim sendo, definir contexto do seguinte modo:

O contexto é uma quádrupla de parâmetros $\langle c_a, c_l, c_t, c_w \rangle$ onde c_a é um agente, c_l é um lugar, c_t é um tempo, e c_w é um mundo possível.

Chamamos essa definição de contexto de contexto-K. O **contexto-K**, assim como esperado, fornece as informações necessárias para determinar o conteúdo de uma proposição dado o proferimento de uma sentença. O proferimento, entretanto, é realizado em uma situação que envolve uma gama de informações maior do que as fornecidas apenas pelo contexto-K. Assim sendo, podemos caracterizar, distinto do contexto-K, a circunstância de proferimento de uma sentença. A **circunstância de proferimento** de uma sentença envolve todas as informações relevantes disponíveis para que a articulação de uma expressão seja compreendida como um proferimento dessa expressão (PREDELLI, 2017, pg. 19). As informações contidas na circunstância de proferimento, assim sendo, envolvem não só os parâmetros necessários para determinar o conteúdo da proposição expressada, mas também outras informações

acessíveis ao falante no proferimento dessa sentença. Desse modo, diferente do contexto-K, a circunstância de proferimento não só abarca informações semanticamente relevantes, mas também informações necessárias para que os interlocutores compreendam um proferimento de uma expressão como um proferimento *dessa* expressão. De modo mais claro, dado um proferimento de (1), a circunstância de proferimento envolve, por exemplo, a informação de que essa sentença é proferida em português de modo que os interlocutores do falante possam compreender que tipo de informação deve ser associada às expressões ‘eu’, ‘estou’, ‘aqui’, e ‘agora’.

Temos, desse modo, que a circunstância de proferimento de uma expressão fornece informações para determinar o significado da expressão articulada pelo falante assim como os parâmetros necessários para determinar a proposição expressa por esse proferimento – ou seja, circunstâncias de proferimento são constituídas de informações semânticas e pré-semânticas. Desse modo, Stalnaker aponta que:

Quando se olha além de [expressões como] ‘eu’, ‘aqui’, e ‘agora’, é menos claro como os fatos acerca da situação em que o proferimento é realizado fixam os parâmetros contextuais, e para casos gerais, a teoria de indexes, mesmo na versão de Kaplan, não diz nada acerca [dessa situação]. Minha suposição central é que o contexto deve ser tomado como representando um corpo de informações que são presumidas como disponíveis para os participantes de uma conversa. (STALNAKER, 1999, pg. 6)

Assim sendo, podemos definir **contexto** como o conjunto de informações disponíveis tanto para o falante, quanto para os ouvintes de um proferimento de uma sentença em uma conversação. O papel do contexto, assim sendo, pode ser tanto semântico, quando utilizado para estabelecer o conteúdo de termos singulares utilizados no proferimento, quanto pré-semântico, quando utilizado para esclarecer o significado das expressões utilizadas.

Por fim, é ainda necessário estabelecer uma distinção entre a circunstância de valoração de uma proposição e o contexto de proferimento de uma sentença. Essa distinção é necessária visto que certos aspectos importantes para delimitação das condições de verdade relacionadas a essa proposição são estabelecidos pelos parâmetros estabelecidos no contexto-K.

A estrutura assumida toma que proposições são o resultado de um proferimento; proferimentos são realizados sempre em um contexto;

a proposição expressada consiste no conteúdo das expressões utilizadas no proferimento em relação ao contexto onde esse proferimento foi realizado. Estabelecido o conteúdo da proposição, essa é valorada em relação a uma circunstância de valoração relevante para o proferimento. Assim apresentado, o modelo assume que, dado o proferimento de uma sentença, podemos estabelecer etapas onde se reconhece as expressões utilizadas, se delimita a proposição expressada, e se valora a proposição expressa. Stalnaker propõe a seguinte estrutura para esse processo:

A regras sintáticas e semânticas de uma linguagem determinam uma interpretação de uma sentença ou oração; isso, em conjunto com características do contexto de uso de uma sentença ou oração, determina a proposição; isso, por sua vez, em conjunto com um mundo possível, recebe um valor de verdade. (STALNAKER, 1970)

De modo mais detalhado, seguimos a seguinte estrutura: um falante realiza um proferimento U de uma sentença S ; a sentença S possui certas regras sintáticas e semânticas importantes na determinação do que foi dito por esse falante. O proferimento U da sentença S , em conjunto com certas informações contextuais C , estabelecem o que foi dito nesse proferimento, i.e. a proposição P . Ou seja, dado o proferimento U da sentença S no contexto C , o falante expressa a proposição P . A proposição P , por sua vez, possui certas condições de verdade relacionadas ao seu conteúdo. Essa proposição é valorada verdadeira se e somente se suas condições de verdade são satisfeitas em um conjunto de mundos possíveis M estabelecidos por informações presentes no contexto C ; esse conjunto de mundos possíveis M caracteriza a circunstância de valoração desse proferimento U . Por fim, a proposição P é falsa caso suas condições de verdade não sejam satisfeitas nessa circunstância de valoração.

Assim sendo, de volta ao proferimento de (1). Tomemos que essa proposição tenha sido proferida por José, às 14 horas, na UFSC. Temos que:

José realiza um proferimento de (1). A sentença (1) foi proferida em português e as expressões ‘eu’, ‘estou’, ‘aqui’, e ‘agora’ possuem seus significados usuais nesse idioma. Esse proferimento de (1) foi feito em um contexto que possui diversas informações; entre essas informações estão os parâmetros $\langle c_{(1)a}c_{(1)l}c_{(1)t}, c_{(1)w} \rangle$, onde $c_{(1)a}$ fornece o parâmetro relevante para determinar o indivíduo referido pela

expressão ‘eu’; esse indivíduo é José. $c_{(1)t}$ fornece o parâmetro relevante para determinar o lugar de proferimento exigido pela expressão ‘aqui’; esse local é a UFSC. $c_{(1)t}$ fornece o parâmetro relevante para determinar o horário de proferimento exigido pela expressão ‘agora’; esse horário é 14 horas.

A proposição expressada, desse modo, é a seguinte:

(1_{r*}). José está na UFSC às 14 horas.

Assim sendo, dado esse proferimento de (1), a proposição expressa é verdadeira se e somente se, na circunstância de valoração relevante para o proferimento, José está na UFSC às 14 horas. Assumimos, por exemplo, que esse proferimento é acerca do mundo atual, e que José está na UFSC às 14 horas. Desse modo, a proposição expressa nesse proferimento de (1) é verdadeira.

2 FICÇÃO

Esse capítulo tem como objetivo apresentar uma análise dos problemas enfrentados por uma proposta referencialista no tratamento de nomes próprios sem referente. O capítulo é dividido em duas partes, sendo preocupação da primeira realizar uma breve caracterização do referencialismo e discutir de que modo o valor de verdade de proposições expressas por proferimentos de sentenças contendo termos singulares sem referente são estabelecidas. A segunda parte discute as peculiaridades que o referencialista deve levar em consideração ao apresentar um tratamento para nomes ficcionais.

Na seção 2.1 são realizadas algumas considerações sobre uma teoria precursora do referencialismo, o Millianismo. Em seguida é realizada uma comparação do tratamento Milliano para nomes próprios com a função desempenhada por constantes individuais na lógica clássica. Mill (1843) assume que todo nome é nome de um indivíduo³. Essa proposta é problematizada, abrindo espaço para um tratamento referencialista para nomes sem referente, chamados aqui de nomes vazios. A preocupação, assim sendo, torna-se acerca da proposição expressada por um proferimento de uma sentença contendo um nome vazio. Uma discussão acerca do valor de verdade dessas proposições é realizada com base em dois sistemas lógicos distintos: uma lógica livre neutra (ou Fregeana) e uma lógica livre negativa. Por fim, ambas as soluções propostas apresentam problemas, sendo necessária uma discussão acerca das peculiaridades apresentadas por nomes ficcionais.

Na seção 2.2 é realizada uma exposição das variações de uso presentes em proferimentos de sentenças contendo nomes ficcionais. O foco se dá acerca de como proposições expressadas por esses proferimentos possuem suas condições de verdade avaliadas de maneiras diferentes em relação ao uso feito no proferimento. A discussão estabelece a diferença entre usos metaficcionais, paraficcionais, e ficcionais de sentenças contendo nomes ficcionais. Por fim, considerações são propostas de modo a complementar essa distinção.

³A posição fica clara na seguinte passagem: “todos os nomes são nomes de algo, real ou imaginário [...]” (MILL, 1843, pg. 27). Mill, diferente do pressuposto desse trabalho, aceitaria o fato de que nomes próprios nomeiam personagens ficcionais partindo da ideia de que esses são objetos imaginários; essa alternativa, entretanto, é evitada aqui, dando origem ao problema discutido.

2.1 NOMES FICCIONAIS E REFERENCIALISMO

Como um dos precursores do referencialismo, Mill (1843) propõe que nomes próprios são expressões que designam⁴ um objeto sem a associação de características; ou seja, nomes próprios, segundo o autor, não conotam nenhuma característica. Ou seja, utilizando os termos propostos pelo autor, nomes próprios não conotam propriedades, apenas denotam indivíduos. Dessa maneira, a proposta Milliana assume que o significado de um nome próprio é esgotado pelo referente desse nome, e não estabelecido por características associadas a essa expressão; ou seja, o nome designa o objeto sem a necessidade de condições de identificação relacionadas a esse objeto.

De modo mais claro, tomemos como exemplo o nome próprio ‘Bertrand Russell’. Esse nome designa um objeto, sendo esse objeto Bertrand Russell, o filósofo inglês. Seguindo a proposta de Mill, o significado do nome ‘Bertrand Russell’ é dado pelo indivíduo Bertrand Russell, que é o referente desse nome. De modo similar, tomemos o nome de ‘Dartmouth’. Dartmouth é assim chamada pois se encontra próximo ao estuário do rio Dart. O nome ‘Dartmouth’, em um tratamento Milliano, tem como significado seu referente, sendo esse a cidade de Dartmouth. Mesmo que tenhamos batizado a cidade de Dartmouth com o nome ‘Dartmouth’ devido ao fato de essa estar localizada onde o rio Dart desemboca no mar, o nome próprio ‘Dartmouth’ ainda designaria a cidade de Dartmouth se, por algum motivo, esse não fosse o caso. O nome ‘Dartmouth’, desse modo, é associado diretamente à cidade de Dartmouth, e seu uso não é mediado pela condição de identificação dada pela característica ‘ser localizada próxima ao estuário do rio Dart’. Ao nome se associam indivíduos, não propriedades.

Nomes próprios, seguindo a caracterização de Marcus (1961), podem ser pensados como etiquetas que designam um objeto diretamente em virtude de terem sido associadas a esse objetos por alguém. Aparentemente correta sob um ponto de vista intuitivo, a abordagem, ao fim do século XIX e em boa parte do início do século XX, teve uma posição marginal na filosofia da linguagem, dando espaço para abordagens descritivistas, influenciadas especialmente por Frege (1892) e Russell (1905, 1940). No cerne do descritivismo está a ideia de que nomes próprios não são diretamente relacionados aos seus referentes, mas são relacionados com um conjunto de propriedades que estabelecem uma condição de identificação. O referente desse nome, por sua

⁴Mill usa a expressão ‘denotam’. De modo a não gerar problemas com o vocabulário utilizado aqui, especialmente na sessão 3.1, é utilizado ‘designam’.

vez, é o indivíduo que satisfaz essas condições de identificação. O descritivismo desfrutou de seu lugar central na filosofia da linguagem até meados do século XX, onde um série de argumentos apresentados especialmente por Kripke (1980) e Donnellan (1966) atacam a ideia de que o referente de um nome realmente cumpre as condições exigidas pelo descritivismo.

De volta a uma posição influenciada pela simplicidade da proposta de Mill, o referencialismo começa a recuperar seu lugar de destaque com o desenvolvimento da “nova teoria da referência” com base nas observações de Kripke e Donnellan. Partindo dessas considerações, com um foco, entretanto, em expressões indexicais, Kaplan (1989b) aponta que nomes próprios fazem parte de uma categoria de expressões chamada pelo autor de **termos de referência direta**. Expressões de referência direta são termos singulares cuja referência é estabelecida sem a mediação de condições de identificação; assumindo o compromisso Milliano, a contribuição de um termo de referência direta para o que é dito é o indivíduo referido por essa expressão. De modo mais claro, tomemos como exemplo a seguinte sentença:

(2). Russell é filósofo.

Podemos dividir a sentença (2) em ao menos duas partes: essa sentença contém um termo singular, sendo esse o nome próprio ‘Russell’; a sentença também contém a propriedade ‘filósofo’, que é predicada do referente do nome próprio. Dado um proferimento de (2), seguindo Kaplan, temos que o que a proposição expressa, ou seja, o que é dito, é que, Bertrand Russell, sendo esse o referente do nome ‘Russell’, satisfaz a propriedade predicada de ser filósofo.

Assim sendo, Kaplan (1989b), seguindo considerações feitas por Russell (1937), argumenta que o proferimento de uma sentença contendo uma expressão de referência direta expressa uma proposição estruturada⁵ que contém o referente do termo singular utilizado como uma de suas partes, i.e. uma **proposição singular**. Desse modo, dado um proferimento de (2), podemos representar a proposição expressada do seguinte modo:

(2_r). <RUSSELL, é-filósofo>

Onde ‘RUSSELL’ é objeto de referência do nome próprio ‘Russell’, e ‘é-filósofo’ é a propriedade predicada desse indivíduo. A proposição é verdadeira se e somente se o indivíduo que faz parte da estrutura

⁵Influentes defesas de proposições estruturadas são apresentadas por Soames (1985, 1987) e Salmon (1986).

proposicional cumpre a condição estabelecida pela predicação. A condição é representada por um conjunto de indivíduos. Nesse proferimento, pelo conjunto de indivíduos que são filósofos. Essa condição é satisfeita se e somente se RUSSELL é membro desse conjunto. Dado que Bertrand Russell é um filósofo, a proposição expressa é verdadeira. Essas são as noções básicas de uma teoria referencialista.

De nomes próprios à lógica clássica:

Podemos representar a proposta de Milliana em uma lógica clássica. A proposta de Mill parte da máxima em que todo nome é nome de um objeto; de maneira similar, a lógica clássica assume que toda constante individual é associada a um indivíduo do domínio. Do mesmo modo, dada uma sentença como (2), o valor de verdade da proposição expressa por um proferimento dessa sentença pode ser determinado pela análise da extensão do conjunto relativo à propriedade predicada: a proposição é verdadeira se e somente se esse indivíduo pertence ao conjunto que representa a propriedade predicada, falsa caso contrário. Assim sendo, dada uma estrutura de uma linguagem clássica, o valor de verdade de fórmulas atômicas dessa linguagem pode ser estabelecido de forma semelhante. Tomemos como exemplo uma linguagem L do cálculo de predicados clássicos, que possui as constantes individuais r , f , m , e o predicado unário F . Uma interpretação de L é dada pelo conjunto $U = \langle d, I \rangle$ onde d é o domínio (do discurso) e I é a função de interpretação; e o domínio é dado pelo conjunto $d = \{\text{Russell, Frege, Mill}\}$. Podemos estabelecer a função de interpretação I da seguinte forma:

$$\begin{aligned} I(r) &= \text{Russell}; \\ I(f) &= \text{Frege}; \\ I(m) &= \text{Mill}; \\ I(F) &= \{\text{Frege, Russell, Mill}\}. \end{aligned}$$

Constantes individuais funcionam de modo semelhante a nomes próprios: a função de uma constante individual é designar um indivíduo do domínio. L pode ser tomado como acomodando a intuição Milliana onde nomes próprios são termos singulares cujo significado é dado pelo seu referente. Assim sendo, temos que o referente de uma constante individual é dado pelo objeto do domínio relacionado a essa pela função de interpretação, e toda constante é associada a um objeto. Do mesmo modo, é possível acomodar a estrutura de sentença como (2). A estrutura de (2) é representada pela fórmula $(F(r))$, onde equivalemos r

ao nome próprio ‘Russell’ e F ao predicado ‘é filósofo’. O modo como atribuímos valor de verdade a proposições singulares também pode ser refletido: $(F(r))$ é valorada VERDADEIRO na estrutura se e somente se o objeto do domínio relacionado a r pela função de interpretação I faz parte do conjunto F ; FALSO caso contrário⁶. Logo, o valor de verdade de $(F(r))$ é VERDADEIRO, assim como a proposição (2_r) é verdadeira.

Personagens ficcionais, entretanto, não existem. Nomes ficcionais, por consequência, não referem a nenhum indivíduo; ou seja, nomes ficcionais são nomes vazios. Essa noção vai diretamente contra a máxima Milliana onde todo nome é nome de algum objeto. De modo similar, tratando-se de nomes vazios, *prima facie* é impossível acomodá-los como constantes individuais em uma lógica clássica. Tomemos como exemplo a seguinte sentença:

(3). Sherlock Holmes é um detetive.

Se adicionarmos a constante individual ‘s’ equivalente ao nome próprio ‘Sherlock Holmes’ e um predicado unário D equivalente a ‘é um detetive’, temos o conjunto $\{r, f, m, s\}$ de constantes individuais, e os predicados unários F e D de uma linguagem L_1 , que é uma extensão de L . Para adequarmos nossas intuições sobre a (não) existência de Sherlock Holmes, o personagem ficcional correspondente não pode ser adicionado ao domínio de referência. Do mesmo modo, dado que nenhum dos indivíduos do domínio – ou seja, Frege, Russell, e Mill – são detetives, a função de interpretação I associa o conjunto vazio a extensão de D . Desse modo:

$$I(D) = \emptyset.$$

É pressuposto do sistema clássico, entretanto, a máxima onde toda constante individual é associada a um indivíduo do domínio. Logo, dada uma função de interpretação I , essa função associa a constante individual ‘s’ a algum indivíduo membro do domínio. O indivíduo que intuitivamente associamos ao nome próprio ‘Sherlock Holmes’, entretanto, não é membro do domínio, dado que esse não existe. A constante individual ‘s’, de qualquer modo, dadas as regras da lógica clássica, deve ser associada a ou Frege, ou Russell, ou Mill. A conclusão é indesejada. Mesmo que a fórmula $(D(s))$ reflita a estrutura da sentença (3), onde ‘s’ é o nome próprio ‘Sherlock Holmes’ e ‘D’ o predicado ‘é detetive’, dada qualquer interpretação de L_1 , associamos a s um objeto que não

⁶Faço o uso de VERDADEIRO e FALSO para valorar fórmulas de modo a diferenciar dos valores de verdade ‘verdadeiro’ e ‘falso’ atribuídos a proposições.

é o personagem ficcional chamado Sherlock Holmes, mas sim ou Frege, ou Russell, ou Mill. O resultado, desse modo, é indesejado.

2.1.1 Nomes vazios e lógicas livres

Uma alternativa ao sistema clássico pode ser encontrada em lógicas livres. Enquanto lógicas clássicas assumem que toda constante individual é relacionada a um indivíduo do domínio, lógicas livres apresentam um sistema alternativo onde não é necessário que constantes individuais sejam associadas a um objeto do domínio. Tomando a relação entre constantes individuais e nomes próprios, lógicas livres apontam para um tratamento intuitivamente adequado a ideia de que nomes vazios não possuem referente.

Uma lógica livre pode ser pensada como uma expansão do sistema clássico. Tomemos a linguagem L_f como uma expansão da linguagem L apresentada anteriormente, porém acomodando constantes individuais vazias. Adicionamos em seu conjunto de constantes individuais $\{r, f, m\}$ a constante individual v , equivalente ao sem referente 'Vulcan'. A linguagem, em conjunto com o predicado unário F como anteriormente apresentado, contém o novo predicado P , representando o conjunto de indivíduos que são planetas. A interpretação de L_f , semelhante a L , é dada pelo estrutura $U_f = \langle d, I \rangle$, sendo d o domínio e I a função de interpretação. O domínio de L_f , assim como o de L é dado pelo conjunto $d = \{\text{Russell, Frege, Mill}\}$. A função de interpretação I se dá da mesma forma que em L , com as seguintes adições:

$$\begin{aligned} I(v) &= \emptyset; \\ I(P) &= \emptyset. \end{aligned}$$

Podemos também adicionar o predicado unário $E!$, cuja extensão é o domínio de referência, marcando existência. Temos, desse modo, a seguinte estrutura:

$$\begin{aligned} I(r) &= \text{Russell}; \\ I(f) &= \text{Frege}; \\ I(m) &= \text{Mill}; \\ I(v) &= \emptyset; \\ I(F) &= \{\text{Frege, Russell, Mill}\}; \\ I(P) &= \emptyset; \\ I(E!) &= \{\text{Frege, Russell, Mill}\}. \end{aligned}$$

Tomemos como exemplo a seguinte sentença:

(4). Vulcan é um planeta.

Essa sentença pode, na estrutura, ser representada pela fórmula $(P(v))$. A função de interpretação, de modo adequado, não associa a constante individual v nenhum indivíduo do domínio; do mesmo modo, dado que o Vulcan não existe, não associamos nenhum indivíduo ao nome próprio ‘Vulcan’. O valor de verdade dessa fórmula, assim como o valor de verdade da proposição expressada por um proferimento de (4), pode ser dado, com base em sistemas de lógicas livres, de três modos diferentes: em uma semântica positiva, neutra (ou Fregeana), ou negativa. Seguindo Sainsbury (2005), focaremos nas duas últimas propostas.

Lógica livre neutra (ou Fregeana):

Uma lógica livre neutra assume que “toda fórmula atômica contendo termos vazios diferente da forma $(E!t)$ não possui valor de verdade” (NOLT, 2018). O tratamento assemelha-se à proposta de Frege acerca do valor de verdade de sentenças contendo termos singulares sem referente:

A sentença ‘Scylla tem seis cabeças’ não é verdadeira, mas a sentença ‘Scylla não tem seis cabeças’ também não é verdadeira; porque para que essa seja verdadeira o nome próprio ‘Scylla’ deveria designar algo. (FREGE, 1979, pg. 130)

O sistema, desse modo, não é bivalente. Tratando-se de (4), temos que a fórmula $(P(v))$, assim analisada, não é verdadeira ou falsa, mas não possui valor de verdade. Podemos estabelecer uma espécie de “terceiro valor” de modo a demarcar a falta de um valor de verdade propriamente dito. Seguindo Frege, podemos conjecturar esse valor como ficcional:

[...] [S]e o sentido de uma sentença assertiva não é verdadeiro, este é ou falso ou ficcional, e este geralmente será o último quando contém um nome próprio vazio. (FREGE, 1979, pg. 130)

Desse modo, dada a estrutura U_f podemos definir uma função V_g que atribuiu o valor de verdade FICCIONAL⁷ para fórmulas contendo

⁷O uso de ‘FICCIONAL’, o “terceiro valor” de verdade, é feito para marcar a diferença com ‘ficcional’, que é o que é presente em obra de ficção.

constantes individuais vazias (diferentes de $(E!t)$), e os valores usuais, ou seja, VERDADEIRO se e somente se para qualquer fórmula atômica do tipo $(P(t))$ diferente de $(E!t)$ onde t é relacionado pela função de interpretação I a um membro do domínio, ou seja, t não é vazio, o objeto relacionado a t faz parte do conjunto P , FALSO se t não faz parte desse conjunto.

Assim sendo, voltemos à sentença (4). Essa sentença é representada na estrutura pela fórmula $(P(v))$. A função V_g atribui o valor de verdade FICCIONAL a $(P(v))$, dado que v é uma constante individual vazia. Estendendo a análise para proposições, dado um proferimento de (4), podemos tomar a proposição expressada nesse proferimento como ficcional⁸, ou sem valor de verdade.

Podemos argumentar, seguindo considerações de Russell (1905), Burge (1974), e Sainsbury (2005), entretanto, que a proposição expressada por um proferimento de (4) é intuitivamente falsa: dado que Vulcan não existe, não há um objeto fornecido por ‘Vulcan’ para satisfazer o predicado é-planeta; desse modo, é falso que Vulcan é um planeta. Do mesmo modo, podemos tomar a negação de $(P(v))$, ou seja, $(\neg(P(v)))$, como equivalente a sentença ‘Vulcan não é um planeta’. Uma lógica livre neutra, entretanto, atribui também valor de verdade FICCIONAL a essa fórmula. Proposições expressas pelo proferimento de ‘Vulcan não é um planeta’, por sua vez, parecem ser verdadeiras. Uma lógica livre negativa, argumenta Sainsbury (2005), produz resultados mais adequados.

Lógica livre negativa:

Russell (1905) celebrenemente defendeu que a forma lógica de sentenças contendo nomes próprios são quantificadas existencialmente. Dadas as condições de verdade estabelecidas pelo quantificador existencial, o proferimento de sentenças contendo nomes sem referente expressam proposições falsas. Uma lógica livre negativa apresenta uma conclusão similar: o sistema assume que “toda fórmula atômica que contém termos vazios (incluindo afirmações acerca de identidade) é falsa” (NOLT, 2018). Assim como a lógica clássica, desse modo, a lógica livre negativa é bi-valente. Sendo assim, dado o modelo U_f , podemos definir uma função V_b que atribui o valor de verdade FALSO para fórmulas contendo constantes individuais vazias, e os valores de verdade de forma usual em outros casos.

⁸É importante salientar que ficcional aqui diz respeito ao valor de verdade, não ao atributo de estar presente em uma obra de ficção.

Sainsbury (2005), seguindo a proposta de Burge (1974), aponta que a lógica livre negativa apresenta um tratamento ideal para sentenças como (4). A intuição segue do seguinte modo: La Verrier utiliza ‘Vulcan’ como um nome próprio comum que nomeia um (suposto) planeta. Vulcan, entretanto, não existe; La Verrier usa o nome próprio ‘Vulcan’ com o intuito de designar um certo objeto. A expressão, entretanto, é vazia. Não há objeto que satisfaça o predicado *é-planeta*. A proposição expressa por La Verrier em um proferimento de (4), desse modo, é falsa. De modo similar, tomemos como exemplo a negação de (4):

(4NEG). Vulcan não é um planeta.

A fórmula equivalente, $(\neg(P(v)))$, como já exposto, apresenta um problema para uma análise neutra. Esse não é o caso em uma lógica livre negativa: a função V_b atribui **FALSO** a $(P(v))$; consequentemente, a negação de $(P(v))$, ou seja $(\neg(P(v)))$, é valorada **VERDADEIRA**. A análise condiz com a intuição: dado que não há um objeto para satisfazer o predicado *é-planeta*, a proposição expressa por um proferimento de ‘Vulcan é planeta’ é falsa; pelo mesmo motivo, a proposição expressa por um proferimento de ‘Vulcan não é um planeta’ parece ser verdadeira. A proposta parece apresentar bons resultados. Problemas, entretanto, podem ser levantados ao analisarmos nomes ficcionais. Tomemos como exemplo a seguinte sentença:

(5). Sherlock Holmes é um personagem ficcional.

Mesmo expandindo a linguagem e a estrutura para acomodar o nome próprio ‘Sherlock Holmes’ e o predicado ‘é um personagem ficcional’, e interpretando-os de modo adequado⁹, o sistema não apresenta uma análise coerente com a intuição de que proferimentos de (5) expressam uma proposição verdadeira: dada a função V_b , é atribuído **FALSO** a qualquer fórmula atômica contendo uma constante individual não associada a um indivíduo do domínio, logo, qualquer representação da estrutura de (5) nessa extensão de L_f é valorada **FALSA** pela função V_b . De modo similar, a negação dessa fórmula, equivalente a sentença ‘Sherlock Holmes não é um personagem ficcional’, é valorada **VERDADEIRA**. Ambos os resultados são indesejados. Por fim, podemos

⁹De todo modo, parece ser difícil estabelecer uma interpretação adequada ao predicado ‘é um personagem ficcional’ dado que personagens ficcionais não fazem parte do domínio. Na estrutura a interpretação mais adequada talvez seja dada pelo conjunto vazio, dado que nenhum membro do domínio pode ser ficcional. Essa é a saída explorada aqui.

apresentar problemas semelhantes em uma gama de sentenças contendo nomes ficcionais:

(6). Sherlock Holmes foi escrito por Conan Doyle.

(7). Sherlock Holmes é personagem de ‘Um Estudo em Vermelho’.

Do mesmo modo, uma análise de sentenças como (8) parece exigir uma distinção mais fina entre o modo como atribuímos valores de verdade:

(8). Sherlock Holmes vive em Londres.

A proposição expressa por um proferimento de (8) é falsa se analisarmos as condições de verdade dadas pela proposição de modo semelhante à análise proposta para (4): Sherlock Holmes não é um habitante de Londres, assim como Vulcan não é um planeta – ambos não existem para que a condição expressa pela propriedade seja cumprida. Há um sentido, entretanto, em que tomamos a proposição expressa por um proferimento de (8) como verdadeira: a proposição expressa é verdadeira se analisada em relação às obras de Conan Doyle onde Sherlock Holmes é personagem. Ao analisarmos a fórmula equivalente a essa sentença, parece que atribuir o valor **FICCIONAL**, como proposto por uma semântica neutra, parece mais condizente com as intuições. A proposta, entretanto, é no mínimo incompleta, dado que o proferimento da negação de (8), ou seja ‘Sherlock Holmes não vive em Londres’, é falso quando analisado em relação às obras de Conan Doyle onde Sherlock Holmes é personagem; a fórmula equivalente a essa mesma sentença, entretanto, também é valorada **FICCIONAL**. Ambos os sistemas, desse modo, são inadequados. Uma análise condizente com as intuições, desse modo, deve levar em consideração essa variação da circunstância de valoração de cada proposição, mantendo a ideia de que proferimentos de sentenças como (8) podem ser verdadeiros de acordo com a história e falsos de acordo com o mundo atual.

2.1.2 Referencialismo, nomes vazios, e ficção

A intuição Milliana de que o significado de um nome próprio é dado pelo referente desse nome é mantida como a base para uma abordagem referencialista. Mill, entretanto, sustenta sua posição na ideia de que todo nome é nome de um indivíduo. É objetivo desse trabalho manter a intuição Milliana de que o significado de um nome é

dados pelo referente dessa expressão; o trabalho, entretanto, abandona a ideia de que todo nome próprio é nome de um indivíduo. Desse modo, assim como lógicas livres sustentam constantes individuais vazias, a proposta apresentada aqui afirma que há nomes próprios sem referentes. Nomes próprios sem referentes, como ‘Vulcan’ e ‘Sherlock Holmes’, são nomes vazios.

Braun (1993, 2005) apresenta dois desafios que uma abordagem referencialista¹⁰ enfrenta no tratamento de nomes vazios. Inicialmente, temos o fato de que falantes julgam nomes vazios como ‘Vulcan’ e ‘Sherlock Holmes’ como significativos. A posição referencialista toma que o significado de um nome próprio é dado pelo referente desse nome. Nomes vazios não possuem referente, logo, não possuem significado. Braun chama esse problema de o problema do significado de nomes vazios. Como consequência desse problema, temos que dado que nomes vazios não possuem significado, proferimentos de sentenças contendo nomes vazios ou não expressam proposições, ou, no máximo, expressam proposições incompletas. De todo modo, ouvintes desses proferimentos compreendem as sentenças proferidas como expressando algo completo e significativo. Braun chama esse problema de o problema do significado de sentenças contendo nomes vazios. A abordagem apresentada, idealmente, deve lidar com ambos.

O debate entre lógicas livres neutras e lógicas livres negativas, por sua vez, aponta para uma distinção importante entre subconjuntos de nomes vazios. A distinção se faz evidente no tipo de informação que associamos a cada conjunto de expressões. A diferença é refletida especialmente no modo como avaliamos condições de verdade de proposições expressas por proferimentos de sentenças contendo essas expressões. Ponte, Korta e Perry (no prelo) identificam quatro principais classes de nomes vazios: nomes de objetos científicos erroneamente postulados, nomes de personagens ficcionais, nomes de hoaxes, e nomes de seres mitológicos. Tomemos como exemplo as seguintes sentenças:

- (9). Vulcan orbita entre Mercúrio e o Sol.
- (10). Watson vive no apartamento 221b da Baker Street.
- (11). Nessie habita o Lago Ness.
- (12). Odin é caolho.

¹⁰O autor, entretanto, faz uso do termo ‘Millianismo’ onde aqui é usado ‘referencialismo’.

O nome próprio ‘Vulcan’, em (9), é o nome de um objeto científico erroneamente postulado. O nome desempenha certa função: La Verrier, por exemplo, acreditava que Vulcan poderia explicar certas anomalias na órbita de Mercúrio. O objeto nomeado ‘Vulcan’ é, segundo La Verrier, um planeta. La Verrier, em seu proferimento de sentenças contendo o nome próprio ‘Vulcan’, tem como objetivo, usualmente, afirmar algo acerca da realidade: o objeto nomeado ‘Vulcan’ desempenha certa função em uma teoria científica cujo objetivo é explicar um fato acerca do mundo, sendo esse as anomalias na órbita de Mercúrio. Por fim, a proposta de La Verrier estava incorreta: Vulcan não existe. O nome é vazio.

Em (10), o nome próprio ‘Watson’ nomeia um personagem ficcional. O primeiro uso desse nome foi realizado, presumidamente, por Conan Doyle no planejamento ou escrita da obra onde Watson é um personagem. O autor, diferente de La Verrier, não tinha como intenção dizer algo acerca da realidade ao proferir sentenças contendo o nome ‘Watson’. Do mesmo modo, Conan Doyle, diferente de La Verrier, nunca presumiu que Watson existisse. Watson, entretanto, é um personagem ficcional. Personagens ficcionais não existem, logo, o nome é vazio.

Em (11), o nome próprio ‘Nessie’, diferente de Vulcan, não foi postulado para nomear certo objeto que desempenha um papel na explicação da realidade; o indivíduo que fez o primeiro uso do nome ‘Nessie’ tinha, presumidamente, o intuito de enganar outras pessoas que o referente de ‘Nessie’ existia. O nome próprio ‘Nessie’ nomeia um hoax. Assim como um nome ficcional, o primeiro uso desse nome, podemos assumir, foi dado por um indivíduo de modo a comunicar informação acerca de algo que esse indivíduo sabe que não existe. Diferente de nomes ficcionais, entretanto, o uso de nomes associados a hoaxes tem como objetivo enganar os ouvintes, transmitindo uma informação que deve ser tomada como acerca da realidade. Dado que Nessie não existe, o nome próprio ‘Nessie’ é vazio.

Em (12), o nome próprio Odin nomeia uma figura importante na cultura nórdica. Nessa cultura, Odin, assim como Vulcan, tinha como função explicar certos fenômenos do mundo real. Odin, entretanto, não é uma entidade científica, mas parte da cultura e mitologia de um certo povo. Mitos são histórias tratadas de modo muito semelhante à ficção¹¹. Diferente de nomes ficcionais, entretanto, os primeiros usos de

¹¹Se tomarmos a definição de ficção apresentada na introdução (ficção é o que é lido como ficção), os mitos relacionados a Odin são certamente ficção; dado que, contemporaneamente, são lidos usualmente como ficção e não como explicações da

nomes mitológicos tinham a intenção de comunicar informação acerca da realidade. Diferente de nomes de hoaxes, presumidamente, o primeiro uso do nome ‘Odin’ não está associado a uma mentira, mas sim a uma informação religiosa. Odin, de todo modo, não existe; o nome ‘Odin’ é vazio.

Uma lógica livre negativa se mostra bastante pertinente no tratamento de objetos científicos erroneamente postulados e hoaxes. A mesma análise, entretanto, não é adequada, ou é ao menos incompleta, em um tratamento de nomes ficcionais (SAINSBURY, 2005, pg. 195-215)¹². Como já apontado, a abordagem neutra também não apresenta um tratamento adequado para esse tipo de expressão. É objetivo desse trabalho, assim como apresentar um tratamento adequado para nomes ficcionais compatível com a proposta referencialista, expor de que modo podemos estabelecer as condições de verdade relacionadas a proferimentos de sentenças contendo nomes ficcionais. O trabalho de desenvolver uma lógica para o tratamento dessas expressões, entretanto, fica além do escopo desse trabalho. Uma análise das peculiaridades associadas ao uso nomes ficcionais, por sua vez, pode fornecer a base para a criação de tal sistema.

2.2 NOMES FICCIONAIS

Proferimentos de sentenças contendo nomes próprios têm como objetivo comunicar informações acerca de certos objeto. Nomes ficcionais, consistindo em um subconjunto de nomes próprios, têm como objetivo comunicar informações acerca de personagens ficcionais. O tipo de informação comunicada e o modo como estabelecemos suas condições de verdade, entretanto, variam de acordo com o objetivo do falante no proferimento da sentença. Temos uma certa intuição acerca do valor de verdade de proferimentos de sentenças contendo nomes ficcionais. Tomemos como exemplo as seguintes sentenças:

(13). Sherlock Holmes é inglês.

(14). Sherlock Holmes é um astronauta

(15). Sherlock Holmes foi concebido por Conan Doyle no século XIX.

realidade ou textos religiosos.

¹²Segundo Ponte, Korta e Perry (no prelo) nomes mitológicos, dada sua semelhança com nomes ficcionais, também apresentam dificuldades para uma lógica livre negativa.

(16). Sherlock Holmes foi concebido por Conan Doyle no século XV

Enquanto acreditamos que um proferimento da sentença (13) comunica algo verdadeiro, acreditamos que um proferimento da sentença (14) comunica algo falso. Do mesmo modo, enquanto um proferimento da sentença (15) parece comunicar algo verdadeiro, um proferimento da sentença (16) parece comunicar algo falso. Ambas as categorias, entretanto, têm como objetivo veicular um tipo diferente de informação: assim como nomes de objetos científicos erroneamente postulados, proferimentos de (15) e (16) veiculam informações acerca da realidade. É verdade de acordo com o estado de coisas do mundo atual que Sherlock Holmes foi concebido por Conan Doyle no século XIX; do mesmo modo, é falso de acordo com o estado de coisas do mundo atual que Sherlock Holmes foi concebido por Conan Doyle no século XV.

Contrastando com (15) e (16), proferimentos das sentenças (13) e (14) parecem ter como objetivo veicular uma informação acerca do conteúdo da obra de ficção onde Sherlock Holmes é um indivíduo que habita certa cidade e possui certa ocupação. Desse modo, temos que um proferimento de (13) comunica a informação que, de acordo com a obra literária onde Sherlock Holmes é personagem, Sherlock Holmes habita Londres; do mesmo modo, temos que um proferimento de (14) comunica a informação que, de acordo com a obra literária onde Sherlock Holmes é personagem, Sherlock Holmes é astronauta. Desse modo, temos que um proferimento de (13) comunica algo verdadeiro de acordo com a história, enquanto um proferimento de (14) comunica algo falso de acordo com a história.

Tomando como ponto de partida o valor de verdade que atribuímos a proferimentos de sentenças como (13) e (15), Maier (2017a) aponta um aparente paradoxo. Tomamos proferimentos das seguintes sentenças como expressando informações verdadeiras:

(3). Sherlock Holmes é um detetive.

(5). Sherlock Holmes é um personagem ficcional.

Um proferimento de (3) afirma que o personagem Sherlock Holmes é um detetive. Um proferimento de (5) afirma que esse personagem é ficcional. O paradoxo surge ao tomarmos a verdade do proferimento de (3) como pressupondo existência, enquanto a verdade do segundo proferimento de (5) negando a existência do objeto nomeado: se a proposição expressa por (3) é verdadeira, então há algo que é Sherlock Holmes e esse algo é detetive; se a proposição expressa por (5) é verdadeira,

então Sherlock Holmes não existe. De modo mais completo, o paradoxo pode ser explicitado da seguinte forma:

- (L1). Sherlock Holmes é um detetive.
- (L2). Sherlock Holmes é um personagem ficcional.
- (L3). Personagens ficcionais não existem.
- (L4). Sherlock Holmes não existe.
- (L5). Se Sherlock Holmes não existe, então ele não é um detetive.
- (L6). Sherlock Holmes não é um detetive.

Onde (L1) é a sentença (3); e tomamos a proposição expressa pela sentença nesse proferimento como verdadeira ao discutirmos as obras de Conan Doyle. (L2) é a sentença (5); tomamos a proposição expressa por essa sentença nesse proferimento como verdadeira ao analisarmos o estado de coisas do mundo atual. (L3) expressa um fato acerca de personagens ficcionais. (L4) pode ser inferida de (L2) e (L3). (L5) apresenta uma condição dada pelo predicado ‘é detetive’, explicitando o pressuposto existencial sugerido por (3). Por fim, de (L4) e (L5) temos (L6); (L6), por sua vez, parece contradizer (L1).

De todo modo, o paradoxo pode ser resolvido ao esclarecermos as circunstâncias de valoração atreladas a cada proferimento. A circunstância de valoração em que a proposição expressa por esse proferimento de (3) é verdadeira é diferente da circunstância de valoração em que a proposição expressa por esse proferimento de (5) é verdadeira. A proposição expressa por esse proferimento de (3) é verdadeira (ou falsa) relativa ao conteúdo da obra ficcional escrita por Conan Doyle onde Sherlock Holmes é personagem. Por outro lado, a proposição expressa por (5) nesse proferimento é verdadeira (ou falsa) de acordo com o estado de coisas do mundo atual.

Partindo de considerações semelhantes, Voltolini (2006)¹³ estabelece dois tipos de usos de nome ficcionais: usos paraficcionais e usos metaficcionais. **Usos paraficcionais** são dados por proferimentos de sentenças contendo nomes ficcionais que tem como resultando uma proposição que deve ser avaliada de acordo com o mundo da história. **Usos metaficcionais** são dados por proferimentos de sentenças contendo

¹³Voltolini é utilizado aqui como a base para nossas distinções. Diversos autores (EVANS, 1982; ZALTA, 1988; CURRIE, 1990; WALTON, 1990; THOMASSON, 1999; KRIPKE, 2013), entretanto, reconhecem a dicotomia entre ambos os usos.

nomes ficcionais que tem como resultado uma proposição que deve ser avaliada de acordo com o mundo atual. Complementar a esses usos, o autor também identifica **usos ficcionais**, que, contrastando com os outros usos que ocorrem no mundo atual, são aqueles que ocorrem no mundo da história. Uma solução para o paradoxo pode ser providenciada partindo de uma análise de cada tipo de uso.

Diferente da discussão acerca da lógica subjacente ao discurso contendo nomes vazios (e ficcionais, por consequência), não é objetivo estabelecer um parâmetro segundo o qual valores de verdade são atribuídos a proposições expressas por proferimentos de sentenças contendo nomes ficcionais, mas sim investigar de que modo, partindo da intuição sobre qual valor de verdade atribuímos a cada grupo de proposições, a valoração de cada proposição deve ocorrer.

2.2.1 Usos paraficcionais e metaficcionais

A solução do paradoxo pode ser exposta se deixarmos clara a distinção entre as circunstâncias de valoração associadas a usos paraficcionais e usos metaficcionais. Dado o proferimento de uma sentença contendo um nome ficcional, o uso realizado nesse proferimento é paraficcional ou metaficcional relativo à intenção do falante; o modo como o proferimento é tomado altera as circunstâncias de valoração na qual a proposição expressa no proferimento é avaliada. Proposições expressas em usos paraficcionais têm suas condições de verdade avaliadas de acordo com o conteúdo da obra ficcional; proposições expressas em usos metaficcionais têm suas condições de verdade avaliadas de maneira usual, ou seja, em relação ao estado de coisas do mundo atual.

De modo mais claro, temos que as condições de verdade usuais relacionadas a proferimentos de (3) e (5) são as seguintes:

A proposição expressa por um proferimento de (3) é verdadeira se e somente se Sherlock Holmes é um detetive.

A proposição expressa por um proferimento de (5) é verdadeira se e somente se Sherlock Holmes é um personagem ficcional.

Explicitando a circunstância de valoração usual, temos as seguintes condições de verdade relacionadas a (3) e (5):

A proposição expressa por um proferimento de (3) é verdadeira se e somente se Sherlock Holmes é um detetive no mundo atual.

A proposição expressa por um proferimento de (5) é verdadeira se e somente se Sherlock Holmes é um personagem ficcional no mundo atual.

Segundo essa análise, apenas um proferimento de (5), entretanto, expressa uma proposição verdadeira. Em um proferimento de (3) a proposição expressa é falsa dado que, de acordo com o estado de coisas do mundo atual, Sherlock Holmes não é um detetive, mas sim um personagem ficcional. Do mesmo modo, dado um proferimento de (5), a proposição expressada é verdadeira pois Sherlock Holmes, de acordo com o estado de coisas do mundo atual, é um personagem ficcional. Essas são condições de verdade associadas a proferimentos de (3) e (5) em um uso metaficcional. Podemos caracterizar usos metafissionais do seguinte modo:

Usos metafissionais: dada uma sentença contendo um nome ficcional, proferimentos dessa sentença feitos em usos metafissionais expressam proposições que têm suas condições de verdade analisadas nas circunstâncias de valoração usual, ou seja, estabelecidas de acordo com o mundo atual.

Em contraste, proferimentos de sentenças contendo nomes ficcionais em usos parafissionais expressam proposições que têm suas condições de verdade avaliadas em uma circunstância de valoração que é estabelecida pelo conteúdo da obra ficcional. Tomemos as condições de verdade de proferimentos de ambas as sentenças em um uso paraficcional:

A proposição expressa por um proferimento de (3) é verdadeira se e somente se Sherlock Holmes é um detetive de acordo com as histórias escritas por Conan Doyle onde Sherlock Holmes é personagem.

A proposição expressa por um proferimento de (5) é verdadeira se e somente se Sherlock Holmes é um personagem ficcional de acordo com as histórias escritas por Conan Doyle onde Sherlock Holmes é personagem.

Segundo essa análise, apenas um proferimento de (3) expressa uma proposição verdadeira. De modo mais claro, em um proferimento de (3) a proposição expressa é verdadeira dado que, de acordo com o conteúdo da obra onde Sherlock Holmes é personagem, ou ‘de acordo com as histórias escritas por Conan Doyle’, Sherlock Holmes é um detetive. Do mesmo modo, dado um proferimento de (5), a proposição

expressa é falsa pois Sherlock Holmes, de acordo com o conteúdo da obra onde esse é personagem, é um ser humano de carne e osso que habita a cidade de Londres, e não um personagem ficcional. Podemos caracterizar usos paraficcionais do seguinte modo:

Usos paraficcionais: dada uma sentença contendo um nome ficcional, proferimentos dessa sentença feitos em usos paraficcionais expressam proposições que têm suas condições de verdade analisadas em uma circunstância de valoração relativa ao conteúdo de uma obra de ficção.

De todo modo, podemos explicitar a dicotomia por meio de prefixos que marcam a categoria de uso onde se encontra o proferimento. Lewis (1978) constrói de proferimentos sentenças contendo nomes ficcionais em usos paraficcionais como proferindo proposições prefixadas por um operador modal que quantifica sobre um conjunto de mundos possíveis que estabelece a circunstância de valoração exigida pelo uso. Ou seja, esse operador adequadamente quantifica sobre um conjunto de mundos possíveis compatível com o conteúdo da obra de ficção¹⁴. Proferimentos de sentenças em usos paraficcionais, segundo o autor, expressam proposições do tipo ‘na história *h*, *P*’ – onde ‘*P*’ é a proposição expressa pela sentença proferida, e ‘*h*’ é a obra de ficção relevante para o proferimento. Proferir uma sentença de modo paraficcional, sendo assim, é prefixá-la com esse operador.

De todo modo, tanto (3), quanto (5) podem ser proferidas de modo paraficcional ou metaficcional. Como dito, uma sentença é paraficcional ou metaficcional de acordo com a intenção do falante em seu proferimento. De modo mais claro, vamos ao modo como determinamos um uso paraficcional de (3):

Um falante, ao proferir (3) com a intenção de discutir

¹⁴A discussão de Lewis preocupa-se em como determinar o conteúdo da obra ficcional, ou seja, como estabelecer o que é verdade na ficção. Essa discussão vai além do escopo desse trabalho. Currie (1990), Bonomi e Zucchi (2003), Woodward (2011), Sainsbury (2013) e Friend (2017) apresentam considerações para o debate além das expostas aqui. De todo modo, é importante ressaltar uma objeção importante ao tratamento proposto por Lewis: há contradições em histórias ficcionais (PRIEST, 1997); mundos possíveis, entretanto, são usualmente concebidos como consistentes. Alternativamente, Badura e Berto (2018), propõem que o operador de Lewis deve, desse modo, quantificar sobre um conjunto de mundos impossíveis. Hanley (2004), seguindo considerações feitas por Lewis (1983), propõe uma solução ao problema dividindo a história em diversos fragmentos, onde cada fragmento é individualmente consistente; o conjunto de todos os fragmentos pode apresentar contradições. Esse conjunto, por sua vez, representa o conteúdo da obra. De todo modo, essa apresentação se mantém neutra em relação ao debate.

o conteúdo da obra, profere essa sentença de modo paraficcional. O ouvinte desse proferimento faz uso de certas informações disponíveis no contexto e compreende esse proferimento de acordo. Se as informações disponíveis no contexto não forem o bastante, o falante de (3) pode proferir essa sentença evidenciando o operador Lewisiano que tem como escopo o conteúdo da obra, proferimento assim ‘de acordo com as histórias escritas por Conan Doyle, Sherlock Holmes é detetive’¹⁵.

Contrastando, vamos a um uso metaficcional dessa mesma sentença:

Um falante, ao proferir (3) com a intenção de discutir o mundo atual, profere essa sentença de modo metaficcional. O ouvinte desse proferimento faz uso de certas informações disponíveis no contexto e compreende esse proferimento de acordo. Se as informações disponíveis no contexto não forem o bastante, o falante de (3) pode proferir essa sentença evidenciando a circunstância de valoração em que seu proferimento deve ser avaliado, proferimento assim ‘no mundo atual, Sherlock Holmes é detetive’.

Uma análise semelhante pode ser feita para (5). Desse modo, é evidente que a circunstância de valoração onde (3) é verdadeira é diferente da circunstância de valoração onde (5) é verdadeira. Ou seja, proposições expressas por proferimentos de (3) e (5) são verdadeiras ou falsos de acordo com o uso realizado nesse proferimento.

De todo modo, ambos os proferimentos de (3) e (5) são estruturalmente semelhante a asserções¹⁶. Desse modo, podemos explicitar a variação da circunstância de valoração com o operador Lewisiano fazendo uso do mecanismo proposto por Grice (1957) para demonstrar a

¹⁵Recanati (2018) faz uma distinção adicional com base na articulação do operador no proferimento da sentença. Um proferimento, segundo o autor, é explicitamente paraficcional se e somente se o operador é proferido; um proferimento é implicitamente paraficcional se e somente se o operador é suprimido, porém a informação veiculada no proferimento da sentença pode ser parafraseada adequadamente com o operador Lewisiano.

¹⁶Há autores, como Walton (1990), Friend (2007), e Maier (2017a) que discordam que usos paraficcionais consistem em asserções reais. Currie (1990) e Zucchi (2017), entretanto, apontam que não há diferenças significantes entre usos paraficcionais e asserções “usuais” para que essa posição seja sustentada. Seguiremos aqui esses autores.

diferença entre o significado comunicado pelo falante do significado literal veiculado de uma sentença. De modo mais claro, o modelo Griceano pode ser exposto do seguinte modo¹⁷:

GRI. Um indivíduo I comunica uma proposição P por um proferimento de uma sentença S se e somente se em seu proferimento de S, I tem a intenção de que:

- a. ouvintes desse proferimento acreditem que P;
- b. ouvintes desse proferimento percebam essa intenção;
- c. a razão para que ouvintes do proferimento acreditem que P seja dada pelo reconhecimento dessa intenção.

Adaptando o modelo para usos paraficcionais e metaficcionais, temos:

GRI*. Um indivíduo I comunica uma proposição P em um uso para/metaficcional por um proferimento de uma sentença S se e somente se S contém um nome ficcional e, em seu proferimento de S, I tem a intenção de que:

- a. ouvintes desse proferimento acreditem que P foi feito de modo para/metaficcional;
- b. ouvintes desse proferimento percebam essa intenção;
- c. a razão para que ouvintes do proferimento acreditem que P seja dada pelo reconhecimento dessa intenção.

Usos paraficcionais comunicam informações predicadas com o operador Lewisiano. Podemos, desse modo, representar a proposição P no modelo GRI comunicada por um proferimento de uma sentença contendo um nome ficcional em um uso paraficcional como uma proposição P^p , onde ‘P’ é a proposição não prefixada e definida de modo usual no modelo GRI, e ‘p’ explicita que essa proposição é predicada com o operador Lewisiano. Assim sendo, podemos adaptar o modelo GRI para a seguinte estrutura:

PAR. Um indivíduo I comunica uma proposição P^p em um proferimento de uma sentença S, onde P^p

¹⁷Modelo adaptado de Speaks (2018).

é uma proposição do tipo ‘na história h , P ’ e P é a proposição usualmente relacionada com proferimentos de S , se e somente se em seu proferimento de S , I tem a intenção de que:

- a. ouvintes desse proferimento acreditem que P^P ;
- b. ouvintes desse proferimento percebam essa intenção;
- c. a razão para que ouvintes do proferimento acreditem que P^P seja dada pelo reconhecimento dessa intenção.

O modelo, assim sendo, é dividido em duas partes. Inicialmente o ouvinte identifica a proposição P expressada por um proferimento de uma sentença. Dado que esse proferimento é realizado de modo paraficcional, o falante da sentença tem a intenção de que a proposição expressada seja compreendida como prefixada por um operador do tipo ‘na história h , P ’, onde P é a proposição associada ao proferimento usualmente. Dado que operador na ‘história h ’ quantifica sobre um conjunto de mundos possíveis estabelecidos em relação ao conteúdo da história, a proposição P é avaliada de acordo. Usos metaficcionalis, por sua vez, não são prefixados; desse modo, não há necessidade de modificações no modelo GRI para explicitar a proposição expressa.

Por fim, voltando às sentenças (3) e (5), uma análise completa de proferimentos dessas sentenças em usos paraficcionalis é feita da seguinte forma:

Dada a intenção de que seu proferimento seja tomado de modo paraficcional, a informação veiculada por proferimentos dessas sentenças pode ser representada por:

(3^P). **Nas histórias escritas por Conan Doyle**, Sherlock Holmes é um detetive.

(5^P). **Nas histórias escritas por Conan Doyle** Sherlock Holmes é um personagem ficcional.

Assim sendo, as condições de verdade relacionadas a proposição são:

A proposição expressa por um proferimento de (3) em um uso paraficcional, i.e. (3^P), é verdadeira se e somente se Sherlock Holmes é um detetive nas histórias escritas por Conan Doyle; caso contrário, a proposição é falsa.

A proposição expressa por um proferimento de (5) em um uso paraficcional, i.e. (5^P) , é verdadeira se e somente se Sherlock Holmes é um personagem ficcional nas histórias escritas por Conan Doyle; caso contrário, a proposição é falsa.

Nas histórias escritas por Conan Doyle, é verdade que Sherlock Holmes é um detetive; (3^P) é verdadeira. Nas histórias escritas por Conan Doyle, entretanto, é falso que Sherlock Holmes é um personagem ficcional. Sherlock Holmes, nessas histórias é um ser humano de carne e osso, não um personagem ficcional; (5^P) é falsa.

Explicitando as circunstâncias de valoração do proferimentos de (3) e (5) em usos metaficionais, temos:

Dada a intenção de que seu proferimento seja tomado de modo metaficcional, a informação veiculada por proferimentos dessas sentenças pode ser representada por:

(3^M) . **De acordo com o mundo atual**, Sherlock Holmes é um detetive.

(5^M) . **De acordo com o mundo atual**, Sherlock Holmes é um personagem ficcional.

Assim sendo, as condições de verdade relacionadas a proposição são:

A proposição expressa por um proferimento de 3 em um uso metaficcional, i.e. (3^M) , é verdadeira se e somente se Sherlock Holmes é um detetive de acordo com o estado de coisas do mundo atual; caso contrário, a proposição é falsa.

A proposição expressa por um proferimento de 5 em um uso metaficcional, i.e. (5^M) , é verdadeira se e somente se Sherlock Holmes é um detetive de acordo com o estado de coisas do mundo atual; caso contrário, a proposição é falsa.

Por fim, no mundo atual é verdadeiro que Sherlock Holmes não existe; logo, esse não é um detetive; logo (3^M) é falsa. O personagem é um detetive apenas nas histórias escritas por Conan Doyle. É verdade, entretanto, que o personagem é ficcional no mundo atual, assim sendo, (5^M) é verdadeira.

Solucionando o paradoxo

Uma análise do paradoxo que assuma que ambos os proferimentos de (3) e (5) expressam proposições verdadeiras tem como consequência que as circunstâncias de valoração de ambos os proferimentos são diferentes. Enquanto proferimentos de (3) expressam proposições verdadeiras apenas em usos paraficcionais, proferimentos de (5) expressam proposições verdadeiras apenas em usos metaficcionais. Por conseguinte, não há paradoxo. Se rephrasearmos o paradoxo de modo a explicitar as circunstâncias de valoração de cada linha do argumento, temos:

(L1). Sherlock Holmes é um detetive;

[paraficcional – verdadeira de acordo com as histórias escritas por Conan Doyle].

(L2). Sherlock Holmes é um personagem ficcional;

[metaficcional – verdadeira de acordo com o mundo atual].

(L3). Personagens ficcionais não existem;

[metaficcional (pressuposto ontológico) – verdadeira de acordo com o mundo atual].

(L4). Sherlock Holmes não existe;

[metaficcional¹⁸ – verdadeira de acordo com o mundo atual].

(L5). Se Sherlock Holmes não existe, então ele não é um detetive;

[metaficcional – verdadeira de acordo com o mundo atual].

(L6). Sherlock Holmes não é um detetive;

[metaficcional – verdadeira de acordo com o mundo atual].

Assim sendo, (L1-L6) é consistente. Todas as linhas expressam proposições verdadeiras de acordo com os usos explicitados. Não há, desse modo, contradição entre as linhas (L1) e (L6): a proposição representada por (L1) é verdadeira em um uso paraficcional onde sua circunstância de valoração é dada de acordo com as histórias escritas

¹⁸(L4) é, na definição apresentada aqui, verdadeira quando proferida em um uso metaficcional. Sentenças como (L4) são existenciais negativos; Yablo (2018), seguindo Kripke (2011), estabelece uma classe especial para esse tipo de proferimento. O motivo para postular essa nova classe, entretanto, é relacionado à pressuposição realista acerca de personagens ficcionais adotada pelos autores.

por Conan Doyle; a proposição representada por (L6) é verdadeira em um uso metaficcional e sua circunstância de valoração é dada em relação ao mundo atual.

Em contrapartida, dado um proferimento de ‘Sherlock Holmes é um detetive’ em um uso metaficcional, tendo suas condições de verdade avaliadas de acordo com o mundo atual, a proposição resultante é falsa: no mundo atual Sherlock Holmes não existe, conseqüentemente, esse não é um detetive. Do mesmo modo, dado um proferimento de ‘Sherlock Holmes não é um detetive’ em um uso paraficcional, avaliado de acordo com as histórias escritas por Conan Doyle, a proposição resultante é falsa: nas histórias de Conan Doyle é verdade que Sherlock Holmes é um ser humano de carne e osso que trabalha como detetive. Como resultado, temos que não há nada paradoxal em afirmar que Sherlock Holmes é um detetive no mundo da história, e Sherlock Holmes não é um detetive no mundo atual.

2.2.2 Além de usos para/metaficcionais

Voltolini (2006) ainda reconhece, além de usos paraficcionais e metaficcionais, usos ficcionais. Diferente de ambos, a peculiaridade apresentada por usos ficcionais não se dá no modo como avaliamos as condições de verdade da proposição expressada, mas sim acerca da circunstância de proferimento da sentença: usos ficcionais são aqueles realizados por personagens no mundo da obra literária. Voltemos à sentença (3). Podemos distinguir três grupos diferentes de indivíduos que realizam proferimentos dessa sentença: indivíduos em discussões acerca do conteúdo das obras escritas por Conan Doyle, o autor da obra, ou seja, Conan Doyle, na escrita de uma história, e os personagens presentes na obra ficcional.

Focando em discussões da obra, temos usos paraficcionais. Um proferimento de (3) em um uso paraficcional expressa proposição (3^P). A proposição expressa por esse proferimento pode ser tomada como prefixada por um operador que quantifica sobre um conjunto de mundos possíveis que é estabelecido de acordo com o conteúdo da obra. A proposição expressa é verdadeira se e somente se, de acordo com as obras escritas por Conan Doyle, Sherlock Holmes é um detetive. O conteúdo das histórias de Sherlock Holmes, por sua vez, foi estabelecido por Conan Doyle. O autor ao escrever a obra estabeleceu (de forma explícita ou implícita) que, na história, é verdade que Sherlock Holmes é um detetive. A escrita de uma obra ficcional é o processo onde o

autor estabelece o que é verdadeiro ou falso no mundo da ficção, ou seja, o autor, na escrita da obra, estabelece seu conteúdo. Por sua vez, o conteúdo da obra estabelece a circunstância de valoração usada em proferimento de sentenças em usos paraficcionais. Desse modo, Conan Doyle, ao escrever a obra de Sherlock Holmes, pode ter proferido (3). Assim sendo, podemos estabelecer o seguinte proferimento:

(3^A). Sherlock Holmes é um detetive.

(3^A) representa o uso realizado por Conan Doyle em um proferimento de (3) durante a escrita das obras onde Sherlock Holmes é personagem. Chamamos esse uso de (3) de decreto autoral. **Decretos autorais** não são verdadeiros ou falsos, mas são condições para que proposições expressas por sentenças proferidas em usos paraficcionais tenham valor de verdade. Decretos autorais fixam o conteúdo de uma obra de ficção.

Decretos autorais: o proferimento de uma sentença é um decreto autoral se e somente se esse é realizado pelo autor da obra de ficção em sua produção (seja falada, escrita, etc.). Esse proferimento tem como função estabelecer o conteúdo da obra, fixando o que é dito como verdadeiro de acordo com o obra.

De todo modo, Conan Doyle, ao escrever uma das histórias onde Sherlock Holmes é personagem comunica (3) por meio do narrador de obra ou por meio de um personagem. Podemos, por exemplo, assumir que, na realização de seu decreto autoral Conan Doyle estabeleceu que Watson profere (3). Desse modo, temos o seguinte proferimento:

(3^F). Sherlock Holmes é um detetive.

O decreto autoral de Conan Doyle, nessa situação, fixa como conteúdo da obra o fato de que Watson proferiu a sentença (3). O proferimento de Watson, por sua vez, não é de fato um proferimento de (3) dado que Watson não existe; o personagem, entretanto, de acordo com o decreto autoral de Conan Doyle, proferiu (3). Esse proferimento, de acordo com o conteúdo da obra, é uma asserção de (3) e a proposição expressa tem suas condições de verdade analisadas como proposições expressas por proferimentos de sentenças em usos paraficcionais, nas circunstâncias de valoração estabelecidas pelos decretos autorais de Conan Doyle. Essas circunstâncias, entretanto, são as circunstâncias usuais para proferimentos que ocorrem na obra ficcional; a asserção de

Watson, desse modo, não é tomada como prefixada por qualquer operador. De modo mais claro, comparemos as situações de proferimento de (3^P) e (3^F) . Podemos construir ambas as situações de proferimento como realizadas em um mundo possível¹⁹. A situação de proferimento de (3^P) é o mundo atual. Podemos tomar o conteúdo de uma obra ficcional como estabelecendo um mundo possível (ou impossível) onde o conteúdo dessa obra é contada como fato²⁰. Estabelecido o mundo da história de Sherlock Holmes, o proferimento (3^F) foi realizado nesse mundo. Desse modo, a sentença (3) é proferida no mundo da ficção por Watson, um ser humano de carne e osso. O conteúdo desse proferimento é analisado de maneira usual; sendo essa uma asserção, podemos tomá-la como seguindo o modelo GRI. A diferença entre um uso paraficcional e um uso ficcional de uma sentença contendo um nome próprio se dá na situação de proferimento de cada sentença: enquanto uma sentença proferida em um uso paraficcional é proferida no mundo atual, uma sentença proferida em um ficcional é proferida apenas no mundo da ficção.

Nem todo uso ficcional, entretanto, se dá em proferimentos realizados por personagens da obra. Há passagens em obras de ficção onde o decreto autoral fixa o conteúdo da obra partindo de uma figura de narrador. Narradores não são, usualmente, personagens ativos na obra. De todo modo, estendendo a metáfora de um mundo onde o conteúdo da obra é contado como fato, Currie (1990) argumenta que, dado um mundo da ficção, esse mundo também possui um certo indivíduo que toma o papel do narrador. O narrador, entretanto, não é um ser humano, mas sim um constructo literário que existe nesse mundo da ficção. Proferimentos de sentenças feitos pelo narrador também são analisados de forma usual, de todo modo, dado que ocorre no mundo da ficção, também são proferidos apenas ficcionalmente e constituem usos ficcionais. Desse modo, podemos definir usos ficcionais da seguinte maneira:

Usos ficcionais: o proferimento de uma sentença em um uso ficcional é realizado no “mundo da ficção”. Esse proferimento pode ser realizado tanto pela figura do narrador, quanto por personagens da obra. As circunstâncias de valoração da proposição expressada, assim como em usos paraficcionais, são dadas de acordo com o conteúdo da obra ficcional.

Por fim, voltando a decretos autorais, Walton (1990) defende

¹⁹Ou impossível, dado que ficções podem conter inconsistências.

²⁰Essa estratégia é explorada por Currie (1990) e Lewis (1978).

que esses usos não devem ser construídos como asserções, mas sim como convites para fazer-de-conta que o conteúdo do proferimento é verdadeiro. A proposta do autor parte de uma análise do modo como adquirimos informações acerca do conteúdo da obra. Nossa relação com a obra ficcional, segundo Walton, é dada por uma atitude de fazer-de-conta. Faz-de-conta é uma atitude proposicional que envolve imaginação. Diferente do ato de imaginar livre, fazer-de-conta envolve a imaginação mediada por algo: fazer-de-conta que P é imaginar que P é verdadeiro²¹. Ler uma obra ficcional, envolve usar os decretos autorais realizados nessa obra como o objeto que guia o ato imaginativo. Assim sendo, Currie (1990)²² propõe que decretos autorais possuem a seguinte estrutura:

AUT. Um autor I comunica P em um proferimento da sentença S, onde P é uma proposição expressada por um proferimento de S em um decreto autoral se e somente se em seu proferimento de S, I tem a intenção de que:

- a. ouvintes desse proferimento façam-de-conta que P;
- b. ouvintes desse proferimento percebam essa intenção;
- c. a razão para que ouvintes do proferimento façam-de-conta que P seja dada pelo reconhecimento dessa intenção²³.

De modo mais claro, tomemos como exemplo o decreto autoral (3^A). O autor, na escrita dessa sentença, comunica que Sherlock Holmes é um detetive, e tem como intenção que os leitores dessa sentença façam-de-conta que Sherlock Holmes é um detetive. Leitores dessa obra, ao lerem (3), percebem a intenção do autor e usam a sentença como um guia para sua imaginação, fazendo-de-conta que a proposição expressa pelo decreto autoral é verdadeira. Presumidamente, esse decreto autoral é realizado pelo narrador da obra, ou um personagem

²¹A relação entre imaginação e ficção é amplamente aceita em debates contemporâneos, caracterizando a posição padrão. Matravers (2014), entretanto, é um importante dissidente.

²²Mais contemporaneamente, Stock (2011, 2013) e Davies (2015). Recentemente, entretanto, Predelli (no prelo), com base em argumentos apresentador por Searle (1975), critica essa proposta.

²³É importante notar que, assim caracterizados, decretos autorais, aponta Maier (no prelo), são intrinsecamente diferente de mentiras (como hoaxes), dado que não tem como função enganar o ouvinte do proferimento, mas sim comunicar o que é verdade na história.

presente no mundo da ficção. A sentença (3), quando proferida de modo ficcional ou paraficcional, é verdadeira dado que o decreto autorral do autor estabeleceu a proposição expressa por essa sentença como parte do conteúdo da obra. Os leitores reconhecem esses proferimentos como verdadeiros dado que, ao lerem a obra, fazem-de-conta que (3) é verdadeira.

Por fim, a definição apresentada de usos para/metaficcionais pode ser problematizada por usos compostos ou mais complexos. Tomemos como exemplo as seguintes sentenças:

(17). A primeira aparição do detetive Sherlock Holmes foi em ‘Um Estudo em Vermelho’.

(18). Sherlock Holmes é mais inteligente que Conan Doyle.

(19). Sherlock Holmes é mais inteligente que Poirot.

Há certa forma intuitiva em que tomamos a proposição expressa pelo proferimentos das três sentenças como verdadeiras. Nenhuma delas, entretanto, possui o valor de verdade esperado em uma análise que leva em consideração apenas os usos já discutidos.

A proposição expressa por um proferimento de (17), apontam Ponte, Korta e Perry (no prelo), é verdadeira em uma combinação de usos paraficcional e metaficcional. As condições de verdade da proposição expressa pela sentença são: (i). que a primeira aparição de Sherlock Holmes tenha ocorrido em ‘Um Estudo em Vermelho’; (ii). que Sherlock Holmes seja um detetive. A condição dada por (i) é satisfeita no mundo atual, ou seja, a proposição é verdadeira quando a circunstância de valoração da proposição é estabelecida semelhante a usos metaficcionais; a condição dada por (ii) é satisfeita de acordo com o conteúdo da obra, ou seja, a proposição é verdadeira quando a circunstância de valoração da proposição é estabelecida semelhante a usos paraficcionais. A proposição expressa por um proferimento de (17), desse modo, é falsa quando tomada em um uso paraficcional, e falsa quando tomada em um uso metaficcional. Tomamos a proposição expressada por um proferimento da sentença como verdadeira em um uso composto:

Usos compostos: dada uma sentença contendo um nome ficcional, proferimentos dessa sentença feitos em usos compostos têm suas condições de verdade analisadas em uma circunstância de valoração estabelecida parte como um uso paraficcional e parte como um uso metaficcional.

Por fim, Currie (1990) e Walton (1990) apontam que para que as proposições expressas por proferimentos de (18) e (19) sejam tomadas como verdadeiras é necessário o estabelecimento de dois tipos de usos derivados da dicotomia para/metaficcional.

As condições de verdade da proposição expressa por (18) são satisfeitas se e somente se o predicado binário ‘mais inteligente que’ é satisfeito pelo par ordenado <Sherlock Holmes, Conan Doyle>. Desse modo, para que a proposição seja verdadeira, Sherlock Holmes deve ser mais inteligente que Conan Doyle. Em uma análise metaficcional, Sherlock Holmes é um personagem de ficção e não uma pessoa de carne e osso capaz de satisfazer o predicado ‘é inteligente’. Assim sendo, é falso que Sherlock Holmes *qua* personagem é mais inteligente que Conan Doyle. Um uso paraficcional também é problemático: o indivíduo Conan Doyle não é parte das histórias de Sherlock Holmes; Conan Doyle, de acordo com o conteúdo das obras onde Sherlock Holmes é personagem, não existe. Desse modo, o predicado não é satisfeito. A proposição expressa por um proferimento de (18), desse modo, não é verdadeira em um uso metaficcional ou em um uso paraficcional. Podemos estabelecer que a proposição expressa é verdadeira em um uso misto, onde a circunstância de valoração da proposição é dada em relação ao conteúdo da história em conjunto com o mundo atual:

Usos mistos: dada um sentença contendo ao menos um nome ficcional e um nome não ficcional, proposições expressas por proferimentos dessa sentença em usos mistos têm suas circunstâncias de valoração estabelecidas em relação ao mundo atual e ao conteúdo estabelecido pela obra de ficção (ou pelas obras de ficção).

As condições de verdade da proposição expressa por (19) também não são satisfeitas nas circunstâncias de valoração de usos paraficcionais ou metaficcionais: assim como Conan Doyle, Poirot não está presente nas histórias onde Sherlock Holmes é personagem. Do mesmo modo, não há Sherlock Holmes nas histórias onde Poirot é personagem. Ou seja, Poirot não existe no mundo das histórias de Sherlock Holmes, e Sherlock Holmes não existe no mundo das histórias de Poirot. A proposição expressa por um proferimento de (19), assim sendo, é verdadeira em um uso interficcional, onde a circunstância de valoração da proposição é dada em relação ao conteúdo da obra de Sherlock Holmes em conjunto com o conteúdo da obra de Poirot.

Usos interficcionais: dada uma sentença contendo ao menos dois nomes ficcionais, suas circunstâncias de valoração são esta-

belecidas em relação ao um conjunto composto pelo conteúdo das duas (ou mais) obras de ficção relevantes para o proferimento.

É importante notar que o operador Lewisiano não dá conta de nenhum dos três casos; nenhum desses usos, assim sendo, se encaixa no modelo PAR proposto. Os três casos, entretanto, consistem em afirmações. Assim sendo, presumidamente podem ser adequados em alguma extensão do modelo GRI. Essa extensão, dado o escopo desse trabalho, está além da discussão aqui apresentada. De todo modo, a maneira como estabelecemos as circunstâncias de valoração de proposições expressas por sentenças proferidas em usos compostos, mistos e interfissionais deve ser levadas em consideração na análise feita do tratamento proposto para nomes ficcionais.

2.3 O DEBATE ADIANTE

Esse capítulo teve como objetivo explicitar as dificuldades enfrentadas por uma abordagem referencialista no tratamento de nomes ficcionais. O problema surge do fato de que o referencialista assume que o significado de um nome próprio é dado pelo referente dessa expressão. Assim sendo, o primeiro problema que o referencialista deve resolver, seguindo Braun (1993, 2005), é o problema do significado de nomes sem referentes:

Nomes ficcionais não possuem referente. O referencialismo assume que o significado de um nome é dado pelo seu referente. Segundo o referencialismo, desse modo, nomes ficcionais não possuem significado. Nomes ficcionais, entretanto, ainda são utilizados para falar acerca de personagens da ficção; ou seja, indivíduos ainda compreendem nomes ficcionais como acerca de algo.

De maneira similar, o referencialista também assume que a contribuição de um nome próprio para a proposição expressa por um proferimento de uma sentença contendo um nome próprio é o referente dessa expressão. Assim sendo, o referencialista deve explicar de que maneira compreendemos nomes ficcionais como nomeando os personagens que relacionamos a esses nomes; podemos, desse modo, seguindo Braun (1993, 2005), apontar o problema do significado de sentenças contendo nomes sem referente:

Nomes ficcionais não possuem referente. O referencialismo assume que a contribuição de um nome próprio para a proposição

expressada no proferimento de uma sentença é o referente desse nome. Segundo o referencialismo, desse modo, nomes ficcionais não contribuem com nenhum conteúdo para a proposição expressada. Compreendemos, entretanto, proferimentos de sentenças contendo nomes ficcionais como comunicando informações acerca dos personagens aos quais relacionamos esse nome.

Adiante, tratando-se do valor de verdade dessas proposições, uma abordagem referencialista deve refletir a análise das condições de verdade relacionadas a proferimentos de sentenças contendo nomes ficcionais de acordo com os usos evidenciados nesse capítulo. Tomemos como exemplo as seguintes sentenças contendo nomes ficcionais:

(3). Sherlock Holmes é um detetive.

(5). Sherlock Holmes é um personagem ficcional.

A abordagem deve explicar de que modo compreendemos um proferimento de (3) como expressando uma proposição verdadeira em certa situação, mas falsa em outras. Do mesmo modo, essa abordagem deve explicar de que modo compreendemos um proferimento de (5) como expressando uma proposição verdadeira ao mesmo tempo que compreendemos um proferimento de (3) como expressando uma proposição verdadeira e não caímos em um paradoxo.

A divisão de usos apresentada aqui, de fundo Griceano, teve como critério de base a diferença entre as circunstâncias de valoração onde o valor de verdade da proposição expressa em um proferimento de uma sentença contendo um nome ficcional é avaliado. Inicialmente foram estabelecidos usos paraficcionais, onde a proposição expressa é valorada de acordo com o conteúdo da obra de ficção; e usos metaficcionais, onde a proposição expressa é valorada de acordo com o estado de coisas do mundo atual.

Em conjunto com esses usos foram estabelecidos decretos autorais, que estabelecem o que é dito como verdade na ficção, ou seja, fixam o conteúdo da obra. Usos ficcionais, que são aqueles realizados pelo narrador ou pelos personagens presentes na obra. De modo mais problemático foram estabelecidos usos que fogem da dicotomia meta/paraficcional estabelecida, sendo esses: usos compostos, que são avaliados parte como usos paraficcionais e parte como usos metaficcionais; usos mistos, que são avaliados em relação ao mundo atual e em relação ao conteúdo estabelecido pela obra de ficção; e usos interficcionais, que são valorados de acordo com o conteúdo de duas ou mais obras de ficção.

3 A TEORIA REFERENCIAL-REFLEXIVA

De maneira bastante influente, Frege (1892), posteriormente reiterado por Russell (1905), propõe que uma teoria da referência deve levar em consideração não apenas a relação entre um termo singular e seu referente, mas também o modo como temos acesso a essa relação. Frege parte do fato de que ao analisarmos dois termos singulares com o mesmo referente, podemos associar a proferimentos de sentenças contendo esses termos informações diferentes. De modo mais claro, tomemos como exemplo as seguintes sentenças:

(20). Hesperus é Vênus.

(21). Phosphorus é Vênus.

Seguindo a intuição Fregeana, podemos identificar ao menos dois problemas para um tratamento referencialista em relação às informações veiculadas por proferimentos dessas sentenças. Inicialmente, temos que os nomes próprios ‘Hesperus’ e ‘Phosphorus’ em (20) e (21) referem ao mesmo objeto, sendo esse Vênus. Desse modo, segundo o referencialismo, em um proferimento de (20) a proposição expressa é a mesma proposição que é expressa por um proferimento de (21). Associamos, entretanto, diferentes informações a proferimentos de (20) e (21) dado que é possível que um indivíduo saiba que a informação veiculada por um proferimento de (20) é verdadeira sem saber que a informação veiculada por um proferimento de (21) também é. Ou seja, um indivíduo pode saber que Hesperus é Vênus sem saber que Phosphorus é Vênus. Logo, contra a abordagem referencialista, Frege propõe que a proposição expressa por um proferimento de (20) deve ser diferente da proposição expressa por um proferimento de (21). Do mesmo modo, o autor aponta que sentenças contendo identidades não são tratadas de modo adequado quando levamos em consideração apenas os referentes dos termos singulares. Tomemos como exemplo proferimentos de (22) e (23):

(22). Hesperus é Phosphorus.

(23). Hesperus é Hesperus.

Sendo que o referente dos nomes próprios ‘Hesperus’ e ‘Phosphorus’ é Vênus, temos que um proferimento da sentença (22), segundo o referencialismo, expressa a proposição ‘Vênus é Vênus’; essa proposição,

por sua vez, é a mesma proposição expressa por um proferimento de (23). A informação veiculada por um proferimento de (23), entretanto, aponta Frege, expressa algo trivialmente verdadeiro e seu proferimento não é informativo. Um proferimento de (22), por sua vez, veicula uma informação não trivial. Frege, desse modo, antecipa uma crítica ao referencialismo: se levarmos em consideração a informação veiculada, a proposição expressa por um proferimento de (22) deve ser diferente da proposição expressa por um proferimento de (23).

Os argumentos são persuasivos. O referencialismo de fato não propõe uma explicação para o modo como podemos compreender proferimentos do tipo ‘*a é a*’ como diferentes de proferimentos de ‘*a é b*’ quando *a* e *b* possuem o mesmo referente.

Frege, motivado por problemas como esses, propõe que o significado de um termo singular é dado pelo conteúdo cognitivo associado a essa expressão. O autor, desse modo, estabelece a distinção entre sentido e referência. O **sentido** de uma expressão reflete a informação que compreendemos diante do proferimento de uma sentença, ou seja, seu conteúdo cognitivo. O sentido reflete um modo de apresentação que associamos a um objeto, logo, dado o sentido que associamos a um termo singular, podemos determinar seu objeto de referência. O referente de uma expressão, de modo usual, é seu conteúdo referencial. Assim sendo, para Frege, o significado de um termo singular, e por consequência, de um nome próprio, não é estabelecido de acordo com a proposta referencialista, pelo conteúdo referencial dessa expressão, mas sim pelo seu sentido, ou seja, pelo conteúdo cognitivo. Consequentemente, tratando-se de sentenças e proposições Frege propõe que:

Quando chamamos uma sentença de verdadeira, nós realmente chamamos seu sentido de verdadeiro. Disso se segue que é do sentido de uma sentença que a questão acerca da verdade se coloca. [...] Sem almejar uma definição, eu chamo pensamento algo para o que a questão de verdade se coloca. Desse modo, eu atribuo o que é falso a um pensamento tanto quanto o que é verdadeiro. (FREGE, 1918, pg. 292)

O conceito ‘pensamento’ proposto por Frege equivale à noção de proposição utilizada aqui. Uma proposição, segundo o autor, é composta pelos sentidos associados aos termos articulados. Logo, temos uma solução para os problemas apresentados:

Os nomes próprios ‘Hesperus’ e ‘Phosphorus’ em (20) e (21) possuem o mesmo referente, mas diferentes sentidos.

Desse modo, um proferimento de (20) expressa uma proposição diferente de um proferimento de (21), explicando de que modo é possível que um indivíduo saiba que a informação veiculada por um proferimento de (20) é verdadeira sem saber que a informação veiculada por um proferimento de (21) também é.

Do mesmo modo:

‘Hesperus’ está para um modo de apresentação de Vênus, enquanto ‘Phosphorus’ está para um modo de apresentação de Vênus diferente de ‘Hesperus’; ou seja, o sentido de ‘Hesperus’ é diferente do sentido de ‘Phosphorus’. Assim sendo, a proposição expressa por um proferimento de (22) é diferente da proposição expressa por um proferimento de (23).

Estabelecido que semântica é o estudo das proposições associadas com proferimentos de sentenças, temos que uma semântica Fregeana é guiada por um condicionamento cognitivo. Taylor (1995) aponta três princípios que guiam a proposta:

- i. (a). Duas sentenças **S** e **S'** são cognitivamente distintas se e somente se é possível que um agente que compreenda **S** e **S'** mantenha uma atitude **A** para **S** e não mantenha **A** para **S'**. (b). Dois termos **T** e **T'** são cognitivamente distintos se e somente se duas sentenças **S** e **S'** diferentes apenas no fato de que **T** ocorre em **S** e **T'** em **S'** são cognitivamente distintas.
- ii. Duas expressões **E** e **E'** são cognitivamente distintas se e somente se ambas são semanticamente distintas. Duas expressões são semanticamente distintas se e somente se há uma propriedade semântica de **E** que não é propriedade semântica de **E'**, onde propriedades semânticas são propriedades relevantes para determinar valores de verdade.
- iii. Dada uma teoria da referência adequada, expressões referenciais são o meio pelo qual se garante acesso epistêmico ao referente dessa expressão.

O referencialismo (ingênuo), diferente da semântica Fregeana, não é cognitivamente condicionado. O conteúdo cognitivo de uma sentença é dado pelas informações associadas por um agente que compreende um proferimento dessa sentença; conteúdo cognitivo não é acerca

do mundo. Uma semântica, segundo Wettstein (1986), deve estabelecer as condições de verdade do que é dito, e as condições de verdade relacionadas a um proferimento são dadas em relação ao mundo. O tratamento oferecido pelo referencialismo, desse modo, é suficiente; a posição não tem como dever apresentar uma solução aos problemas de Frege, dado que seu objetivo não é refletir o que é compreendido por ouvintes de um proferimento, mas sim refletir o que é dito em relação ao mundo.

A proposta explorada aqui, entretanto, não necessariamente abandona a intuição Fregeana. Diferente do referencialismo ingênuo, Perry (2001), dando o devido valor aos problemas Fregeanos, aponta que, idealmente, uma semântica deve ser ao menos minimamente condicionada cognitivamente:

Se há um aspecto associado ao significado, pelo qual um proferimento u de S e um proferimento u' de S' se diferenciam, de modo que um indivíduo racional que compreende S e S' possa aceitar u e não aceitar u' , então uma semântica adequada deve explicar qual é esse aspecto do significado. (PERRY, 2001, pg. 9)

O autor chama essa abordagem de **referencialismo crítico**. De modo a adequar-se ao condicionamento cognitivo, a abordagem explorada aqui é a teoria referencial-reflexiva. A teoria proposta é referencialista no sentido que associa a um proferimento de uma sentença informações acerca do conteúdo referencial das expressões utilizadas. Complementando o conteúdo referencial, dados dois proferimentos cognitivamente distintos, a proposta fornece uma explicação para o modo como diferenciamos o conteúdo cognitivo de ambos esses proferimentos. A preocupação desse capítulo é caracterizar o referencialismo de modo geral e explicitar de que modo a teoria referencial-reflexiva dá conta do conteúdo cognitivo associado a sentenças contendo termos singulares. O foco do capítulo, entretanto, é acerca de um tratamento de nomes próprios com referente. Um tratamento para nomes vazios é apresentado no capítulo 4.

Na seção 3.1 é apresentada a proposta referencialista com base em considerações feitas por Donnellan (1966, 1970), Kripke (1980), Kaplan (1978, 1989a, 1989b, 1979), Recanati (1993), Perry (2001), e Predelli (2017). A seção explora a diferença entre nomes próprios, descrições definidas, e indexicais. Tratando-se de nomes próprios, essas expressões são tomadas como designadores rígidos *de jure* que comportam-se como mecanismos de referência direta. Proferimentos de sentenças contendo nomes próprios, desse modo, refletem seu conteúdo referencial

e são estruturadas em proposições que contêm o referente desse nome como uma de suas partes, i.e. proposições singulares.

Na seção 3.2 o referencialismo apresentado anteriormente é estendido para dar conta do conteúdo cognitivo associado a proferimentos de sentenças contendo termos singulares, caracterizando a abordagem como parte do referencialismo crítico. Inicialmente é apresentada uma teoria acerca do comportamento de nomes próprios e como se estabelece a relação de um nome com seu referente. Por fim, a extensão da abordagem referencialista com o conteúdo reflexivo ocorre em 3.2.2. Em sua proposta, Perry aponta que proferimentos de sentenças contendo termos singulares expressam uma gama de proposições que refletem, em conjunto com o conteúdo referencial, as pressuposições que realizamos na compreensão desses proferimentos.

3.1 REFERÊNCIA DIRETA

Parte do que caracteriza a noção de nome próprio como problemática é dada pelo fato de que, historicamente, tanto a definição do termo quando a delimitação de sua função são confusas. Frege parece assimilar o sentido de uma expressão com uma descrição; Russell (1905, 1940), de maneira bastante influente, nega a distinção entre sentido e referência, e argumenta que, diante dos problemas apontados por Frege, nomes próprios abreviam descrições definidas. Variações do paradigma descritivista configuram a posição padrão no tratamento de nomes próprios até meados do século XX. Diferenças entre o modo como descrições definidas e nomes próprios são utilizados para designar um objeto são levantadas, caracterizando o ponto central das críticas de Kripke (1980) e Donnellan (1966, 1970) responsáveis pelo lugar central de que o referencialismo desfruta hoje na filosofia da linguagem. Kaplan (1989b), por sua vez, apresenta importantes semelhanças entre o modo como demonstrativos e nomes próprios se relacionam com seus referentes. Uma investigação entre as semelhanças e diferenças dessas três classes de expressões, com foco, entretanto, em descrições definidas e nomes próprios, é o ponto de partida dessa análise.

Partindo para a análise das diferenças entre descrições definidas e nomes próprios²⁴, tomemos como exemplo sentenças:

²⁴É importante esclarecer, entretanto, que descrições definidas e nomes próprios são analisados em usos padrão. Em uma caracterização mais técnica, não são discutidas descrições definidas em seu uso referencial (DONNELLAN, 1966), e os nomes próprios não são tomados como nomes descritivos (EVANS, 1982).

(24). Conan Doyle é escocês.

(25). O autor de ‘Um Estudo em Vermelho’ é escocês.

De maneira neutra, usamos o termo ‘**designa**’ como uma indicação da relação entre o *token* representacional e o objeto acerca do qual o discurso é dado. A expressão referencial ‘Conan Doyle’ em (24) é um nome próprio; a expressão referencial ‘o autor de ‘Um Estudo em Vermelho’ em (25) é uma descrição definida. Ambas as expressões designam o mesmo indivíduo no mundo atual, sendo esse Conan Doyle. O maior passo no estabelecimento da “nova teoria da referência” é, talvez, o conceito de designação rígida proposto por Kripke (1980).

3.1.1 Designadores rígidos

A preocupação de Kripke concentra-se em uma análise do modo como ambos, descrições definidas e nomes próprios, designam objetos em contextos modais. A principal diferença está no modo como é dada a relação entre a expressão referencial e o objeto designado: enquanto o objeto designado por um nome próprio é o mesmo em todos os mundos possíveis, o objeto designado por uma descrição definida varia de acordo com qual indivíduo satisfaz as condições de identificação apresentadas pela expressão. Dado que as propriedades exemplificadas por indivíduos podem variar de mundo possível para mundo possível, o objeto designado pela descrição definida também pode variar. De modo mais claro, temos que outro indivíduo que não Conan Doyle poderia ter escrito ‘Um Estudo em Vermelho’; a descrição definida, desse modo, se analisada em relação a esse mundo possível, designa esse indivíduo. O nome próprio, por sua vez, designa necessariamente Conan Doyle. Nomes próprios, segundo Kripke, são designadores rígidos. Designadores rígidos são uma classe de expressões que designam o mesmo objeto em qualquer mundo possível independentemente das propriedades exemplificadas por esse objeto.

Designadores rígidos: um termo designa rigidamente se e somente se esse termo designa o mesmo objeto em todos os mundos possíveis.

Nomes próprios caracterizam um exemplo paradigmático de designação rígida; descrições definidas são o exemplo paradigmático de expressões que não designam rigidamente. De modo a esclarecer a distinção entre designadores rígidos e não rígidos, tomemos como exemplo as seguintes versões de (24) e (25):

(26). **Conan Doyle** é escocês, mas **Conan Doyle** poderia ser inglês.

(27). **O autor de ‘Um Estudo em Vermelho’** é escocês, mas **o autor de ‘Um Estudo em Vermelho’** poderia ser inglês.

O nome próprio ‘Conan Doyle’ designa rigidamente. O objeto designado pelo nome próprio ‘Conan Doyle’, em (26), é necessariamente o mesmo em ambos os usos da expressão: Conan Doyle é escocês, mas o mesmo indivíduo (Conan Doyle) poderia ser inglês. A rigidez do nome é refletida nas condições de verdade da proposição expressa por um proferimento de (26). A sentença pode ser dividida em duas partes: (i.) ‘Conan Doyle é escocês’, e (ii.) ‘Conan Doyle poderia ser inglês’. As condições de verdade relacionadas a um proferimento de (26) são, desse modo:

Dado um proferimento de (26), a proposição expressa por esse proferimento é verdadeira se e somente se há um mundo possível w , onde w é o mundo atual, e CONAN DOYLE é escocês em w , e ao menos um mundo possível w' acessível a w onde CONAN DOYLE é inglês em w' .

Em outras palavras, no conjunto de mundos possíveis que compõem as circunstâncias de valoração relacionadas a esse proferimento de (26), Conan Doyle é escocês, e Conan Doyle poderia ser inglês. Descrições definidas, entretanto, não são designadores rígidos. Dado um proferimento de (27), o indivíduo referido pela descrição definida é aquele que satisfaz a propriedade de ter escrito ‘Um Estudo em Vermelho’ no mundo possível onde as condições de verdade do proferimento são avaliadas. De todo modo, um proferimento de (27) pode ser compreendido de duas maneiras:

(27'). **O autor de ‘Um Estudo em Vermelho’**, ou seja, Conan Doyle, é escocês; **o autor dessa obra**, entretanto, poderia ser outro indivíduo, sendo esse indivíduo, inglês.

Essa sentença, naturalmente, também pode ser dividida em duas partes: (i.) o autor de ‘Um Estudo em Vermelho’ é Conan Doyle, e Conan Doyle é escocês’, e (ii.) o autor de ‘Um Estudo em Vermelho’ poderia ser um indivíduo diferente de Conan Doyle, e esse indivíduo é inglês’. Nessa leitura, as condições de verdade da proposição expressa são as seguintes:

Dado um proferimento de (27) compreendido como (27'), a proposição expressa por esse proferimento é verdadeira se e somente se há um mundo possível w , onde w é o mundo atual, e o autor de 'Um Estudo em Vermelho' em w é escocês, e há ao menos um mundo possível w' acessível a w onde o autor de 'Um Estudo em Vermelho' em w' é diferente do autor de 'Um Estudo em Vermelho' em w , e o autor de 'Um Estudo em Vermelho' em w' é inglês.

Ou seja, no conjunto de mundos possíveis que compõem as circunstâncias de valoração relacionadas a esse proferimento de (27) compreendido do modo (27'), o autor de 'Um Estudo em Vermelho' é escocês no mundo atual, e outro indivíduo poderia ser autor de 'Um Estudo em Vermelho', e esse outro indivíduo é inglês.

A segunda leitura de (27) é dada do seguinte modo:

(27''). **O autor de 'Um Estudo em Vermelho**, ou seja, Conan Doyle, é escocês; **Conan Doyle**, entretanto, poderia ser inglês.

Dividindo (27'') em duas partes: (i.) o autor de 'Um Estudo em Vermelho' é Conan Doyle e Conan Doyle é escocês', e (ii.) Conan Doyle poderia ser inglês. Essa leitura possui as seguintes condições de verdade:

Dado um proferimento de (27) compreendido como (27''), a proposição expressa por esse proferimento é verdadeira se e somente se há um mundo possível w , onde w é o mundo atual, e o autor de 'Um Estudo em Vermelho' em w é escocês, e há ao menos um mundo possível w' acessível a w , e o indivíduo que é autor de 'Um Estudo em Vermelho' em w é inglês em w' .

Desse modo, no conjunto de mundos possíveis que compõem as circunstâncias de valoração relacionadas a esse proferimento de (27) compreendido do modo (27''), o autor de 'Um Estudo em Vermelho' é inglês no mundo atual, e esse indivíduo é inglês em algum mundo possível.

Assim sendo, as diferenças entre (27') e (27'') podem ser explicitadas pelo escopo que o operador modal toma em relação à descrição definida. Enquanto em (27') a descrição definida 'o autor de 'Um Estudo em Vermelho'' está dentro do escopo do operador modal, em (27'') a descrição está fora do escopo desse operador; ou seja, 'o autor de 'Um Estudo em Vermelho'' em (27') tem um escopo estreito em relação ao

operador, e ‘o autor de ‘Um Estudo em Vermelho’ em (27’’) tem um escopo largo em relação a esse operador. Assumindo o tratamento de Russell (1905) para descrições definidas, podemos representar as diferenças de escopo do seguinte modo²⁵:

A primeira parte de ambas as leituras:

$$\exists x(Ax \wedge \forall y(Ay \rightarrow y = x) \wedge Ex)$$

A segunda parte:

$$\text{com escopo estreito: } (\exists z(Az \wedge \forall y(Ay \rightarrow y = z) \wedge Iz))$$

$$\text{com escopo largo: } \exists z(Az \wedge \forall y(Ay \rightarrow y = z) \wedge Iz)$$

Em (27’) a descrição não designa o mesmo objeto em w e w' ; em (27’’) a descrição designa o mesmo objeto em w e w' dado o escopo do operador modal. Nem em (27’), nem em (27’’), entretanto, a descrição definida designa rigidamente. A noção de rigidez não é uma questão de escopo em relação ao operador, mas acerca do modo como caracterizamos expressões referenciais, tanto em sentenças modais, quanto em sentenças simples (KRIPKE, 1980, pg. 12).

De modo mais claro, tomemos a sentença (25). (25) não é quantificada modalmente. O indivíduo designado pela descrição definida em um proferimento dessa sentença ainda pode variar de mundo para mundo: no mundo atual w essa descrição designa Conan Doyle; em um mundo w' , diferente de w , onde outro indivíduo é o autor de ‘Um Estudo em Vermelho’, a descrição designa um indivíduo diferente de Conan Doyle. O indivíduo designado pela descrição varia de acordo com o mundo onde a sentença é proferida (RECANATI, 1993, pg. 7-10): em um proferimento de (25) cuja circunstância de valoração é composta apenas por w , a descrição definida designa Conan Doyle; em um proferimento dessa mesma sentença avaliada em outra circunstância de valoração composta por w' , a descrição pode designar outro indivíduo, sendo esse o autor de ‘Um Estudo em Vermelho’ em w' .

A maior parte das descrições definidas seguem a análise proposta para ‘o autor de ‘Um Estudo em Vermelho’ e não designam rigidamente. Não é correto, entretanto, afirmar que descrições definidas nunca funcionam como designadores rígidos: há uma classe de descrições definidas que se encaixam na caracterização de rigidez apresentada. Tomemos como exemplo a seguinte sentença:

²⁵Onde $Ax = x$ é o autor de ‘Um Estudo em Vermelho’, $Ex = x$ é escocês, e $Ix = x$ é inglês.

(28). A segunda potência de 2 é par.

Um proferimento de (28) expressa uma proposição verdadeira se e somente se a circunstância de valoração de um proferimento dessa sentença é composta por um conjunto de mundos possíveis onde a segunda potência de 2 é par. No mundo atual, o indivíduo designado pela descrição definida em (28) é o número 4. Em qualquer mundo possível w' diferente do mundo atual, do mesmo modo, o indivíduo designado por essa descrição também é 4, dado que a segunda potência de 2 é necessariamente 4 – a descrição definida ‘a segunda potência de 2’ designa o número 4 rigidamente.

Comparamos agora o modo como a descrição em (28) designa rigidamente o número 4 com o modo como o nome próprio em (24) designa rigidamente Conan Doyle. Em (28), o número 4 é designado pela descrição definida em virtude de satisfazer as condições de identificação estabelecidas pela descrição; 4 é designado necessariamente por ‘a segunda potência de 2’ pois 4 é necessariamente a segunda potência de 2. A descrição definida ‘a segunda potência de 2’ é um designador rígido *de facto*; essa descrição **denota** 4.

Designador rígido *de facto*: um termo é um designador rígido *de facto* se e somente se esse termo designa o mesmo objeto em todos os mundos possíveis em virtude das propriedades associadas a esse objeto (RECANATI, 1993, pg.12).

Denotar: um termo denota um objeto se e somente se as convenções da linguagem associam esse termo com certas condições de identificação (PERRY, 2001, pg. 30).

Em (24), o nome próprio ‘Conan Doyle’ designa Conan Doyle em virtude de Conan Doyle estar associado a essa expressão por uma convenção pré-estabelecida. Nomes próprios não denotam: o nome ‘Conan Doyle’ não designa Conan Doyle em virtude de Conan Doyle satisfazer uma condição de identificação requerida pelo nome. O nome próprio ‘Conan Doyle’ designa em virtude de ser relacionado a Conan Doyle por uma convenção que estabelece diretamente ‘Conan Doyle’ como o nome de Conan Doyle. Da mesma maneira, nomes próprios designam rigidamente: o uso de ‘Conan Doyle’ em w designa o mesmo objeto que o uso desse nome em w' , onde w' é diferente de w , em virtude de estabelecermos que esse nome designa esse objeto necessariamente – ‘Conan Doyle’ é um designador rígido *de jure*; esse nome **nomeia** Conan Doyle.

Designador rígido *de jure*: um termo é um designador rígido *de jure* se e somente se esse termo designa o mesmo objeto em todos os mundos possíveis independente das propriedades exemplificadas por esse objeto (RECANATI, 1993, pg. 12).

Nomear: um termo nomeia um objeto se e somente se as convenções da linguagem relacionam esse termo diretamente com o objeto, não com condições de identificação satisfeitas por esse objeto (PERRY, 2001, pg. 30).

Em suma, descrições definidas usualmente não designam rigidamente, podendo, entretanto, funcionar como designados rígidos *de facto*; de todo modo, a relação entre o objeto designado e a descrição é mediada por condições de identificação estabelecidas pela descrição e satisfeitas pelo objeto: descrições definidas denotam. Nomes, por sua vez, são designadores rígidos *de jure*; as convenções da linguagem associam nome ao objeto designado diretamente, sem a mediação de condições de identificação estabelecidas pela expressão utilizada e satisfeita pelo objeto nomeado, ou seja, nomes nomeiam objetos.

3.1.2 Proposições singulares

Estabelecido o modo como nomes próprios e descrições definidas designam, podemos avançar para uma discussão da contribuição realizada por cada tipo de expressão para a proposição expressa. Podemos pensar em proposições como estruturas constituídas composicionalmente pelo conteúdo das expressões utilizadas em seu proferimento. Segundo o referencialismo a contribuição de um termo singular para a proposição expressa é dado pelo conteúdo referencial que associamos a essa expressão. A diferença no modo como descrições definidas e nomes próprios designam resulta em uma diferença na contribuição dessas expressões para o conteúdo proposicional. Voltemos às sentenças (24) e (25).

A expressão referencial em (25) é a descrição definida ‘o autor de ‘Um Estudo em Vermelho’’. Essa descrição não designa rigidamente; o objeto designado por descrições definidas é estabelecido de acordo com as condições de identificação estabelecidas por essa descrição. As condições de verdade da proposição expressa por um proferimento de uma sentença contendo uma descrição definida envolvem as condições de identificação associadas a essa expressão. O conteúdo referencial de uma descrição definida, desse modo, é dado por sua condição de

identificação. Descrições definidas, assim sendo, descrevem.

Descrever: um termo descreve se e somente se sua contribuição para a proposição expressa é uma condição de identificação (PERRY, 2001, pg. 102).

Proferimentos de (25), assim sendo, expressam a seguinte proposição:

(25_r). <é-autor-de-‘Um Estudo em Vermelho’, é-escocês>

Onde ‘é-escocês’ é o conjunto de indivíduos que são escoceses, e ‘autor-de-‘Um Estudo em Vermelho’ é um conjunto unitário que reflete a condição de identificação estabelecida pela descrição definida utilizada no proferimento de (25). A extensão desse conjunto varia de mundo possível para mundo possível. A proposição (25_r) é verdadeira se e somente se, na circunstância de valoração relevante ao proferimento, o indivíduo que é o autor de ‘Um Estudo em Vermelho’ é escocês; falsa se esse indivíduo não é escocês.

Em (24), a expressão referencial que é parte da sentença é o nome próprio ‘Conan Doyle’. Nomes próprios são designadores rígidos *de jure*; ‘Conan Doyle’ designa Conan Doyle em todos os mundos possíveis, independente das propriedades exemplificadas por esse indivíduo. Nomes próprios, desse modo, são mecanismos de referência direta. Tratando-se de mecanismos de referência direta, temos que, “as convenções [da linguagem] não providenciam um complexo [de condições] que junto com a circunstância de proferimento fornecem um objeto; elas fornecem apenas o objeto” (KAPLAN, 1989b, pg. 495). O conteúdo referencial de um nome próprio, ecoando o Millianismo, é dado pelo referente desse nome. Nomes próprios referem.

Referir: um termo refere se e somente se sua contribuição para a proposição expressa é o objeto designado, e não uma condição de identificação (PERRY, 2001, pg. 102).

Assim sendo, um proferimento de (24) expressa a seguinte proposição:

(24_r). <CONAN DOYLE, é-escocês>

Onde ‘é-escocês’ é o conjunto de indivíduos que são escoceses, e CONAN DOYLE é o indivíduo designado pelo nome ‘Conan Doyle’. A proposição (24_r) é verdadeira se e somente se CONAN DOYLE é escocês; falsa se CONAN DOYLE não é escocês.

Assim sendo, partindo do conteúdo associado a um proferimento, podemos definir dois tipos de proposições. Proferimentos de sentenças que envolvem apenas propriedades expressam proposições gerais. Proferimentos de sentenças contendo ao menos um mecanismo de referência direta expressam proposições singulares (ou Russellianas) (KAPLAN, 1989b, pg. 495):

Proposições singulares: são proposições que contêm ao menos um indivíduo como uma de suas partes.

Partindo da diferença entre proposições gerais e proposições singulares, a diferença entre designadores rígidos *de jure* e designadores rígidos *de facto* pode ser acentuada. Designadores rígidos *de jure* são mecanismos de referência direta e sentenças contendo essas expressões expressam proposições singulares; designadores rígidos *de facto* não são mecanismos de referência direta. Assim sendo, a descrição definida ‘a segunda potência de 2’ na sentença (28) designa em virtude do objeto designado satisfazer as condições de identificação explicitadas pela expressão. A proposição expressa, assim sendo, é a seguinte:

(28_r). <segunda-potência-de-2, é-par>

Onde ‘é-par’ é o conjunto de indivíduos que são par, e ‘segunda-potência-de-2’ é o conjunto de indivíduos que são a segunda potência de 2; esse conjunto é unitário e sua extensão é necessariamente dada pelo número 4. A proposição expressa por um proferimento de (28), desse modo, envolve uma condição de identificação e não um indivíduo; (28_r) é uma proposição geral.

Por fim, indexicais, assim como nomes próprios, são uma classe de expressões que contribuem com o referente para a proposição expressa no proferimento de uma sentença; indexicais referem. Diferente de nomes próprios, entretanto, indexicais denotam um indivíduo, e não nomeiam. Kaplan (1989b, 1989a) caracteriza indexicais como uma classe de expressões que, dado um proferimento, indivíduos, guiados por certas regras linguísticas, exploram o contexto para determinar o referente dessas expressões. Ou seja, indexicais são uma classe de expressões semanticamente dependentes do contexto; o indivíduo referido, entretanto, é parte da proposição e não muda de acordo com o mundo possível relevante para as condições de valoração da sentença. A análise de Kaplan segue a seguinte forma:

O proferimento de uma sentença contendo um indexical é realizado por um indivíduo em um contexto-K. Esse contexto-K é

composto pela quádrupla de parâmetros $\langle c_a, c_l, c_t, c_w \rangle$. Usos de um indexical são associados a regras da linguagem que relacionam essa expressão com um parâmetro do contexto. A contribuição feita por um indexical para a proposição expressada é o valor do parâmetro associado com essa expressão por essa regra da linguagem.

De maneira mais clara, tomemos como exemplo a seguinte sentença:

(29). Eu sou escocês.

Assumindo que essa sentença é proferida por Conan Doyle, a proposição expressada, em uma análise Kaplaniana, é determinada da seguinte maneira:

O proferimento de (29) é realizado por Conan Doyle em $c_{(29)}$ composto pela quádrupla de parâmetros $\langle c_{(29)a}, c_{(29)l}, c_{(29)t}, c_{(29)w} \rangle$. Usos de ‘eu’ são associados com a regra ‘o indivíduo que proferiu essa expressão’; essa regra associa o uso de ‘eu’ ao parâmetro $c_{(29)a}$ que é ocupado pelo indivíduo CONAN DOYLE. O conteúdo referencial desse indexical nesse proferimento, desse modo, é CONAN DOYLE.

A proposição expressa por esse proferimento de (29), desse modo, é a seguinte:

(29_r). $\langle \text{CONAN DOYLE, é-escocês} \rangle$

A proposição envolve o indivíduo Conan Doyle e não uma condição de identificação associada a uma expressão. Indexicais referem. Proferimentos de sentença contendo indexicais são proposições singulares. Indexicais são designadores rígidos *de jure*, pois, dadas as informações fornecidas pelo contexto de proferimento, o indivíduo referido pelo indexical é o mesmo em todos os mundos possíveis. Esse indivíduo, entretanto, é designado pelo termo em virtude de satisfazer certas condições de identificação fornecidas pela situação de proferimento, sendo essa a condição em (29) a de ser o indivíduo que proferiu ‘eu’. Indexicais, desse modo, denotam.

Há uma certa relação entre o modo como o indexical fornece um indivíduo para o conteúdo da proposição e a regra da linguagem associada que seleciona o parâmetro relevante para essa expressão. No proferimento de (29) realizado por Conan Doyle, a expressão denota em

virtude de uma convenção da linguagem que relaciona o proferimento de ‘eu’ com o indivíduo que profere a expressão. Esse aspecto de ‘eu’ é o que Kaplan (1978, 1989a, 1989b) chama de **caráter**. O caráter de ‘eu’ é uma função que seleciona o conteúdo referencial desse indexical no contexto de proferimento.

Caráter: o caráter de uma expressão é a regra da linguagem associada à expressão utilizada. O caráter é uma função de um contexto (de proferimento) em um parâmetro que fornece o conteúdo referencial dessa expressão (KAPLAN, 1989b, pg. 505).

O caráter de um expressão reflete seu significado. Assim sendo, o significado de um indexical é a regra da linguagem associada ao caráter dessa expressão. Podemos representar a proposição expressada por um proferimento de (29) de modo que seu caráter fique explícito; temos, desse modo:

(29_{r+c}). <CONAN DOYLE_{eu}, é-escocês>

Onde ‘CONAN DOYLE’ e ‘é-escocês’ são analisados na maneira usual. O subscripto ‘eu’ representa o caráter do indexical ‘eu’ utilizado no proferimento. O caráter dessa expressão é dado por ‘o indivíduo que pronunciou essa expressão’, formalmente representado por uma função de ‘eu’ no contexto cujo valor é $c_{(29)a}$.

Em suma, comparando as três classes de expressões apresentadas temos:

O caráter de um indexical é uma função cujo valor é um parâmetro estabelecido pelo contexto.

O caráter de uma descrição definida é uma função constante cujo valor é dado pelas condições de identificação estabelecidas pela expressão (PREDELLI, 2017, pg. 15)

De modo a manter a intuição de Mill (1843), o significado de um nome próprio é dado pelo referente desse nome. Logo, temos:

O caráter de um nome próprio é uma função constante cujo valor é dado pelo indivíduo referido por essa expressão (KAPLAN, 1989a, 1989b; PREDELLI, 2017).

Essa é a posição assumida aqui. Em termos recentes, podemos reformular o Millianismo do seguinte modo: “de acordo com o Millianismo nomes próprios são rígidos e referem diretamente (ao contrário

de expressões como d[escritões], e possuem um caráter constante (ao contrário de expressões como i[ndeixicais]” (PREDELLI, 2017, pg. 20).

Por fim, um problema pode ser apresentado ao, agora reformulado, Millianismo: de que modo compreendemos proferimentos de um mesmo nome como referindo a diferentes indivíduos? É tentador assumir que, assim como indexicais, o conteúdo de um nome próprio varia de acordo com o contexto de proferimento. O caráter de um nome próprio, nessa proposta, seria algo como ‘o indivíduo chamado NN’, onde NN é o nome próprio utilizado. Assim como indexicais, o caráter de um nome próprio forneceria uma condição de identificação por meio da qual o referente dessa expressão é estabelecido no contexto. Nomes próprios não mais possuiriam o caráter constante; como consequência teríamos o abandono da proposta Milliana, e nomes próprios não mais nomeariam, mas denotariam. A solução, entretanto, é compatível com o referencialismo. Outra rota é explorada aqui. De modo a solucionar esse problema, tomemos como exemplo as seguintes sentenças:

(30). David é músico.

(31). David é filósofo.

O nome próprio presente em ambas as sentenças é ‘David’. Suponhamos que, em (30), o nome ‘David’ é usado pelo falante para referir ao músico David Bowie. Em (31), suponhamos que ‘David’ é usado pelo falante para referir ao filósofo David Lewis. Temos, desse modo, dois proferimentos de ‘David’ resultando na referência de dois indivíduos diferentes. As proposições expressas pelo proferimento de ambas as sentenças, com o caráter explícito, são as seguintes:

(30_{r+c}). <DAVID BOWIE_{BOWIE}, é-músico>

(31_{r+c}). <DAVID LEWIS_{LEWIS}, é-filósofo>

Onde ‘é-músico’ e ‘é-filósofo’, de maneira usual, representam os conjuntos de indivíduos com as propriedades equivalentes. Dada essa articulação de ‘David’, o conteúdo referencial de ‘David’ em (30) é dado pelo indivíduo DAVID BOWIE; o caráter dessa expressão é constante e representado por $\{BOWIE\}$. Do mesmo modo, dada essa articulação de ‘David’ em (31), o conteúdo referencial de ‘David’ é dado pelo indivíduo DAVID LEWIS; o caráter de ‘David’ nesse proferimento é constante e representado por $\{LEWIS\}$.

Seguindo Predelli (2017), podemos estabelecer que dois nomes são proferidos, David_b e David_l, que nomeiam, respectivamente, David

Bowie e David Lewis. Nomes próprios possuem caráter constante, desse modo, o caráter $David_b$ é dado por $\{BOWIE\}$ e é diferente do caráter de $David_l$ que é dado por $\{LEWIS\}$. Ambos os nomes, entretanto, são proferidos da mesma maneira. O problema, desse modo, é reduzido a uma noção semelhante à ambiguidade; Perry (2001) chama o fenômeno de **nambiguidade**. Nambiguidade, assim como ambiguidade, é resolvida contextualmente. O pacote de informações abarcado pelo contexto é utilizado de modo a estreitar a possibilidade de referentes relacionados a um proferimento de um nome (PERRY, 2001, pg. 104); o uso do contexto, diferente do uso de contexto feito por indexicais, é pré-semântico.

3.2 REDE DE NOÇÕES E CONTEÚDO REFLEXIVO

Nomes próprios nomeiam. Um termo nomeia um objeto se e somente se esse termo é associado a esse objeto diretamente, ou seja sem a mediação de condições de identificação. Perry (2001) propõe que o modo como compreendemos o uso de um nome próprio pode ser explicado ao analisarmos o modo como a relação de nomeação ocorre. Sua explicação é explorada aqui. Essa explicação, por sua vez, fornece uma saída a ser explorada pelo referencialista de modo a desenvolver a teoria referencial-reflexiva.

O modelo proposto tem em sua base os tratamentos desenvolvidos principalmente por Donnellan (1970), Kripke (1980), e Evans (1973), onde o referente de um nome pode ser identificado como a base da cadeia histórico-causal que é constituída pelos usos desse nome. A teoria histórico-causal defende que o nome é convencionado como o nome de um objeto em um primeiro momento; usos subsequentes ao ato que convencionam esse nome como o nome desse objeto constroem os elos de uma cadeia de uso. O conjunto desses elos formam uma cadeia histórico-causal. Todo uso posterior de um nome, desse modo, pode ser retrçado, seguindo os elos dessa cadeia, ao primeiro ato que determina esse nome como nome de um objeto. O referente de um nome, assim sendo, é o indivíduo que se encontra na origem dessa cadeia. Kripke caracteriza a teoria da seguinte maneira:

De modo grosseiro, podemos definir a teoria [histórico-causal] do seguinte modo: um ato inicial de batismo ocorre. Aqui o objeto pode ser nomeado por ostensão ou a referência desse pode ser fixada por uma descrição. Quando esse nome é “passado de elo a elo”

o indivíduo que utiliza o nome posteriormente, penso eu, deve ter a intenção de utilizar o nome referindo ao mesmo objeto que o objeto referenciado pelo indivíduo que realizou o uso anterior desse nome. (KRIPKE, 1980, pg. 96)

Kripke identifica ao menos duas etapas distintas importantes para compreendemos a relação entre um nome e seu referente: inicialmente temos o primeiro uso do nome para referir a um indivíduo, chamado de ato de batismo; usos subsequentes desse nome, cuja intenção do falante é referir ao mesmo objeto referido em um proferimento anterior, constituem atos de referência ao indivíduo referido no ato de batismo. Essa distinção pressupõe a diferença entre dois tipos de relações dadas entre os indivíduos que articulam o nome com objeto referido: uma relação direta entre o objeto e o indivíduo que realizou o batismo, e uma relação indireta, mediada pelo ato de batismo, entre indivíduos que usam o nome com a intenção de referir ao objeto referido por aquele nome pelo indivíduo que realizou um proferimento anterior. Esse é o ponto de partida de nossa análise.

3.2.1 Fixando o referente

É no ato de batismo que a convenção linguística que relaciona o nome ao objeto nomeado é estabelecida. É importante apontar que o estabelecimento da convenção onde um nome próprio pode ser usado para referir ao objeto nomeado não consiste necessariamente em um ato explícito onde é dito “esse objeto é assim nomeado” ou “o objeto de tal cor é nomeado por esse ato com tal e tal nome”. Do mesmo modo, um ato de batismo não precisa ser legalmente reconhecido; a noção de nome utilizada aqui é mais ampla que a noção de nome reconhecida legalmente: nomes aqui abarcam quaisquer práticas de uso de uma expressão para referir diretamente a um objeto, conforme apresentado na seção anterior. Toda expressão referencial singular cuja contribuição para uma proposição seja um objeto, e que designe esse objeto em virtude de convenções da linguagem associarem esse termo diretamente a esse objeto, são nomes próprios. ‘Bob Dylan’, nome artístico de Robert Zimmerman é um nome próprio, assim como ‘*The Rock*’, cujo nome legal é Dwayne Douglas Johnson, e ‘Joaquim Maria Machado de Assis’ são nomes próprios.

Assim sendo, para que um nome seja estabelecido, ou seja, para que o ato de batismo ocorra, é necessário apenas que o indivíduo es-

tabeleça uma **condição de permissividade** (PERRY, 2001, pg. 103) onde certo nome é usado para falar acerca de certo objeto. Para que essa condição de permissividade seja estabelecida, entretanto, o indivíduo que realiza o ato de batismo deve estar em uma relação privilegiada em relação ao objeto referido. Essa relação é dada pela capacidade de designar o objeto que será nomeado diretamente, isto é, sem a mediação de outro indivíduo, de modo que, por exemplo, esse indivíduo possa identificar o referente ostensivamente ou por meio de um demonstrativo.

A segunda etapa identificada por Kripke é a “passagem de elo a elo” caracterizada pela sucessão de usos de um nome para referir ao mesmo objeto em uma cadeia histórico-causal. Nessa etapa indivíduos exploram a condição de permissividade estabelecida em um ato de batismo de modo a referirem ao mesmo objeto, sendo esse objeto aquele nomeado por meio do termo estabelecido no ato de batismo. O uso de um nome por esses indivíduos, desse modo, é mediado por um primeiro uso feito por outro indivíduo.

Assim sendo, temos que o ato de batismo determina o primeiro elo da cadeia histórico-causal; usos posteriores, por sua vez, referem ao objeto que está na origem dessa cadeia. Para garantir que o referente de um nome se mantenha constante, é necessário que usos posteriores desse nome explorem a mesma condição de permissividade explorada pelo indivíduo que ocupa a posição anterior a esse na cadeia de uso. De modo mais claro tomemos como exemplo a seguinte sentença:

(32). Saul Kripke é filósofo.

Presumidamente, o indivíduo Saul Kripke foi batizado com o nome ‘Saul Kripke’ por seus pais. Os pais de Kripke, desse modo, estabeleceram uma condição de permissividade que autoriza que indivíduos refiram a Kripke por meio de proferimentos do nome ‘Saul Kripke’. Esse é o primeiro elo da cadeia histórico-causal; Kripke é a origem dessa cadeia. Nós, do mesmo modo que os pais de Kripke, utilizamos o nome ‘Saul Kripke’ para nos referir a Kripke. O autor desse trabalho, por exemplo, teve contanto com esse nome em suas aulas de lógica por meio de usos de ‘Saul Kripke’ para referir a Kripke realizados por Cezar Mortari, seu professor. O uso do nome ‘Saul Kripke’ realizado pelo autor desse trabalho constitui um elo da cadeia histórico-causal que pode ser retrçado ao uso do mesmo nome realizado por Cezar Mortari. O uso desse nome realizado por esse professor, por sua vez, pode ser retrçado a outro uso desse nome que foi realizado para referir a Kripke, que deu origem ao uso dessa expressão realizado por Cezar Mortari.

Esse uso por sua vez, pode ser retraçado a outro uso, até que, por fim, retornamos ao uso desse nome pelos pais de Kripke em seu ato de batismo.

Essa é a intuição que sustenta a teoria histórico-causal: usos de um nome próprio para referir a um objeto ou estabelecem a relação entre o objeto e nome, ou são (histórico-causalmente) dependentes de uma relação já estabelecida entre esse nome e esse objeto. Uma sucessão de usos do mesmo nome para referir ao mesmo indivíduo constituem uma **prática de uso do nome** (EVANS, 1982, pg. 381). A prática de uso de nome pode, por sua vez, sustentar mais de um tipo de articulação do mesmo nome, dado variações regionais e de idiomas. De modo mais claro, tome como exemplo a seguinte sentença:

(33). Platão é grego.

O nome ‘Platão’ em (33) refere à Platão, o filósofo professor de Aristóteles. Falantes do português brasileiro no século XXI referem-se a esse indivíduo por esse nome, i.e. articulando o nome como ‘Platão’. Os contemporâneos do filósofo, entretanto, proferiam seu nome de maneira diferente, possivelmente com uma variação, transliterada em português brasileiro, semelhante a ‘Plátōn’. Os nomes ‘Platão’ e ‘Plátōn’, entretanto, fazem parte da mesma prática de uso de nome: não foi necessário um novo ato de batismo, ou seja, o estabelecimento de uma nova condição de permissividade, para que o indivíduo Platão passasse a ser referido por proferimentos de ‘Platão’. O ato que estabeleceu a condição de permissividade que associa o indivíduo Platão ao nome ‘Plátōn’ é o mesmo ato que estabeleceu a condição que nos permite referir a Platão pelo nome ‘Platão’. Não houve a necessidade de que o primeiro indivíduo que articulou ‘Platão’ para se referir a Platão estivesse em uma relação privilegiada com o referente desse nome.

Contrastando com articulações de ‘Platão’ e ‘Plátōn’, tomemos como exemplo os nomes ‘Bob Dylan’ e ‘Robert Zimmerman’. Nenhum dos nomes faz parte da mesma prática de uso. Articulações de ‘Bob Dylan’ não referem a Robert Zimmerman em virtude de variações regionais do nome ‘Robert Zimmerman’. Foi necessário o estabelecimento de uma nova condição de permissividade que relacionava o nome ‘Bob Dylan’ a Robert Zimmerman. A relação, desse modo, foi estabelecida em um novo ato de batismo diferente do ato de batismo que relaciona ‘Robert Zimmerman’ com Robert Zimmerman. Assim sendo, usos para referir a Robert Zimmerman por proferimentos de ‘Bob Dylan’ fazem parte de práticas de uso diferentes dos usos de ‘Robert Zimmerman’ para referir a Robert Zimmerman.

Por fim, Kripke aponta que para que o ato de referência seja realizado com sucesso, o indivíduo que profere o nome próprio deve ter a intenção de usar o nome para referir ao objeto dado como referente. De maneira similar, Strawson (1950), por sua vez, aponta que o objeto de referência é determinado pelo indivíduo que realiza o ato de referência, e não necessariamente pela expressão utilizada. Referência, segundo Strawson, é algo atribuído a ações realizadas por um indivíduo, e não necessariamente aos termos proferidos nessa ação. Perry (2001), partindo dessa intuição, propõe alguns ajustes à teoria histórico-causal, onde, guiando ao ato de referir, está a intenção do falante. O ato de referência, por sua vez, tem como função coordenar a intenção dos participantes de uma conversa, de modo que esses possam referir ao mesmo objeto.

A incorporação da intenção na teoria da referência incia-se com uma teoria acerca do modo como coletamos e organizamos informações acerca de indivíduos. Perry faz uso da ideia de que armazenamos informações coletadas acerca de um indivíduo em **noções** ou arquivos mentais²⁶. Arquivos mentais, segundo Recanati (2012), são o equivalente cognitivo de termos singulares. Esses arquivos são cognitivamente condicionados, funcionando de modo semelhante a modos de apresentação. Além de refletirem o modo de apresentação relacionado a um objeto, arquivos mentais também coordenam referência e armazenam informações acerca de um objeto. A relação entre um objeto e o arquivo mental desse objeto é estabelecida de modo relacional, e não descritivo, ou seja, o arquivo é acerca de um objeto e informação acerca desse objeto é armazenada nesse arquivo dada uma relação entre o objeto e o indivíduo portador do arquivo. A metáfora entre um arquivo de computador onde informação acerca de um indivíduo é armazenada e arquivos mentais é bastante ilustrativa. Desse modo, tomemos a seguinte sentença como exemplo:

(34). Bertrand Russell é inglês.

Ao ouvirmos um proferimento de (34), adquirimos uma certa informação acerca do indivíduo Bertrand Russell. No modelo de arquivos

²⁶Outros autores exploram a ideia de arquivos mentais. Recanati (1993) explora o modo como esse conceito é relacionado com termos singulares em atos de referência; do mesmo modo Recanati (2012, 2016) oferece uma análise dos fundamentos da proposta. Dickie (2011, 2015), baseado na proposta de Evans (1973, 1982), oferece um tratamento do modo como um arquivo é relacionado a um objeto; a abordagem do autor não é explorada aqui, entretanto, sua proposta é compatível o tratamento aqui exposto. Grice (1969) também faz uso de um conceito similar sob o nome de 'dossiê'.

mentais, armazenamos a informação adquirida sobre Bertrand Russell em um arquivo que etiquetamos com ‘Bertrand Russell’. Nossa relação com Bertrand Russell pode ser dada de dois modos: se a informação adquirida por meio desse proferimento for a primeira informação acerca do filósofo inglês, criamos um novo arquivo onde essa informação é armazenada e etiquetamos esse arquivo com o nome ‘Bertrand Russell’. Bertrand Russell, entretanto, é um indivíduo bastante famoso. Pode ser o caso, desse modo, que já tenhamos um arquivo acerca do filósofo inglês. Desse modo, essa informação é armazenada nesse arquivo já existente. No arquivo nomeado ‘Bertrand Russell’, armazenamos também todas as informações que relacionamos com Bertrand Russell.

As informações armazenadas em um arquivo, entretanto, não são necessariamente verdadeiras. Podemos, por exemplo, armazenar em nosso arquivo etiquetado ‘Bertrand Russell’, a informação falsa de que Bertrand Russell era cristão. O arquivo, entretanto, ainda é acerca de Bertrand Russell. Dado que o arquivo é construído de modo relacional e não descritivo, Recanati (2012) aponta que o arquivo é acerca de um indivíduo dada uma relação epistemicamente recompensadora entre o indivíduo cujo arquivo diz respeito e o indivíduo que criou o arquivo. Essa relação é dada por qualquer relação em que o indivíduo que cria o arquivo possa coletar informações acerca do indivíduo cujo arquivo diz respeito.

Arquivos mentais seguem o condicionamento cognitivo assim como proposto por uma semântica Fregeana, desempenhando uma função similar a modos de apresentação. Assim sendo, uma sentença como ‘Conde Russell é inglês’, mesmo comunicando informação sobre Bertrand Russell, pode ser armazenada em um arquivo diferente do arquivo etiquetado ‘Bertrand Russell’. Suponhamos que um indivíduo possua dois arquivos, um etiquetado ‘Bertrand Russell’ e outro etiquetado ‘Conde Russell’. A informação que esse indivíduo adquire ao ouvir um proferimento de (34) é armazenada em um arquivo diferente da informação que esse indivíduo adquire ao ouvir ‘Conde Russell é inglês’. De todo modo, ao adquirir a informação de que Conde Russell é Bertrand Russell, esse indivíduo pode unir ambos os arquivos, combinando as informações armazenadas em cada arquivo²⁷.

Perry (2001) divide arquivos mentais em dois grupos: *buffers* e *noções*. *Buffers* são arquivos mentais temporários dependentes da percepção de um indivíduo. A função de um *buffer* é guiar as diferen-

²⁷Tanto Perry (2001) quanto Recanati (2012) apontam que essa fusão entre arquivos não é imediata. Detalhes, entretanto, desviariam consideravelmente de uma discussão acerca de nomes próprios.

tes funções desempenhadas por um objeto em uma situação; ou seja, ao percebermos um objeto disparamos um *buffer* acerca desse objeto, informações adquiridas nessa relação com esse objeto são armazenadas nesse *buffer* e mantidas enquanto o *buffer* está ativo. Informações adquiridas e armazenadas em um *buffer* podem ser mantidas ao fim do período de atividade desse arquivo, desse modo, o conteúdo do *buffer* é transferido para uma noção. **Noções**, assim sendo, seguem o modelo de um arquivo de vida mais longa, onde a informação armazenada pode ser acessada em outra ocasião onde não há relação do indivíduo com o objeto percebido. Podemos representar noção como um conceito do tipo $Nt(x)$, onde ‘x’ é a etiqueta que relacionamos a essa noção.

Percepções dão origem a *buffers*; *buffers* dão origem a noções. Atos de referência, por sua vez, são dependentes de noções ou *buffers* (PERRY, 2001, pg. 132). Korta e Perry (2011) propõem que termos singulares têm como função, em uma conversa, coordenar a referência dos participantes. A intenção de um participante de referir a um objeto é dada pelo **foco cognitivo** desse indivíduo. Todo ato de referência exige um foco cognitivo. O foco cognitivo de um indivíduo é guiado por um arquivo mental de que esse indivíduo faz uso em seu ato de referência. O objeto relacionado com o arquivo utilizado pelo foco cognitivo usado no ato de referência de um indivíduo é o objeto que esse indivíduo teve a intenção de referir em seu proferimento de um termo singular. O ato de referência só obtém sucesso, entretanto, se o indivíduo que realizou o ato fez uso de um termo singular que o permite referir ao objeto desejado. De modo mais claro, tomemos como exemplo a seguinte sentença:

(35). Gottlob Frege é alemão.

Um indivíduo profere (35) de modo que Gottlob Frege cumpra certo papel nessa conversa. O indivíduo, por exemplo, tem como objetivo que Frege seja o assunto central de sua conversa acerca dos desenvolvimentos da lógica no final do século XIX. Ao proferir (35), esse indivíduo fez uso de sua noção $Nt(GottlobFrege)$ e comunica a informação previamente armazenada nessa noção de que o objeto que esse indivíduo relaciona a $Nt(GottlobFrege)$ é alemão. Seu foco cognitivo, assim sendo, é dado por $Nt(GottlobFrege)$. Esse indivíduo, nesse ato de referência, fez uso do nome ‘Gottlob Frege’; esse nome, por sua vez, foi estabelecido em um ato de batismo que permite que proferimentos de ‘Gottlob Frege’ refiram a Frege. O termo ‘Gottlob Frege’, desse modo, permite que o indivíduo que proferiu (35) faça referência a Frege. De modo a explorar essa convenção o indivíduo faz uso da

noção $Nt(GottlobFrege)$ que guia seu ato de referência. Ao ouvirem o proferimento de (35), outros participantes da conversa percebem o ato de referência realizado pelo falante, e ajustam seus focos cognitivos de acordo, fazendo usos de noções que fazem parte de uma rede associada com usos do nome ‘Gottlob Frege’ para referir ao mesmo indivíduo referido nesse proferimento de (35). Atos de referência posteriores ao proferimento de (35) que fazem uso do foco cognitivo associado a esse proferimento de ‘Gottlob Free’ referem a Frege.

Assim sendo, a intenção do falante é incorporada na teoria histórico-causal pela presença de foco cognitivo guiando o proferimento de um nome próprio. O foco cognitivo é dado em relação a noção e essa noção pode ser criada com base na percepção de outros atos de referência, criando assim uma rede de atos de referências similar ao proposto na teoria histórico-causal. Essa é a teoria de rede de noções proposta por Perry (2001). **Rede de noções** iniciam com a intuição de que atos de referência são guiados por noções. O indivíduo que realizou o ato de batismo fez uso de um foco cognitivo associado a um arquivo mental (*buffer* ou noção) que serviu como guia para esse uso desse nome. Usos posteriores do mesmo nome têm como objetivo coordenar falantes para esse mesmo foco cognitivo; no caso de nomes próprios, chamamos o foco cognitivo de foco nominal. A cadeia histórico-causal de referência, desse modo, consiste em um conjunto de indivíduos que fazem uso do mesmo tipo de noção de modo que a referência ao mesmo indivíduo é garantida.

Por fim, temos que dois usos de um nome com a intenção de referir ao indivíduo que dá início a essa cadeia correferem²⁸; um uso de um nome com a intenção de correferir a um uso anterior desse nome correfere condicionalmente, ou co-correfere, ao uso anterior; novos elos em uma rede de noções são formados por uma co-correferência. Todas as co-correferências fazem uso do mesmo foco cognitivo, que é guiado pelo mesmo tipo de noção dada no ato de batismo que estabeleceu a condição de permissividade que associa o nome ao indivíduo. Por fim, explicitado o modo como compreendemos o uso de nomes próprios, vamos à teoria referencial-reflexiva.

²⁸É importante notar que não só nesse caso dois proferimentos correferem. Uma abordagem referencialista assume que dois nomes quaisquer que referem ao mesmo indivíduo correferem. Ou seja, ‘Cícero’ e ‘Tully’, assim como dois proferimentos do (mesmo) nome ‘Cícero’ correferem.

3.2.2 Reflexividade

De modo a complementar a intuição referencialista, aceitando um condicionamento cognitivo, Perry (2001) propõe que a informação comunicada por um proferimento de uma sentença que contém um termo singular veicula informações que vão além de apenas o conteúdo referencial. O conteúdo referencial ainda é comunicado, porém uma gama de proposições é expressada; como resultado, temos uma abordagem multiproposicional²⁹.

Como ponto de partida, Perry (2001) distancia-se do tratamento Kaplaniano acerca do conteúdo proposicional, adotando a ideia de *token*-reflexividade, proposta por Reichenbach (1947)³⁰. A diferença entre os modelos se dá no objeto ao qual é atribuído valor semântico. No modelo de Kaplan temos que, dada uma sentença, a proposição expressa em um proferimento é determinada pelas expressões articuladas em conjunto com os parâmetros fornecidos pelo contexto de proferimento; o caráter de cada expressão é uma função que, de acordo com o significado que atribuímos a essa expressão, a associa ao parâmetro correspondente evidenciado pelo contexto. Semântica, desse modo, trata de expressões (ou sentenças) em conjunto com um contexto. O modelo reflexivo, em contraste, defende que o valor semântico é atribuído não às expressões (*types*), mas sim a *tokens* (ou proferimentos) dessas expressões. O caráter evidencia uma regra reflexiva que reflete as informações associadas ao proferimento (*token*) dessa expressão (*type*). Ou seja, conteúdo reflexivo é guiado por “regras reflexivas que aparentemente atribuem propriedades semânticas para *tokens* particulares, no lugar das expressões-*type* que esses *tokens* instanciam” (PREDELLI, 2005, pg. 100). De maneira mais clara, como ponto de partida, tomemos as seguintes sentenças:

(29). Eu sou escocês.

(36). Você é escocês.

Como foco da análise, tomemos os termos singulares presentes em (29) e (36), ou seja, os indexicais ‘eu’ e ‘você’. O caráter de ‘eu’ é uma função no contexto que seleciona um agente, sendo esse agente o

²⁹Para uma abordagem similar, assim como uma defesa dessa posição, conferir Corazza (2004) e Korta e Perry (2008).

³⁰García-Carpintero (1998, 2000) realiza uma defesa da proposta *token*-reflexiva e aponta problemas no modelo Kaplaniano. Para problemas com *token*-reflexividade, assim como uma defesa do modelo de Kaplan, conferir Predelli (2005).

indivíduo que proferiu a expressão. O caráter de ‘você’, semelhante ao caráter de ‘eu’, também seleciona um agente no contexto, esse agente, em contrapartida, é o indivíduo alvo do proferimento. O caráter de uma expressão reflete o significado associado ao *type* de uma expressão; o conteúdo reflexivo reflete informações associadas a um proferimento, ou seja, ao *token* de uma expressão. Assim sendo, apliquemos essa análise aos *tokens* de ‘eu’ e ‘você’ dados em um proferimento de (29) e (36):

O caráter de ‘eu’ em (29), dado um proferimento dessa sentença no contexto-K $c_{(29)}$, seleciona o parâmetro $c_{(29)a}$.

O caráter de ‘você’ em (36) dado um proferimento dessa sentença no contexto-K $c_{(36)}$ seleciona o parâmetro $c_{(36)a}$.

Dado que o caráter de ‘eu’ é uma função que seleciona no contexto o indivíduo que profere a expressão, podemos estabelecer a regra ‘o indivíduo que proferiu essa expressão’³¹, que reflete o caráter de ‘eu’. Do mesmo modo, dado o caráter de ‘você’ podemos estabelecer a regra ‘o indivíduo alvo do proferimento dessa expressão’ refletindo o caráter dessa expressão. Aplicando essa análise aos *tokens* de ‘eu’ e ‘você’ dados em um proferimento de (29) e (36), temos as seguintes proposições:

(29_m). **O falante de (29)** é escocês.

(36_m). **O alvo do proferimento de (36)** é escocês.

Tanto (29_m) quanto (36_m) são informações associadas por ouvintes de um proferimento das sentenças (*type*) (29) e (36) a esse proferimento (*token*) em relação às expressões utilizadas pelo falante de cada sentença. Em conjunto com o conteúdo referencial, essas informações, segundo Perry (2001), compõem o **conteúdo reflexivo** veiculado por esse proferimento. A função do conteúdo reflexivo é refletir parte do conteúdo cognitivo associado por um falante a um proferimento de uma sentença. Assim sendo, (29_m) e (36_m), refletem parte do conteúdo cognitivo associado a proferimentos de (29) e (36).

O conteúdo reflexivo refletido por (29_m) e (36_m) são o que Perry (2001), seguindo Burks (1948), chama de **conteúdo indexical**. O conteúdo indexical é um tipo de conteúdo reflexivo. Por fim, assumindo que Conan Doyle é o indivíduo fornecido pelo parâmetro selecionado

³¹Notemos, entretanto, que mesmo o caráter do indexical sendo explicitado por uma descrição definida, o termo singular ainda designa um objeto do modo explicitado na seção 3.1.1. O tratamento aqui apresentado é semelhante ao proposto por Kaplan (1978) para demonstrativos.

pelo caráter das expressões utilizadas, temos as seguintes proposições estabelecidas pelo conteúdo referencial de ambos os proferimentos:

(29_r). <CONAN DOYLE, é-escocês>

(36_r). <CONAN DOYLE, é-escocês>

Ambos os proferimentos de (29) e (36) expressam a mesma proposição em relação ao conteúdo referencial. Indivíduos, entretanto, compreendem um proferimento de (29) como comunicando uma informação diferente de um proferimento de (36), dado o fato de que, em conjunto com (29_r) e (36_r), esse proferimento também comunica as proposições (29_m) e (36_m). As proposições (29_m) e (36_m) refletem o conteúdo indexical associado a esse proferimento de (29) e (36); o conteúdo indexical, por sua vez, é parte do conteúdo reflexivo a um proferimento.

Assim sendo, como um referencialista, Perry mantém que proferimentos de sentenças singulares veiculam o conteúdo referencial associado às expressões utilizadas no proferimento. Assumindo uma versão moderada do condicionamento cognitivo de Frege, em conjunto com a hipótese de Reichenbach (1947), onde o conteúdo semântico é atribuído a *tokens* e não a *types* de expressões, Perry argumenta que esse proferimento também veicula uma série de proposições evidenciadas pelo conteúdo reflexivo. Conteúdo referencial, entretanto, é usualmente suficiente para que a comunicação seja efetiva; é esse o conteúdo que usualmente exploramos em uma conversação. Conteúdo reflexivo, por sua vez, ainda é comunicado. As condições de verdade estabelecidas pelo conteúdo reflexivo, ao explorarmos o conteúdo referencial, são tomadas como fixas por informações disponíveis no contexto. Há situações, entretanto, onde o objetivo da conversa ou a escassez de informação torna necessário que os participantes explorem a informação em um nível reflexivo, não referencial.

Tomemos por exemplo uma situação onde o indivíduo que proferiu (29) é desconhecido. Um proferimento de (29), inicialmente, comunica as proposições (29_r) e (29_m). A proposição (29_r) só pode ser determinada se a informação acerca do indivíduo que proferiu (29) for disponível no contexto; ou seja, o caráter de ‘eu’ só fornece um indivíduo para cumprir o conteúdo reflexivo de ‘eu’ no contexto- K $c_{(29)}$ se ao parâmetro $c_{(29)a}$ for associado algum objeto. O contexto não contém essa informação, logo (29_r) não está acessível. O proferimento, entretanto, ainda comunica (29_m). Ouvintes desse proferimento de (29), assim sendo, podem trabalhar com a informação ao nível do conteúdo

indexical. Condições de verdade, do mesmo modo, podem ser associadas a esse proferimento:

Esse proferimento de (29) veicula uma informação verdadeira se e somente se o indivíduo que realizou esse proferimento de (29) é escocês.

Por fim, se os ouvintes desse proferimento descobrirem que quem proferiu (29) foi Conan Doyle, logo, se a informação acerca do valor associado ao parâmetro $c_{(29)a}$ se tornar disponível no contexto, esses indivíduos podem trabalhar com o proferimento em nível referencial, ou seja, com a proposição (29_r). Assim sendo, o proferimento comunica uma informação verdadeira se e somente se CONAN DOYLE é escocês.

A análise pode ser estendida para nomes próprios. Tomemos como exemplo a seguinte sentença:

(24). Conan Doyle é escocês.

O caráter de um nome próprio, entretanto, é constante e seu valor é dado, independente de relações contextuais, pelo indivíduo referido por esse nome. Assim sendo, de modo pouco informativo, a proposição que reflete o conteúdo indexical de um nome já tem como fixo o objeto designado:

(24_m). CONAN DOYLE é escocês.

(24_m), semelhante à proposição que reflete o conteúdo referencial expresso por um proferimento de (24), possui o indivíduo Conan Doyle como uma de suas partes. Dado o caráter constante de um nome próprio, temos como consequência o fato de que o referente de um nome já é dado independente de relações contextuais, ou seja, é fixo no nível do conteúdo indexical (PERRY, 2001, pg. 83). Conteúdo indexical, entretanto, não esgota o conteúdo reflexivo associado a um proferimento. O conteúdo reflexivo é estabelecido em relação a certas informações pressupostas por indivíduos dadas certas características linguísticas relacionadas às expressões utilizadas no proferimento de uma sentença. Sendo assim, tomemos o conteúdo referencial expresso por um proferimento de (24):

(24_r). <CONAN DOYLE, é-escocês>

O conteúdo referencial associado ao nome próprio ‘Conan Doyle’ é estabelecido dada uma condição de permissividade que autoriza usos

do nome ‘Conan Doyle’ a referirem a Conan Doyle. De modo a realizar a referência com sucesso, o indivíduo que realiza o proferimento precisa ter a intenção de referir a Conan Doyle por meio do uso do nome ‘Conan Doyle’. Ou seja, esse indivíduo toma como seu foco cognitivo uma noção associada a uma rede estabelecida na prática de uso desse nome. Assim sendo, podemos estabelecer o conteúdo reflexivo de um proferimento de uma sentença contendo um nome próprio em três aspectos: acerca do proferimento realizado, do indivíduo que realizou esse proferimento, e da rede explorada por esse indivíduo (KORTA; PERRY, 2011, pg. 86).

Relativo ao proferimento:

O conteúdo reflexivo de (24) relativo a esse proferimento veicula a informação que:

(24_u). Essa sentença foi proferida por um indivíduo, e esse indivíduo fez uso de $Nt(ConanDoyle)$, e essa noção é parte da rede que contém uma condição de permissividade que associa o nome ‘Conan Doyle’ a um objeto, e esse objeto é Conan Doyle, e Conan Doyle escocês.

Sem tomar alguma dessas informações como fixa, temos que as condições de verdade de um proferimento de (24) são dadas por:

Dado que (24) está em português, possui a estrutura sintática que possui, e ‘é escocês’ toma seu significado usual, a proposição expressa por (24) é verdadeira se e somente se:

- i. $\exists x, \exists N, \exists y$ onde x é o falante de (24), N é a rede de noção explorada por x no proferimento de ‘Conan Doyle’, y é a origem da N , e y é escocês.

Relativo ao falante:

O conteúdo reflexivo de (24) relativo ao falante veicula a informação que:

(24_s). O indivíduo que proferiu essa sentença fez uso de $Nt(ConanDoyle)$, e essa noção é parte da rede que contém uma condição de permissividade que associa o nome ‘Conan Doyle’ a um objeto, e esse objeto é Conan Doyle, e Conan Doyle escocês.

Se tomarmos apenas a informação acerca de que há um falante como fixa, temos que as condições de verdade de um proferimento de (24) são dadas do seguinte modo:

Dado que (24) está em português, possui a estrutura sintática que possui, ‘é escocês’ toma seu significado usual, e (24) foi proferida por um indivíduo, a proposição expressa por (24) é verdadeira se e somente se:

- ii. $\exists N, \exists y$ onde N é a rede de noção explorada no proferimento de ‘Conan Doyle’, y é a origem da N , e y é escocês.

De todo modo, se tomarmos esse proferimento de (24) como uma asserção sincera, ao focarmos a análise na noção empregada no proferimento, temos que esse indivíduo associa a sua noção de Conan Doyle sua crença de que Conan Doyle é escocês. Essa informação também é reflexiva e é veiculada pelo proferimento da sentença. O conteúdo relacionado a essa informação é o que Perry (2001) chama de conteúdo intencional:

(24_i). $Nt(ConanDoyle)$ é escocês.

Relativo à rede:

O conteúdo reflexivo de (24) relativo à rede veicula a informação que:

(24_n). A rede explorada contém uma condição de permissividade que associa o nome ‘Conan Doyle’ a um objeto, e esse objeto é Conan Doyle, e Conan Doyle é escocês.

Se tomarmos as informações de que há um falante, e que esse falante fez uso de uma noção que é parte de uma rede associada ao nome ‘Conan Doyle’ como fixas, temos que as condições de verdade de um proferimento de (24) são dadas do seguinte modo:

Dado que (24) está em português, possui a estrutura sintática que possui, ‘é escocês’ toma seu significado usual, (24) é proferida por um indivíduo, e esse indivíduo é parte da rede que explora a condição de permissividade que associa ‘Conan Doyle’ a um objeto, a proposição expressa por (24) é verdadeira se e somente se:

iii. $\exists y$ onde y é a origem da rede de noção explorada, e y é escocês.

Por fim, tomando as informações associadas ao proferimento, ao falante, e à rede explorada como fixas, trabalhamos com o conteúdo referencial associado a esse proferimento de (24):

(24_{r*}). **Conan Doyle** é escocês.

Que, se estruturado, é dado por (24_r). Por fim, dado que Conan Doyle é o indivíduo referido nesse proferimento, e Conan Doyle é escocês, as informações veiculadas por esse proferimento de (24) são verdadeiras.

3.3 UM TRATAMENTO REFLEXIVO-REFERENCIAL PARA NOMES PRÓPRIOS

Esse capítulo teve como objetivo caracterizar um tratamento referencial-reflexivo, baseado na proposta de Perry (2001), para nomes próprios que possuem referente. A teoria referencial-reflexiva assume o pressuposto referencialista onde a proposição expressa por proferimentos de sentenças contendo nomes próprios é dada pelo conteúdo referencial associado às expressões utilizadas no proferimento. Essa abordagem, entretanto, é, em parte, cognitivamente condicionada, tendo como objetivo fornecer uma explicação para o fato de que associamos informações diferentes a proferimentos de sentenças com o mesmo conteúdo referencial.

Inicialmente é caracterizado o tratamento referencialista para nomes próprios. Nomes próprios são designadores rígidos *de jure*. A relação entre um nome próprio e seu referente é estabelecida diretamente por meio de uma convenção da linguagem; ou seja, nomes próprios nomeiam objetos. Nomes próprios, assim sendo, são mecanismos de referência direta, logo, o conteúdo referencial de um nome próprio é o indivíduo associado a essa expressão. Assim sendo, proferimentos de sentenças contendo nomes próprios expressam proposições singulares. Por fim, o conteúdo de um nome próprio é independente do contexto de proferimento, ou seja, o caráter dessa expressão é constante.

Distanciando-se do paradigma Kaplaniano, a proposta de Perry (2001) assume que o conteúdo semântico não é atribuído em relação ao conjunto sentença (*type*) e contexto, mas sim ao proferimento (*token*) de uma sentença. O caráter de uma expressão, assim sendo, reflete a regra (reflexiva) linguística que associamos ao *type* de uma expressão;

dado o caráter de uma expressão, um proferimento produz um *token* de uma sentença cuja proposição é estabelecida de acordo com as regras reflexivas das expressões que a compõem.

Desse modo, Perry (2001) propõe um multiproposicionalismo. Em conjunto com o conteúdo referencial o proferimento (*token*) de uma sentença também comunica um conjunto de proposições estabelecidas em relação ao conhecimento linguístico de um indivíduo, ou seja, as regras reflexivas associadas às expressões instanciadas proferimento. Tratando-se de nomes próprios, essas proposições são dadas de acordo com o modo como essas expressões se relacionam com seus referentes. Ou seja, de acordo com o modelo de rede de noções.

A proposta de rede de noções tem em seu cerne a ideia de que um ato de referência refere a um indivíduo se e somente se é a intenção do falante, ao proferir um nome próprio, referir a esse indivíduo. Atos de referência, segundo a proposta, são estabelecidos de acordo com o foco cognitivo do falante no proferimento de uma expressão referencial. O foco cognitivo do falante é dado por uma noção. Noções são arquivos mentais cognitivamente condicionados cuja função é armazenar informações e coordenar atos de referência. No proferimento de um nome próprio NN qualquer, o indivíduo faz uso de uma noção $Nt(NN)$ associada ao referente desse nome como seu foco cognitivo. O proferimento refere ao indivíduo se há uma condição de permissividade que associa esse nome a esse indivíduo; se essa condição não existe e o indivíduo que realiza o proferimento está em uma relação privilegiada com o alvo de seu ato de referência, esse proferimento de NN pode estabelecer uma nova condição de permissividade onde NN refere a esse objeto, caracterizando assim um ato de batismo.

Atos de referência cuja intenção é referir ao indivíduo referido por outro ato de referência correfere condicionalmente, i.e. co-correfere, com o primeiro ato. Dado que o ato de estabelecer uma nova condição de permissividade é um ato de referência, atos de referência que correferem condicionalmente com o ato de batismo formam uma rede de atos de referência. Todas os atos de referência dessa rede fazem uso do mesmo tipo de noção que é relacionada ao mesmo objeto. Essa é base da proposta de rede de noções.

Desse modo, podemos estabelecer o conteúdo reflexivo associado a um nome próprio três níveis: relativo ao proferimento realizado, relativo ao indivíduo que realizou esse proferimento, e relativo à rede explorada. A cada conteúdo relacionamos uma condição de verdade. Por fim, em conjunto com o conteúdo referencial, temos, as seguintes proposições associadas a um proferimento de uma sentença contendo

um nome próprio:

Relativo ao proferimento: Essa sentença foi proferida por um indivíduo, e esse indivíduo fez uso de uma noção, e essa noção é parte da rede que contém uma condição de permissividade que associa o nome utilizado a um objeto, e esse objeto satisfaz a propriedade predicada no proferimento.

Atrelada ao falante: O indivíduo que proferiu essa sentença fez uso de uma noção, e essa noção é parte da rede que contém uma condição de permissividade que associa o nome utilizado a um objeto, e esse objeto satisfaz a propriedade predicada no proferimento.

Atrelada à rede: A rede explorada contém uma condição de permissividade que associa o nome utilizado a um objeto, e esse objeto satisfaz a propriedade predicada no proferimento.

O proferimento de uma sentença contendo um nome próprio expressa um conjunto de proposições estabelecidas a partir do conteúdo reflexivo relativo ao proferimento, do conteúdo reflexivo relativo ao falante, do conteúdo reflexivo relativo à rede, e do conteúdo referencial. Dada uma conversa, as informações disponíveis para os participantes dessa conversa estabelecem que tipo de conteúdo é explorado.

4 NOMES VAZIOS

Nomes vazios são nomes próprios que não possuem referente. Como nomes próprios, o tratamento apresentado para essas expressões deve ser coerente com as considerações apresentadas no capítulo anterior; especialmente o mecanismo referencialista da seção 3.1. Ajustes, obviamente, são necessários, especialmente onde a teoria exige explicitamente um referente. Esse capítulo tem como objetivo adequar o tratamento apresentado no capítulo 3 para nomes vazios.

O problema central do referencialismo em um tratamento de nomes próprios é o fato de que não há conteúdo referencial associado a essas expressões. Esse problema é contornado com a série de conteúdos referenciais propostos pelo tratamento referencial-reflexivo. Há uma grande diferença, entretanto, no modo como o referente de um nome próprio se relaciona com esse nome, e o modo como a falta de referente de um nome caracteriza o nome como vazio; esse problema é tratado na seção 4.1. Como consequência dessa diferença, há a necessidade de revisar o mecanismo de rede de noções exposto na seção 3.2. Esse é o ponto de início dessa proposta. Perry (2001), em sua exposição, já reconhece esse problema, e oferece meios para que nomes vazios sejam incorporados no tratamento. Sua proposta parte da noção de “blocos” em uma cadeia histórico-causal proposta por Donnellan (1974). Cadeias histórico-causais com blocos, entretanto, ainda fazem uso de noções. Esse é o ponto central do tratamento de Perry.

Assim sendo, estabelecido o tratamento de nomes vazios na proposta de rede de noções, investigamos os conteúdos relacionados a proferimentos de sentenças contendo nomes vazios. Dado que as expressões não possuem referente, o conteúdo referencial não é disponível aos participantes de uma conversa. Os conteúdos reflexivos, entretanto, ainda podem ser explorados. O modo como os falantes exploram os conteúdos cognitivos varia de acordo com o objetivo da conversa; do mesmo modo, as condições de verdade associadas a um proferimento de uma sentença variam de acordo com o conteúdo referencial explorado. Desse modo, Perry fornece um tratamento bastante eficaz para nomes vazios.

A seção 4.2, por sua vez, preocupa-se com nomes ficcionais. O tratamento apresentado em 4.1 é estendido de modo a dar conta dos usos apresentados em 2.2. Condições de verdade e o conteúdo explorado em cada tipo de uso são propostos com base nas considerações feitas por Ponte, Korta e Perry (no prelo). Por fim, considerações acerca de proposições singulares e nomes vazios são apresentadas. São avalia-

das as vantagens em assumir que proferimentos de sentenças contendo nomes vazios têm seu conteúdo referencial dado por proposições lacunadas. A alternativa é compatível com a proposta referencial-reflexiva, porém, dado que a proposta assume que o conteúdo referencial não é explorado, proposições lacunadas são dispensáveis para a teoria.

4.1 UM TRATAMENTO REFERENCIAL-REFLEXIVO PARA NOMES VAZIOS

A teoria histórico-causal afirma que o referente de um nome pode ser determinado ao retraçarmos uma cadeia (histórico-causal) construída pelos usos desse nome até o ato de batismo. O ato de batismo estabelece uma condição de permissividade onde esse nome pode ser usado para referir a um objeto; o referente do nome, ou seja, a origem da cadeia histórico-causal, é o alvo do batismo. Todo elo da cadeia histórico-causal posterior ao ato de batismo depende desse ato; todo uso desse nome refere ao indivíduo na origem da cadeia.

Cadeias causais, entretanto, podem se estender indefinidamente; o ato de batismo e um ato de referência podem estar temporalmente tão distantes que é humanamente impossível determinar o referente desse nome. Donnellan, assim sendo, aponta que o referente de um nome pode ser determinado de modo seguro por um “ser onisciente que vê tudo” (DONNELLAN, 1970) ou um “observador onisciente da história” (DONNELLAN, 1974). Como evidenciado pelo objeto de estudo desse trabalho, entretanto, nem todo nome próprio possui um referente que possa caracterizar o primeiro elo de uma cadeia histórico-causal. Dado que não somos os seres oniscientes de Donnellan, é natural que perpetuemos algumas práticas de uso de nomes sem referentes. Refletindo esses usos, Donnellan (1974) propõe que, dada uma cadeia histórico-causal, a origem dessa cadeia pode estar não acessível devido à presença de um bloco; cadeias histórico-causais que contêm blocos, constituem práticas de uso de nomes vazios. **Blocos** são eventos que impedem que o referente de um nome próprio, ou seja, que o indivíduo que se encontra na origem da cadeia histórico-causal seja identificado. Tomemos como exemplo a seguinte sentença:

(37). Papai Noel veste vermelho.

Assumimos que o referente do nome ‘Papai Noel’ não existe; o nome é vazio. Um proferimento de (37), de todo modo, faz uso desse termo singular. O uso desse mesmo nome, por sua vez, é também rea-

lizado por uma série de indivíduos de maneira efetiva na comunicação de informações que esses relacionam com a figura natalina. Todos esses usos veiculam informações acerca do mesmo objeto, ou seja, todos os usos de ‘Papai Noel’ têm a intenção de correferir. O nome ‘Papai Noel’ é, entretanto, vazio; proferimentos desse nome não referem. Contudo, alguns usos desse nome co-correferem, dado que um indivíduo pode proferir esse nome com a intenção de comunicar informações acerca do mesmo indivíduo que um proferimento anterior a esse. Há, assim sendo, uma rede que sustenta usos desse nome, ou seja, prática de uso do nome ‘Papai Noel’. Usos de ‘Papai Noel’ com a intenção de referir a esse objeto, assim sendo, podem ser retraçados a um uso anterior até chegarmos no primeiro uso desse nome com essa intenção. Se o nome possuísse referente, junto a esse primeiro uso poderia ser identificado o objeto a qual esse nome refere. O nome, entretanto, é vazio.

A proposta de Donnellan (1974) assume que na origem dessa rede há um bloco. O bloco, nesse exemplo, existe devido ao fato de que a origem da prática de uso do nome ‘Papai Noel’ não está relacionada a um indivíduo, mas sim a uma lenda acerca do Natal. Essa lenda, por sua vez, é um evento que impede a identificação do indivíduo na origem da cadeia histórico-causal. Há, contudo, diversos tipos de blocos. Assim como a história de Papai Noel constitui um bloco, diferentes tipos de blocos podem ser associados a nomes de objetos científicos erroneamente postulados, nomes de personagens ficcionais, hoaxes, e nomes de figuras mitológicas ou religiosas.

4.1.1 Rede de noções e blocos

Perry (2001) aponta quatro situações em que blocos podem ser formados. A proposta aponta que a presença de um bloco está intrinsecamente relacionada ao modo como relacionamos noções a objetos. A proposta é dividida em etapas relacionadas ao modo como construímos noções de um indivíduo; o modelo parte do modo como uma noção é criada, e a maneira como essa noção dá origem a outras noções acerca do mesmo objeto. Constante na proposta está o fato de que, salvo casos onde blocos são introduzidos, a origem de uma noção é preservada em todas as etapas.

Na primeira etapa identificada pelo autor temos que percepções dão origem a noções. Um indivíduo, ao perceber um objeto, cria um *buffer* que relaciona essa percepção a um objeto. A percepção do objeto, desse modo, dá origem ao *buffer*; o *buffer*, uma vez que constante,

é incorporado em uma noção. A origem dessa noção, assim sendo, é dada pelo objeto: essa noção é acerca desse objeto.

O modelo pode ser exemplificado na seguinte situação³²: um professor, ao ver um estudante, cria um *buffer* visual relacionado a esse estudante. O *buffer* criado por esse professor, após um tempo, foi integrado em uma noção que esse relaciona a um nome, por exemplo 'Francisco'. A percepção do professor deu origem ao *buffer* visual; o *buffer* visual deu origem a uma noção. A percepção, por sua vez, teve como origem o estudante, logo, a noção do professor é acerca de Francisco.

Uma situação semelhante, entretanto, pode ocorrer. O mesmo professor escuta uma batida em sua janela. O professor, do mesmo modo, cria um *buffer* auditivo relacionado a essa percepção. O professor, por alguma razão, crê que a batida foi feita por um estudante chamado Francisco. Após um tempo, esse *buffer* é integrado a uma noção que o professor relaciona ao nome 'Francisco'. A batida na janela, entretanto, foi causada por um graveto, e não por um aluno. A noção, desse modo, tem em sua origem um bloco. Esse é o primeiro tipo de bloco: falsas percepções dão origem a blocos.

Seguindo a proposta, temos que noções dão origem, ou guiam, atos de referência. Por exemplo, a noção criada pelo professor associada ao nome 'Francisco' guia os atos de referência desse professor. No primeiro caso, o professor ao proferir 'Francisco' faz uso de $Nt(\textit{Francisco})$, utilizando o nome para referir com sucesso ao indivíduo associado a essa noção. No segundo caso, o professor pode utilizar o nome guiado por $Nt(\textit{Francisco})$, porém há um bloco na rede de noção relacionada a $Nt(\textit{Francisco})$; o nome é vazio.

Atos de referência dão origem a percepções desses atos. Dado que a origem se mantém constante, o objeto relacionado a noção relacionada a essa percepção é dado pelo objeto que deu origem à noção que guiou o ato de referência percebido. Continuando com o exemplo do professor, seu ato de referência dá origem a uma percepção desse ato. O ouvinte, desse modo, cria um *buffer* que relaciona a percepção desse ato. No primeiro caso, onde a noção empregada pelo professor é relacionada a um indivíduo, a percepção do ato de referência dá origem a um *buffer* que pode dar origem a uma noção, e essa pode ser retraçada à origem da rede de noção explorada, chegando ao indivíduo chamado Francisco. No segundo caso, onde o ato de referência do professor explora uma rede de noção que tem origem em um bloco, a percepção desse ato de referência herda esse bloco, ou seja, a noção resultante também é

³²Exemplo adaptado de Perry (2001).

associada a um bloco.

Percepções de atos de referência, entretanto, podem gerar um novo tipo de bloco. Por exemplo, ao ouvir erroneamente uma conversa, um indivíduo pode acreditar que os participantes dessa conversa falam sobre um indivíduo; essa conversa, entretanto, é acerca do clima. Esse indivíduo, por sua vez, forma um *buffer* erroneamente relacionado à falsa percepção de um ato de referência. Essa percepção caracteriza um bloco: falsas percepções de atos de referência dão origem a blocos.

A percepção de atos de referência dá origem a noções; essa noção, por sua vez, pode ser empregada em um novo ato de referência. Esse novo ato de referência pode dar origem a uma nova percepção, que dá origem a uma nova noção que pode ser empregada em novos atos de referência. Essa é a estrutura de rede de noções proposta por Perry (2001).

Voltemos ao caso do professor: o professor relaciona seu *buffer* a um aluno, esse *buffer* dá origem a uma noção que esse professor relaciona ao nome ‘Francisco’. Ao referir a Francisco o professor faz uso da noção $Nt(\text{Francisco})$. Esse ato de referência, por sua vez, dá origem a percepções; essas percepções dão origem a *buffers*, que dão origem a novas noções. A origem de cada noção é mantida entre etapas, salvo casos onde blocos são estabelecidos. Essas novas noções, por sua vez, dão origem a novos atos de referência que dão origem a novas percepções desses atos, e assim a rede de noção do nome ‘Francisco’ é estabelecida. De todo modo, assim como a referência a Francisco, blocos presentes na rede de noção afetam os atos de referência posteriores.

Por fim, Perry (2001) aponta que noções podem ser criadas livremente. Esse é terceiro tipo de bloco. Um exemplo pode ser o apresentado pela história do nome ‘Papai Noel’: um indivíduo cria livremente uma noção que esse associa ao nome ‘Papai Noel’; esse indivíduo alimenta essa noção com diversas informações, formando uma história associada a $Nt(\text{PapaiNoel})$. Essa noção pode ser usada para guiar um ato de referência. Atos de referência causam percepções desses atos; essa percepção, por fim, pode dar origem a outra noção que guia outros atos de referência. Ambas as noções fazem parte da rede de noção relacionada a $Nt(\text{PapaiNoel})$. A origem dessa rede, entretanto, possui um bloco.

Ainda assim, duas noções sobre o mesmo indivíduo podem ser combinadas em uma só noção. Falhas nesse processo podem dar origem a blocos. Perry (2001) identifica três situações onde a combinação acontece.

O primeiro caso se dá onde uma percepção deu origem a uma

noção, e essa noção foi tomada como acerca de um objeto já associado a uma outra noção mantida por esse indivíduo. Voltemos a situação envolvendo o professor e Francisco: o professor possui uma noção associada a Francisco. Francisco, entretanto, está doente. De modo a comunicar seu estado de saúde, Francisco faz uma ligação ao professor. O professor, não reconhecendo a voz do aluno, cria uma nova noção derivada do *buffer* criado pela percepção auditiva da voz vinda do telefone; a origem dessa percepção é Francisco. O professor, entretanto, não sabe que esse indivíduo é a origem de sua percepção, criando uma nova noção. Após perceber que Francisco é o aluno com quem estava conversando o professor une ambas as noções.

A segunda situação identificada por Perry é onde uma noção criada livremente é associada com um indivíduo por meio de uma condição de identificação. Um exemplo pode ser dado por na seguinte situação: um indivíduo que tem como objetivo adotar um gato. Esse indivíduo cria uma noção acerca do gato onde armazena diversas informações acerca de seu futuro animal. O gato, entretanto, ainda não existe. O indivíduo, de todo modo, associa diversas informações acerca de seu futuro gato; entre elas, o indivíduo batiza seu futuro gato com o nome 'Marechal Almofadas'. Esse indivíduo comunica diversas informações acerca de seus planos para diversos amigos e esses amigos passam a fazer uso do nome 'Marechal Almofadas' para falar do futuro gato. Ao adotar um gato e chamá-lo por esse nome, esse indivíduo funde sua noção derivada da percepção do animal, com sua noção prévia associada ao nome 'Marechal Almofadas'.

Por fim, caracterizando o quarto tipo de bloco, noções podem ser combinadas em casos de erros de identificação. Em erros de identificação, um indivíduo combina duas noções acerca de dois indivíduos diferentes em uma só. Perry (2001) chama esses casos de confusões. Um exemplo de confusão entre noções pode ser dado quando os parâmetros de desambiguação de um nome não são atendidos. Dois indivíduos, por exemplo, em um congresso de filosofia, falam sobre Sócrates, o jogador de futebol. O assunto é sobre a relação do jogador com bebidas alcoólicas. Um indivíduo pode ouvir a conversa e assumir que ambos os participantes falam sobre Sócrates, o filósofo. Esse indivíduo, por fim, armazena a informação de seu *buffer* que teve como origem a percepção dos atos de referência dados na conversa com sua noção de Sócrates, o filósofo. Por fim, esse indivíduo emprega essa noção em um ato de referência, comunicando as informações adquiridas na conversa acerca do jogador de futebol. Esse ato de referência, entretanto, não tem sucesso, dado que a confusão de percepção do indivíduo resulta em um

bloco.

Confusões, por fim, podem ser desfeitas quando um arquivo é dividido. Voltemos ao exemplo de Sócrates. O indivíduo que realizou uma confusão e combinou sua noção do filósofo com a derivada do *buffer* dado pela conversa acerca do jogador de futebol pode compreender seu erro ao ouvir que, por exemplo, Sócrates jogou pelo Corinthians. Assim sendo, esse indivíduo cria uma nova noção, livre de confusões, para Sócrates, o jogador, e mantém sua antiga noção para Sócrates, o filósofo.

Desse modo, temos que proferimentos de nomes vazios, assim como proferimentos de nomes próprios com referente, constituem uma prática de uso que é mantida por rede de noções. É importante salientar que a noção envolvida no proferimento de um nome vazio não é o referente desse nome: dada uma cadeia histórico-causal de um nome, o referente de um nome é o indivíduo que se encontra na origem dessa cadeia. Dado que a cadeia histórico-causal associada a um nome vazio possui um bloco, esse nome não possui referente. A noção, por sua vez, tem como função, em um ato de referência, coordenar o foco cognitivo do indivíduo que profere uma sentença contendo o termo singular.

4.1.2 Troca de informações e conteúdo reflexivo

Noções, além de coordenar referência, também desempenham a função de armazenar informações que tomamos como acerca de algo ou algum indivíduo. Dado um ato de referência, a percepção desse ato dá origem a uma noção. As informações transmitidas por meio desse ato são acerca do indivíduo relacionado a essa noção. A compreensão das informações veiculadas formam crenças, e essas crenças são armazenadas em noções.

Em uma conversação, por exemplo, podemos pensar em noções como arquivos dinâmicos que são constantemente atualizados com informações adquiridas nessa conversa. Uma conversa pode ser representada, segundo Stalnaker (1999), por um fundo conversacional de informações compartilhadas por seus participantes. O fundo conversacional compartilhado contém informações que são disponíveis para todos os participantes dessa conversa, esses indivíduos acreditam que essas informações também estão disponíveis para os outros participantes. Tomemos uma conversa onde os participantes fazem uso do mesmo nome. Nessa conversa o fundo conversacional contém, relacionada à rede de noção explorada em usos desse nome, diversas informações que todos os

participantes armazenam em suas respectivas noções e que cada participante acredita que os outros também possuem. Do mesmo modo, cada indivíduo também armazena em sua noção diversas informações que não estão disponíveis no fundo conversacional compartilhado. Proferimentos de sentenças contendo o nome próprio em questão caracterizam uma atualização do fundo conversacional compartilhado com novas informações que podem ser utilizadas por cada indivíduo para atualizar sua noção relevante.

De modo mais claro, tomemos como exemplo a seguinte situação: João e Pedro conversam acerca de Gareth Evans. Ambos possuem uma noção de Evans na qual armazenam informações acerca do filósofo. Relacionado à noção ambos possuem as crenças que de que Evans escreveu ‘The Varieties of Reference’, e que Evans é inglês. O fundo conversacional de João e Pedro, entretanto, em relação a Gareth Evans, só possui a informação de que esse é autor de ‘The Varieties of Reference’, dado que nem João sabe que Pedro sabe que Evans é inglês, nem Pedro sabe que João sabe que Evans é inglês. João, desse modo, profere a seguinte sentença:

(38). Gareth Evans é inglês.

A prática de uso do nome ‘Gareth Evans’ para referir a Evans é sustentada por uma rede de noção; o proferimento de João faz parte dessa rede, e João fez uso de sua noção de Evans de modo a guiar seu ato de referência. Pedro sabe que João explorou uma rede de noção associada a Evans em seu proferimento e o compreende de acordo. Pedro, entretanto, já possuía e informação de que Gareth Evans é inglês; nenhuma informação nova é adicionada à sua noção. O fundo conversacional compartilhado, entretanto, é atualizado, dado que agora ambos os participantes sabem que outro possui a informação de que Evans é inglês. Pedro, por sua vez, sabe que Evans morreu aos 34 anos; João, entretanto, não tem acesso a essa informação. De modo a comunicar sua crença, Pedro profere a seguinte sentença:

(39). Gareth Evans morreu aos 34 anos.

Dado que João não possui nenhum motivo para duvidar de Pedro, esse forma a crença que Evans morreu aos 34 anos, e adiciona essa informação à sua noção relacionada a Evans. A informação, do mesmo modo, torna-se parte do fundo conversacional compartilhado pelos dois falantes.

A informação expressa por um proferimento de uma sentença é representada por uma proposição. A proposta referencial-reflexiva

afirma que a informação transmitida por um proferimento de uma sentença contendo um termo singular não envolve apenas o conteúdo referencial desse termo, mas o falante também torna disponível os conteúdos reflexivos associados ao proferimento realizado. A escolha acerca de qual informação é explorada pelos participantes da conversa, por sua vez, se dá pragmaticamente (PERRY, 2001, pg. 163), podendo variar de acordo com o objetivo da conversa e com as informações disponíveis no contexto.

Usualmente, em uma conversa, pressupomos diversos fatos já estabelecidos, fixando parte do conteúdo de verdade associado a um proferimento. O conteúdo trabalhado é mais **largo** ou **estreito**, de acordo com quais condições relacionadas a um proferimento são tomadas como satisfeitas. Quanto mais largo o conteúdo, mais informações os participantes da conversa tomam como estabelecida. A ideia é que, dado o proferimento de uma sentença, inicialmente temos acesso a níveis mais básico de conteúdo, começando naqueles relacionados a nossa capacidade linguística e as palavras utilizadas no proferimento; esse conteúdo é bastante estreito, dado que a informação tomada como fixa é mínima. Trabalhar com esse conteúdo em uma conversa é, usualmente, contraprodutivo, dado que diversas informações disponíveis podem assegurar uma série de inferências acerca do que um falante tem a intenção de comunicar em seu proferimento. Desse modo, conversas usualmente trabalham com um conteúdo mais largo. O conteúdo mais largo é construído com incrementos com as informações pressupostas em relação a esse nível mais estreito. De modo ilustrativo, Perry (2001) apresenta um exemplo envolvendo indexicais:

(39). Você é filósofo.

Inicialmente, temos as informações que (39) foi proferida em português, e (39) foi proferida por um indivíduo em um certo contexto, e dado que o indexical ‘você’ refere ao indivíduo alvo do proferimento, esse proferimento de (39) expressa uma proposição verdadeira se e somente se o alvo do proferimento é filósofo. Várias condições de verdade relacionadas ao conteúdo reflexivo são estabelecidas por esse proferimento de (39). Tomando como fixo o fato de que a sentença foi proferida em português, e que o indexical ‘você’ refere ao indivíduo alvo do proferimento, por exemplo, podemos incrementar o conteúdo explorado por um proferimento de (39) para seu conteúdo indexical:

(39_m). **O alvo do proferimento de 39** é filósofo.

De todo modo, o conteúdo indexical de (39) ainda pode ser incre-

mentado, se tomarmos como fixos os parâmetros contextuais relevantes para esse proferimento. Temos assim o conteúdo referencial de (39). Tomemos, por exemplo, que o alvo do proferimento de (39) é Peter Strawson. O conteúdo explorado, assim sendo é o seguinte:

(39_r*). **Peter Strawson** é filósofo.

Essa proposição, por sua vez, pode ser estruturada do seguinte modo:

(39_r). <PETER STRAWSON, é-filósofo>

Voltemos à conversa acerca de Gareth Evans. Os participantes da conversa têm como objetivo comunicar informações acerca do filósofo inglês. As informações comunicadas no proferimento das sentenças ‘Gareth Evans é inglês’ e ‘Gareth Evans morreu aos 34 anos’ expressam crenças que os falantes possuem acerca de Gareth Evans. Ambos os participantes sabem que os proferimentos realizados pelo outro indivíduo são proferidos por um indivíduo em uma certa língua, seus proferimento do nome ‘Gareth Evans’ é guiado por uma noção que é parte da rede que associa o nome ‘Gareth Evans’ ao indivíduo Gareth Evans. Os participantes dessa conversa têm como objetivo comunicar aos outros participantes certas informações acerca de Evans que têm seu valor de verdade avaliado nas circunstâncias de valoração dadas em relação ao mundo atual. Por fim, os participantes, desse modo, de acordo com o objetivo da conversa e as informações disponíveis no contexto, exploram o conteúdo referencial veiculado por proferimentos de sentenças contendo o nome próprio ‘Gareth Evans’.

Em um tratamento semelhante, tomemos como exemplo a seguinte sentença contendo um nome vazio:

(37). Papai Noel veste vermelho.

Um proferimento dessa sentença, no modelo referencial-flexivo, expressa uma variedade de proposições. Em uma conversa, os participantes tomam como fixa uma série de informações associadas a usos desse nome; essas informações são tomadas como disponíveis no fundo conversacional compartilhado. Dado um proferimento de uma sentença contendo o nome próprio ‘Papai Noel’, os participantes exploram os conteúdos veiculados de acordo com as informações disponíveis e com o objetivo da conversa.

Tomemos novamente uma conversa entre Pedro e João. João profere (37) com o objetivo de expressar algo acerca do mundo atual.

Usualmente, usos de nomes próprios possuem condições de verdade atreladas ao proferimento, ao falante, à rede, e ao conteúdo referencial expressado. O proferimento de João, desse modo, veicula uma informação falsa, dado que parte das condições de verdade das proposições expressas exigem que a convenção explorada associe um nome ao objeto. Papai Noel não existe, logo, não há objeto associado a esse nome. O proferimento da sentença, entretanto, ainda expressa uma série de proposições. Dado que Papai Noel não existe, o proferimento não veicula uma proposição dada pelo conteúdo referencial desse proferimento de (37); o proferimento, entretanto, veicula as informações estabelecidas pelo conteúdo reflexivo associado a esse proferimento dessa sentença. Tomemos que, diferente de João, Pedro saiba que Papai Noel não existe. Não há conteúdo referencial disponível. Pedro, entretanto, pode trabalhar com a informação no nível intencional ou da rede, compreendendo a informação que João teve o intuito de comunicar em seu proferimento. Assim sendo, Pedro compreende que:

(37_n). A rede explorada por João nesse proferimento contém uma condição de permissividade que associa o nome ‘Papai Noel’ a algo, e João acredita que Papai Noel veste vermelho.

Em seu proferimento João explorou o seguinte conteúdo para comunicar sua crença:

(37_i). $Nt_j(\text{PapaiNoel})$ veste vermelho.

Onde $Nt_j(\text{PapaiNoel})$ é a noção de João que guiou seu proferimento de Papai Noel. Pedro, por sua vez, também possui uma noção $Nt_p(\text{Papai Noel})$ que é parte da mesma rede de noção de $Nt_j(\text{Papai Noel})$, onde Pedro armazena informações acerca de Papai Noel. Ao ouvir o proferimento, Pedro forma a crença de que João acredita que o indivíduo relacionado a sua noção de Papai Noel veste vermelho. De todo modo, Pedro pode atualizar sua noção relacionada a Papai Noel com a informação de que João acredita que esse veste vermelho, e sua noção de João onde esse acredita que Papai Noel veste vermelho. Pedro, por sua vez, pode ter como objetivo comunicar a informação de que João acredita que Papai Noel veste vermelho. Desse modo, Pedro profere a seguinte sentença:

(40). João acredita que Papai Noel veste vermelho.

O objetivo de Pedro não é comunicar algo acerca do mundo, mas sim algo acerca de uma crença de João. Pedro toma como fixa parte

do conteúdo expressado, incluindo a informação de que a rede de noção relacionada ao nome próprio ‘Papai Noel’ possui um bloco. Crenças, entretanto, envolvem intenções, não objetos: o fato de Papai Noel existir é irrelevante para a comunicação das crenças de João. Pedro, desse modo, profere a sentença com a intenção de que a informação comunicada não seja explorada no nível referencial, mas sim em um nível da rede relacionada ao nome ‘Papai Noel’. Desse modo, o proferimento explora o seguinte conteúdo:

(40_n). João acredita que: a rede explorada em proferimentos do nome ‘Papai Noel’ contém uma condição de permissividade que associam esse nome a um objeto, e esse objeto veste vermelho.

Dado que é verdade que João armazena, em sua noção relacionada à rede de noção do nome ‘Papai Noel’, sua crença de que esse veste vermelho, a proposição expressa é verdadeira. O conteúdo referencial, dado o objetivo da conversa, é irrelevante para as condições de verdade do proferimento realizado. Pedro, em seu proferimento, tem a intenção que a informação seja explorada no nível da rede; o ouvinte, ao compreender a informação comunicada, armazena a informação acerca de João onde esse acredita que Papai Noel veste vermelho.

4.2 NOMES FICCIONAIS

Nomes ficcionais são vazios: há um bloco em rede de noções associadas a usos desses nomes. A noção que guiou o ato de batismo de um personagem ficcional foi criada livremente por um autor; o autor, em seu uso do nome, nunca teve intenção de referir a um indivíduo. Proferimentos do autor, entretanto, geram percepções de atos de referência, que por sua vez geram noções, que por sua vez geram atos de referência. Mesmo que nomes ficcionais não refiram, atos de referência nessa mesma rede de noção podem co-correferir; ou seja, dois indivíduos que usam o mesmo nome ficcional guiados pela mesma rede de noção falam do mesmo personagem.

Tomemos como exemplo o nome ficcional ‘Sherlock Holmes’. O primeiro uso desse nome com a intenção de comunicar algo acerca do personagem foi feito por Conan Doyle. Conan Doyle, ao idealizar Sherlock Holmes criou (livremente) a noção *Nt(SherlockHolmes)*. Em *Nt(SherlockHolmes)* o autor armazenou uma gama de informações que acreditou ser pertinente atribuir ao personagem. Entre essas informações, por exemplo, estava o fato de que esse personagem é um

detetive. Tomemos, desse modo, o seguinte proferimento realizado por Conan Doyle:

(3). Sherlock Holmes é detetive.

A noção que guia o uso de ‘Sherlock Holmes’ em um proferimento de (3) realizado por Conan Doyle é $Nt(\textit{SherlockHolmes})$. Esse proferimento de (3) comunica uma crença que Conan Doyle associa a $Nt(\textit{SherlockHolmes})$. Tomemos esse proferimento, por exemplo, como o primeiro proferimento do nome ‘Sherlock Holmes’ realizado pelo autor; esse proferimento foi feito na escrita da obra onde Sherlock Holmes é personagem. Esse uso de (3), desse modo, é um decreto autoral. Esse uso constitui o ato de batismo onde Conan Doyle estabelece uma condição de permissividade do nome ‘Sherlock Holmes’ para falar acerca do personagem associado a $Nt(\textit{SherlockHolmes})$, ou seja, o personagem Sherlock Holmes³³. Ao lerem a obra, leitores percebem o uso do nome ‘Sherlock Holmes’ realizado por Conan Doyle e criam uma noção que associam ao personagem; essa noção criada pelos leitores faz parte da rede de noção iniciada por Conan Doyle em seu proferimento de ‘Sherlock Holmes’ guiado por $Nt(\textit{SherlockHolmes})$. Proferimentos de sentenças contendo o nome ‘Sherlock Holmes’ guiadas por noções criadas pela percepção de (3) co-correferem com o uso do nome realizado por Conan Doyle e são utilizadas para comunicar informações acerca desse personagem.

Estabelecida a prática de uso de nomes ficcionais, vamos às condições de verdade relacionadas a proferimentos de sentenças contendo essas expressões.

4.2.1 Reflexividade e discurso sobre a ficção

Proferimentos de sentenças contendo nomes ficcionais em usos paraficcionais têm como objetivo comunicar informações verdadeiras de acordo com a história de ficção³⁴. Proferimentos de sentenças contendo nomes ficcionais em usos metaficcionais têm como objetivo comunicar

³³Zalta (2003), partindo de um ponto de vista realista, propõe que esse primeiro decreto autoral pode ser considerado um ato de batismo, no qual o autor estabelece o nome ficcional como nomeando o objeto dado pelo personagem.

³⁴Inicialmente, Perry (2001) (pg. 170) propõe que proferimento de sentenças em usos paraficcionais não expressam verdades; verdade, argumenta o autor, se dá em correspondência com fatos, enquanto o que é verdade na ficção se dá em relação ao que é estipulado na obra pelo autor. De modo a trabalhar com a ideia de que informações veiculadas por proferimentos de sentenças em usos paraficcionais são tomadas como verdadeiras ou falsas, o autor propõe que a noção que cerceia profe-

informações que são verdadeiras de acordo com o mundo atual. Em conjunto com a sentença (3), analisemos a sentença (5):

(5). Sherlock Holmes é um personagem ficcional.

Dado um proferimento de (3) em um uso paraficcional, e um proferimento de (5) em um uso metaficcional, temos:

(3^P). Sherlock Holmes é detetive.

(5^M). Sherlock Holmes é um personagem ficcional.

A análise proposta para ambos os proferimentos toma que tanto (3^P), quanto (5^M) são verdadeiros. (3^P) é verdadeira de acordo com as histórias; (5^M) é verdadeira de acordo com o mundo atual. Usualmente, associamos proferimentos de sentenças contendo nomes próprios a proposições relacionados ao proferimento dessa sentença, ao falante dessa sentença, à rede explorada nesse proferimento, e em relação aos referentes das expressões utilizadas no proferimento. Essas proposições estabelecem as seguintes condições de verdade:

A informação veiculada por um proferimento de uma sentença contendo um nome próprio é verdadeira se e somente se:

- i. Relativo ao proferimento: $\exists x, \exists N, \exists y$ onde x é o falante de sentença, N é a rede de noção explorada por x no proferimento do nome, y é a origem da N , e y satisfaz o predicado do proferimento.
- ii. Relativo ao falante: $\exists N, \exists y$ onde N é a rede de noção explorada no proferimento do nome, y é a origem da N , e y satisfaz o predicado do proferimento.
- iii. Relativo à rede: $\exists y$ onde y é a origem da rede de noção explorada, e y satisfaz o predicado do proferimento.
- iv. Relativo ao referente: O referente satisfaz o predicado do proferimento.

rimentos de sentenças em usos paraficcionais é um coerência (*fit*). Um proferimento paraficcional é correto, não é verdadeiro, mas sim coerente com o conteúdo da obra; incorreto, não falso, se esse não é coerente. Em uma análise mais recente Ponte, Korta e Perry (no prelo), o autor trabalha com a noção de verdade na ficção como aqui apresentada.

A condição de verdade relevante para o proferimento pode variar de acordo com as informações disponíveis no fundo conversacional compartilhado e com o objetivo da conversa.

Indivíduos que proferem sentenças em usos paraficcionais e metaficcionais, entretanto, sabem que o nome é associado a um personagem ficcional e, portanto, vazio, e assumem que ouvintes de seu proferimento também sabem que o referente não existe. Os participantes da conversa, assim sendo, sabem que o nome é vazio e o usam de acordo com Ponte, Korta e Perry (no prelo): proferimentos de nomes ficcionais em usos metaficcionais e paraficcionais não possuem a intenção de referir. Assim sendo, em ambos os casos o conteúdo referencial é descartado. Dado que personagens ficcionais não existem, o maior nível em que informações podem ser exploradas é o de rede ou intencional (PERRY, 2001, pg. 172)³⁵. Desse modo, inicialmente, temos os seguintes conteúdos veiculados pelos proferimentos de (3) e (5) em usos paraficcionais e metaficcionais:

(3_i). *Nt*(Sherlock Holmes) é detetive.

(3_n). A rede explorada nesse proferimento contém uma condição de permissividade que associa o nome ‘Sherlock Holmes’ a algo, e esse algo é detetive.

(5_i). *Nt*(Sherlock Holmes) é um personagem ficcional.

(5_n). A rede explorada nesse proferimento contém uma condição de permissividade que associa o nome ‘Sherlock Holmes’ a algo, e esse algo é um personagem ficcional.

Focando em usos paraficcionais, Ponte, Korta e Perry (no prelo) apontam que, estabelecido o fato de que os falantes não pressupõem que seus proferimentos referem, noções assumem um papel importante, semelhante a casos onde a informação é acerca de crenças. Informações relacionadas a noções, assim sendo, são utilizadas para avaliar as condições de verdade de proposições expressas por sentenças contendo nomes ficcionais em usos paraficcionais. Assim sendo, dado o proferimento de uma sentença contendo um nome ficcional em um uso paraficcional, os autores propõem como condições de verdade que: há uma noção relacionada a um personagem, uma rede de noção relacionada a essa noção

³⁵A citação de Perry, entretanto, é ambígua, dado que o autor não investiga o modo como sua proposta trabalharia com usos metaficcionais. De todo modo, ao menos em usos paraficcionais, a informação é usualmente explorada no nível intencional.

deve ser explorada em proferimentos dessa sentença, e a propriedade predicada no proferimento deve ser satisfeita por esse personagem de acordo com as informações disponíveis nessa rede de noção; de todo modo, dado que o personagem é ficcional, também é pressuposto que há um bloco na rede. Formalizando a proposta, temos:

- i. $\exists x, \exists N, \neg \exists y$ onde x é o falante da sentença, N é a rede de noção explorada por x no proferimento do nome, y é a origem de N , e a noção associada a N contém a informação de que y satisfaz o predicado.
- ii. $\exists N, \neg \exists y$ onde N é a rede de noção explorada no proferimento do nome, y é a origem de N , e a noção associada a N contém a informação de que y satisfaz o predicado.
- iii. $\exists y$ onde y é a origem da rede de noção explorada, e a noção associada a essa rede contém a informação de que y satisfaz o predicado.

Dado que em todos os usos estipulados podemos assumir que o falante acredita que o nome utilizado é ficcional e toma como ponto de partida que a informação comunicada será compreendida de modo que os ouvintes também sabem que o nome utilizado é ficcional, a proposta dos autores pode ser estendida e adequada aos usos propostos aqui.

Usos paraficcionais

Segundo a análise proposta, proferimentos de sentenças em usos paraficcionais seguem a seguinte estrutura:

PAR. Um indivíduo I comunica uma proposição P^p em um proferimento de uma sentença S , onde P^p é uma proposição do tipo ‘na história h , P ’ e P é a proposição usualmente relacionada com proferimentos de S , se e somente se em seu proferimento de S , I tem a intenção de que:

- a. ouvintes desse proferimento acreditem que P^p ;
- b. ouvintes desse proferimento percebam essa intenção;
- c. a razão para que ouvintes do proferimento acreditem que P^p seja dada pelo reconhecimento dessa intenção.

Aplicando a análise a um proferimento de (3), temos o seguinte conteúdo veiculado em um proferimento paraficcional:

(3_i^P) . **Nas histórias escritas por Conan Doyle**, $Nt(\text{Sherlock Holmes})$ é detetive.

(3_n^P) . A rede explorada nesse proferimento contém uma condição de permissividade que associa o nome ‘Sherlock Holmes’ a algo, e esse algo, **nas histórias escritas por Conan Doyle**, é detetive.

Onde (3_i) é a proposição P, e o operador P é dado pelo prefixo ‘nas histórias escritas por Conan Doyle’.

Por fim, fazendo uso das condições apresentadas por Ponte, Korta e Perry (no prelo), as condições de verdade de um proferimento de (3) em um uso paraficcional, i.e. (3^P) , são:

- i. $\exists x, \exists N, \neg \exists y$ onde x é o falante da sentença (3) em um uso paraficcional, N é a rede de noção explorada por x no proferimento de ‘Sherlock Holmes’, y é Sherlock Holmes, e a noção associada a N contém a informação de que, nas histórias escritas por Conan Doyle, Sherlock Holmes é detetive.
- ii. $\exists N, \neg \exists y$ onde N é a rede de noção explorada por x no proferimento de ‘Sherlock Holmes’, y é Sherlock Holmes, e a noção associada a N contém a informação de que, nas histórias escritas por Conan Doyle, Sherlock Holmes é detetive.
- iii. $\exists y$ onde y é Sherlock Holmes, e a rede de noção associada ao proferimento contém a informação de que, nas histórias escritas por Conan Doyle, Sherlock Holmes é detetive.

Segundo a análise, desse modo, (3^P) é verdadeira, corroborando a intuição inicial sobre o proferimento.

Usos metaficcionais

Assim como asserções usuais contendo nomes próprios com referentes, proferimento de sentenças em usos metaficcionais têm como objetivo comunicar informação acerca de fatos do mundo atual. Característico dos usos apresentados aqui, o proferimento faz uso de um nome ficcional; o falante sabe que esse nome é ficcional e o usa de acordo. Assim sendo, não há, pelo falante, nenhuma pressuposição de existência; o conteúdo trabalhado se dá no nível intencional ou da rede. Evidenciando a circunstância de valoração de (5) em usos metaficcionais, temos:

(5_i^M). **De acordo com o mundo atual**, $Nt(\text{Sherlock Holmes})$ é um personagem ficcional.

(5_n^M). A rede explorada nesse proferimento contém uma condição de permissividade que associa o nome ‘Sherlock Holmes’ a algo, e esse algo, **no mundo atual**, é um personagem ficcional.

Assim como uma asserção usual, proferimentos de sentenças em usos metaficticionais segue o seguinte modelo:

GRI. Um indivíduo I comunica P por um proferimento de S se e somente se em seu proferimento de S, I tem a intenção de que:

- a. ouvintes desse proferimento acreditem que P;
- b. ouvintes desse proferimento percebam essa intenção;
- c. a razão para que ouvintes do proferimento acreditem que P seja dada pelo reconhecimento dessa intenção.

Aplicando a análise para um proferimento de (5) em um uso metaficticional, temos que S é a sentença (5) e P é dado por (5_i) e (5_n).

Seguindo o modelo de Ponte, Korta e Perry (no prelo), as condições de verdade relacionadas a esse proferimento são:

- i. $\exists x, \exists N, \neg \exists y$ onde x é o falante da sentença (5) em um uso metaficticional, N é a rede de noção explorada por x no proferimento de ‘Sherlock Holmes’, y é Sherlock Holmes, e a noção associada a N contém a informação de que Sherlock Holmes é personagem ficcional.
- ii. $\exists N, \neg \exists y$ onde N é a rede de noção explorada por x no proferimento de ‘Sherlock Holmes’, y é Sherlock Holmes, e a noção associada a N contém a informação de que Sherlock Holmes é personagem ficcional.
- iii. $\exists y$ onde y é Sherlock Holmes, e a rede de noção associada a N contém a informação de que Sherlock Holmes é personagem ficcional.

As condições podem ser verificadas no mundo atual: a prática de uso do nome ‘Sherlock Holmes’ foi iniciada por Conan Doyle com o intuito de comunicar informação relacionada a um personagem ficcional;

a noção acerca desse personagem foi criada pelo autor livremente. Por fim, o personagem faz parte de histórias de ficção, ou seja, satisfaz o predicado ‘é ficcional’. A informação comunicada por um proferimento de (5), assim sendo, é verdadeira, corroborando a intuição inicial sobre o proferimento.

Decretos autorais e usos ficcionais

Decretos autorais fixam o conteúdo da obra de ficção. O objetivo de Conan Doyle em seu proferimento de (3) é fixar o fato de que, na história, Sherlock Holmes é detetive. De todo modo, decretos autorais seguem a seguinte estrutura:

- AUT.** Um autor *I* comunica *P* em um proferimento de *S*, onde *P* é uma proposição expressada por um proferimento de *S* em um decreto autoral se e somente se em seu proferimento de *S*, *I* tem a intenção de que:
- a. ouvintes desse proferimento façam-de-conta que *P*;
 - b. ouvintes desse proferimento percebam essa intenção;
 - c. a razão para que ouvintes do proferimento façam-de-conta que *P* seja dada pelo reconhecimento dessa intenção.

Dado que (3), nesse proferimento realizado por Conan Doyle, é um decreto autoral, segundo o modelo de Currie (1990), Conan Doyle tinha a intenção de que os ouvintes de seu proferimento fizessem-de-conta que a proposição expressa fosse verdadeira. Dado o modelo referencial-reflexivo, entretanto, o proferimento de Conan Doyle comunica uma série de proposições. O autor, assim sendo, tem como intenção que os leitores dessa sentença façam-de-conta que as proposições usualmente associadas com proferimentos de (3) sejam tomadas como verdadeiras.

Sherlock Holmes, entretanto, é um nome ficcional. Assim como em usos paraficcionais e metaficcionais, ao realizar o proferimento, Conan Doyle sabe que Sherlock Holmes não existe; dado que Conan Doyle escreve uma história de ficção e seu objetivo não é enganar os leitores. Conan Doyle também crê que os ouvintes de seu proferimento possuem a informação de que Sherlock Holmes não existe e compreendem seu uso de acordo. O proferimento do autor, assim sendo, em primeiro momento trabalha com a informação em nível intencional³⁶. Desse modo, temos:

³⁶Ponte, Korta e Perry (no prelo), entretanto, estabelecem decretos autorais como

(3_i^A). *Nt*(Sherlock Holmes) é detetive.

As crenças do autor expressas por meio de decretos autorais fixam o que é verdade de acordo com a obra. O autor, desse modo, não tem como objetivo comunicar uma informação que é verdadeira no mundo atual, mas que os leitores de sua obra façam-de-conta que os conteúdos relacionados com seu proferimento de (3) sejam tomados como verdadeiros. Os leitores ao perceberem a informação comunicada por (3_n^A) e criam noções relacionadas ao nome ‘Sherlock Holmes’ onde armazenam informações adquiridas na leitura da obra.

Decretos autorais, de todo modo, são o meio pelo qual o autor estabelece quais sentenças são proferidas em usos ficcionais. Usos ficcionais são aqueles realizados por personagens, incluindo o narrador da história, no mundo da ficção. Usos ficcionais, diferente de decretos autorais, e usos metaficcionais e paraficcionais, ocorrem apenas ficcionalmente. Analisemos o uso ficcional de (3):

(3^F). Sherlock Holmes é detetive.

Tomemos esse proferimento de (3) realizado por Watson para comunicar a certo personagem da história que Sherlock Holmes é detetive. O autor, por meio de seu decreto autoral, estabelece que Watson, nesse proferimento, realiza uma afirmação e tem como objetivo que seu ouvinte adquira a crença de que Sherlock Holmes é um detetive. Assim sendo, os personagens trabalham um nível referencial, onde o referente do nome ‘Sherlock Holmes’ é o personagem Sherlock Holmes, e a proposição expressa por Watson nesse proferimento é:

(3_r^F). <Sherlock Holmes, é-detetive>

A proposição expressa por Watson é verdadeira, dado que Sherlock Holmes, na circunstância de valoração onde a proposição é avaliada, é detetive. Essa proposição, entretanto, não foi de fato proferida, mas proferida apenas ficcionalmente. O fato de que esse proferimento foi realizado por Watson de acordo com o conteúdo da obra de ficção foi estabelecido por um decreto autoral realizado por Conan Doyle; o leitor, desse modo, faz-de-conta que o proferimento de Watson foi de fato realizado. Watson, por sua vez, comunica ficcionalmente todos os conteúdos que usualmente relacionamos com proferimentos de (3) pra seu ouvinte. Seu uso do nome ‘Sherlock Holmes’, aponta Ponte, Korta e Perry (no prelo), refere ficcionalmente.

parte um subconjunto de usos ficcionais, resultando em uma análise diferente da proposta aqui.

Usos compostos, mistos e interficcionais

O tratamento de nomes ficcionais em proferimentos de sentenças em usos compostos, mistos e interficcionais é o mesmo: dado que o falante sabe que o nome não possui referente, e espera que o ouvinte também saiba que o nome não possui referente, o conteúdo veiculado se dá no nível intencional ou da rede. A questão, entretanto, se dá acerca de como adaptar as condições de verdade relacionadas a proferimentos estabelecidos por cada uso. De modo mais claro, voltemos às sentenças (17), (18), e (19):

(17). A primeira aparição do detetive Sherlock Holmes foi em ‘Um Estudo em Vermelho’.

(18). Sherlock Holmes é mais inteligente que Conan Doyle.

(19). Sherlock Holmes é mais inteligente que Poirot.

Um proferimento de (17) veicula informação verdadeira em um uso composto. Um proferimento de (18) veicula informação verdadeira em um uso misto. Um proferimento de (19) veicula informação verdadeira em um uso interficcional. O uso de nomes ficcionais, por sua vez, trabalha em um nível intencional, logo:

(17_i). A primeira aparição do detetive $Nt(SherlockHolmes)$ foi em ‘Um Estudo em Vermelho’.

(17_n). A rede explorada nesse proferimento contém uma condição de permissividade que associa o nome ‘Sherlock Holmes’ a algo, e esse algo é detetive e apareceu pela primeira vez em ‘Um Estudo em Vermelho’.

(18_i). $Nt(SherlockHolmes)$ é mais inteligente que Conan Doyle.

(18_n). A rede explorada nesse proferimento de ‘Sherlock Holmes’ contém uma condição de permissividade que associa esse nome a algo, e esse algo é mais inteligente que CONAN DOYLE.

(19_i). $Nt(SherlockHolmes)$ é mais inteligente que $Nt(Poirot)$.

(19_n). A rede explorada nesse proferimento contém as condições de permissividade que associam o nome ‘Sherlock Holmes’ a um objeto e o nome ‘Poirot’ a outro objeto diferente do objeto relacionado ao nome ‘Sherlock Holmes’, e o objeto relacionado ao nome ‘Sherlock Holmes’ é mais inteligente do que objeto relacionado ao nome ‘Poirot’.

As circunstâncias de valoração onde as proposições expressas no proferimento de sentenças em cada uso, assim sendo, são estabelecidas da seguinte maneira:

Usos compostos: dada uma sentença contendo um nome ficcional, proferimentos dessa sentença feitos em usos compostos têm suas condições de verdade analisadas em uma circunstância de valoração estabelecida parte como um uso paraficcional e parte como um uso metaficcional.

Usos mistos: dada uma sentença contendo ao menos um nome ficcional e um nome não ficcional, proposições expressas por proferimentos dessa sentença em usos mistos têm suas circunstâncias de valoração estabelecidas em relação ao mundo atual e o conteúdo estabelecido pela obra de ficção (ou pelas obras de ficção).

Usos interfissionais: dada um sentença contendo ao menos dois nomes ficcionais, suas circunstâncias de valoração são estabelecidas em relação ao conjunto composto pelo conteúdo das duas (ou mais) obras de ficção relevantes para o proferimento.

Logo, é necessário estabelecer um parâmetro para que possamos determinar as circunstâncias de valoração que são dadas: (i.) parte como um uso paraficcional e parte como um uso metaficcional para usos compostos; (ii.) em relação ao mundo atual e o conteúdo estabelecido pela obra de ficção (ou pelas obras de ficção) para usos mistos; (iii.) em relação ao conteúdo estabelecido por duas (ou mais) obras de ficção relevantes para usos interfissionais. Walton (1990) argumenta que sua noção de faz-de-conta pode ser útil na delimitação dessas circunstâncias.

Para Walton (1990), durante a leitura e discussão de uma obra de ficção participamos de um jogo de faz-de-conta guiado pelo conteúdo dessa obra. Do mesmo modo, ao discutir a obra, em proferimentos parafissionais, um indivíduo delimita as circunstâncias de valoração de suas sentenças em relação ao que é tomado como verdadeiro no jogo de faz-de-conta estabelecido pelo conteúdo da obra. Usos mistos, compostos, e interfissionais, segundo o autor, compõem jogos “não oficiais” de faz-de-conta. Nesses jogos, os participantes estipulam as circunstâncias de valoração de uma proposição não só pelo conteúdo da obra de ficção, mas sim de acordo com o uso em questão: para (i.) e (ii.) temos que o jogo de faz-de-conta é dado por um conjunto composto pelo mundo atual e pelo conteúdo da obra; para (iii.) o jogo de faz-de-conta é dado

pelo conteúdo das obras relevantes para o proferimento. As condições de verdade, desse modo, são dadas de acordo. Formalmente, temos:

Em usos compostos e mistos:

- i. $\exists x, \exists N, \neg \exists y$ onde x é o falante de uma sentença em um uso composto ou misto, N é a rede de noção explorada por x no proferimento de um nome ficcional, y é o personagem relacionado a esse nome e a noção associada a N contém a informação de que, em um jogo de faz-de-conta guiado pelo mundo atual e pelo conteúdo da obra ficcional em que y é personagem, y satisfaz o predicado estabelecido no proferimento.
- ii. $\exists N, \neg \exists y$ onde N é a rede de noção explorada por x no proferimento de um nome ficcional, y é o personagem relacionado a esse nome e a noção associada a N contém a informação de que, em um jogo de faz-de-conta guiado pelo mundo atual e pelo conteúdo da obra ficcional em que y é personagem, y satisfaz o predicado estabelecido no proferimento.
- iii. $\exists y$ onde y é o personagem relacionado ao nome proferido, e esse proferimento é parte da rede de noção relacionada a y , em um jogo de faz-de-conta guiado pelo mundo atual e pelo conteúdo da obra ficcional em que y é personagem, y satisfaz o predicado estabelecido no proferimento.

Em usos interfccionais:

- i. $\exists x, \exists N_1, \exists N_2, \neg \exists y_1, \neg \exists y_2$ onde x é o falante de uma sentença em um uso interfccional, N_1 e N_2 são as rede de noções exploradas por x no proferimento dos nomes ficticionais, y_1 é personagem relacionado ao nome cujo proferimento foi guiado por N_1 , e y_2 é personagem relacionado ao nome cujo proferimento foi guiado por N_2 , e as noções associadas a N_1 e N_2 contém a informação de que, em um jogo de faz-de-conta guiado pelo conteúdo da obra ficcional em que y_1 é personagem em conjunto com o conteúdo da obra ficcional em que y_2 é personagem, y_1 satisfaz o predicado estabelecido no proferimento.
- ii. $\exists N_1, \exists N_2, \neg \exists y_1, \neg \exists y_2$ onde N_1 e N_2 são as rede de noções exploradas por x no proferimento dos nomes ficticionais, y_1 é personagem relacionado ao nome cujo proferimento foi guiado por N_1 , e y_2

é personagem relacionado ao nome cujo proferimento foi guiado por N_2 , e as noções associadas a N_1 e N_2 contêm a informação que, em um jogo de faz-de-conta guiado pelo conteúdo da obra ficcional em que y_1 é personagem em conjunto com o conteúdo da obra ficcional em que y_2 é personagem, y_1 satisfaz o predicado estabelecido no proferimento.

- iii. $\neg\exists y_1, \neg\exists y_2$ onde y_1 é personagem relacionado a um dos nomes proferidos, e y_2 é personagem relacionado ao outro nome proferido, e as rede de noções exploradas nesse proferimento contêm a informação que, em um jogo de faz-de-conta guiado pelo conteúdo da obra ficcional em que y_1 é personagem em conjunto com o conteúdo da obra ficcional em que y_2 é personagem, y_1 satisfaz o predicado estabelecido no proferimento.

A solução, entretanto, não é livre de objeções. Jogos de faz-de-conta, como estabelecidos por Walton, necessariamente envolvem imaginação. Não é claro, entretanto, até onde imaginação está envolvida em asserções de sentenças contendo nomes ficcionais: enquanto, Friend (2011, 2014) e Maier (2017a, 2017b) defendem que imaginação possui um papel na compreensão de proferimentos de sentenças contendo nomes ficcionais em todos os usos, Currie (1990) e Zucchi (2017) apontam que, dado que a maior parte dos usos funciona de maneira semelhante a asserções, não há evidências que sustentem o papel da imaginação em usos diferentes de decretos autorais. A proposta, entretanto, é coerente com as intuições acerca do valor de verdade de proferimentos de (17), (18), e (19).

4.2.2 Conteúdo referencial?

Diversas abordagens referencialistas são simpáticas à proposta de que proferimentos de sentenças contendo nomes vazios expressam uma proposição lacunada. Proposições lacunadas são proposições estruturadas que, presumidamente, refletem o conteúdo referencial de um proferimento de uma sentença contendo um nome vazio³⁷. O conteúdo

³⁷Exemplos de referencialistas que assumem a proposta são Braun (1993, 2005), Adams, Fuller e Stecker (1997), Salmon (1998), Taylor (2000), Friend (2011), e Predelli (2017); Ponte, Korta e Perry (no prelo) também flertam com a proposta, mas não a assumem por completo. A proposta apresentada por Adams, Fuller e Stecker (1997) e Taylor (2000) assume um mecanismo descritivista substituindo o conteúdo referencial do nome próprio em casos onde a referência é falha. A substituição do nome próprio pela descrição definida, segundo os autores, é realizada

referencial de um proferimento de uma sentença contendo um nome com referente é dado pela seguinte estrutura:

<INDIVÍDUO, é-predicado>.

De maneira similar, o proferimento de uma sentença contendo um nome vazio, segundo a proposta, é dado do seguinte modo:

<___, é-predicado>

Onde ‘___’ é a contribuição realizada pelo nome vazio para o conteúdo referencial. Proposições lacunadas, desse modo, são incompletas; ainda assim, entretanto, são proposições. A proposição é incompleta dado que o local usualmente ocupado por um indivíduo na estrutura proposicional usual não é ocupado. A proposição ainda é uma proposição no sentido que reflete o conteúdo referencial comunicado pelo falante no proferimento de uma sentença contendo um nome vazio – dado que o nome não possui referente, a lacuna da proposição lacunada reflete o vazio do nome vazio. De modo mais claro, tomemos o seguinte exemplo:

(41). Zeus é grego.

O nome ‘Zeus’ é vazio. Um proferimento dessa sentença, segundo a proposta, veicula o seguinte conteúdo referencial:

(41_r). <___, é-grego>

Um primeiro problema que podemos apontar para a proposta é que o conteúdo referencial de todo nome vazio é o mesmo. De modo mais claro, tomemos a seguinte sentença:

(42). Poseidon é grego.

O nome ‘Poseidon’ é vazio. Logo, um proferimento dessa sentença veicula o seguinte conteúdo referencial:

por uma implicatura feita pelo ouvinte do proferido; essa implicatura é disparada dado o fato de que o falante proferiu uma sentença cujo conteúdo referencial é dado por uma proposição lacunada. Essa proposta não é discutida aqui, dado que seu maquinário difere significativamente do proposto por uma teoria referencial-reflexiva. Críticas a essa proposta são apontadas por Everett (2003) e Green (2007). As propostas de Salmon (1998) e Predelli (2017), por sua vez, não se aplicam a nomes ficcionais, dado que Salmon assume que esses nomes não são vazios, e Predelli assume que nomes ficcionais não são realmente nomes.

(42_r). <___, é-grego>

Desse modo, proferimentos de (41) expressam o mesmo conteúdo referencial que um proferimento de (42). O resultado é contraintuitivo, dado que as condições de verdade que associamos a um proferimento de (41) são diferentes das condições de verdade que associamos a proferimentos de (42).

De modo a contornar esse problema, Braun (1993, 2005) propõe que relacionemos ao conteúdo referencial expressado por uma sentença contendo um nome vazio certos pressupostos cognitivos que refletem nossas crenças relacionadas aos usos desse nome. Usos de um nome próprio são associados a usos desse mecanismo cognitivo. O mecanismo empregado é bastante semelhante à ideia de noção proposta por Perry. É devido ao emprego dessas noções que tomamos proferimentos de (41) e (42) como associados a condições de verdade distintas. Assim sendo, explicitando o mecanismo na estrutura proposicional, temos:

(41_{r+i}). <___*Nt*(*Zeus*), é-grego>

(42_{r+i}). <___*Nt*(*Poseidon*), é-grego>

Por fim, complementando sua proposta, Braun assume que o conteúdo referencial associado a proferimentos de sentenças contendo nomes próprios é associado a seguinte condição de verdade, semelhante às condições propostas por uma lógica livre negativa:

Se P é uma proposição que possui apenas uma posição ocupada por um sujeito e apenas uma posição ocupada por um predicado unário, então a proposição P é verdadeira se e somente se a posição do sujeito é ocupada por um e apenas um objeto, e esse objeto satisfaz a propriedade predicada. Se P não é verdadeira, então P é falsa. (BRAUN, 1993)

Duas objeções podem ser feitas para a proposta de Braun. Inicialmente, as condições de verdade propostas pelo autor enfrentam os mesmos problemas que um tratamento para nomes vazios baseados em uma lógica livre negativa. Há proferimentos de sentenças contendo nomes vazios que, intuitivamente, expressam proposições verdadeiras. Esse problema, por sua vez, parece ainda mais grave no tratamento de nomes ficcionais, assim como evidenciado pela análise de usos paraficcionais, metaficcionais, compostos, mistos, e interficcionais.

Do mesmo modo, temos que noções não estão envolvidas no conteúdo referencial da proposição expressa; a função de uma noção, no

modelo de Braun, é apenas auxiliar o reconhecimento do proferimento como sendo acerca de algo. Assim sendo, as condições de verdade de proferimentos contendo nomes vazios não envolvem as noções utilizadas, mas somente o conteúdo referencial veiculado pelo proferimento. Como consequência, temos que todas as proposições expressas por proferimentos de sentenças contendo nomes vazios falham a satisfazer as condições de verdade pelo mesmo motivo. Essa consequência é contraintuitiva. Dado que, intuitivamente, tomamos um proferimento de (41) como expressando uma proposição falsa pelo fato de que não há um indivíduo referido pelo nome próprio ‘Zeus’ que satisfaça o predicado ‘é-grego’. De maneira semelhante, um proferimento de (42) expressa uma proposição falsa dado que não há um indivíduo referido pelo nome próprio ‘Poseidon’ que satisfaça o predicado ‘é-grego’. A estrutura apresentada por proposições lacunadas, entretanto, não reflete essas intuições.

Uma teoria referencial-reflexiva que adota proposições lacunadas, entretanto, não é alvo de nenhuma dessas objeções. A proposta referencial-reflexiva assume que uma série de proposições são associadas ao proferimento de uma sentença contendo um termo singular, evitando a primeira objeção. Do mesmo modo, em uma análise de um proferimento de (41), assumindo proposições lacunadas, temos as seguintes proposições:

(41_r). <___, é-grego>

(41_n). A rede explorada contém uma condição de permissividade que associa o nome ‘Zeus’ a um objeto, e esse objeto é grego.

(41_i). $Nt(Zeus)$ é grego.

(41_s). O indivíduo que proferiu essa sentença fez uso de $Nt(Zeus)$, e essa noção é parte da rede que contém uma condição de permissividade que associa o nome ‘Zeus’ a um objeto, e esse objeto é grego.

(41_u). Essa sentença foi proferida por um indivíduo, e esse indivíduo fez uso de $Nt(Zeus)$, e essa noção é parte da rede que contém uma condição de permissividade que associa o nome ‘Zeus’ a um objeto, e esse é grego.

Do mesmo modo, um proferimento de (42) veicula as seguintes proposições:

(42_r). <___, é-grego>

(42_n). A rede explorada contém uma condição de permissividade que associa o nome ‘Poseidon’ a um objeto, e esse objeto é grego.

(42_i). $Nt(Poseidon)$ é grego.

(42_s). O indivíduo que proferiu essa sentença fez uso de $Nt(Poseidon)$, e essa noção é parte da rede que contém uma condição de permissividade que associa o nome ‘Poseidon’ a um objeto, e esse objeto é grego.

(42_u). Essa sentença foi proferida por um indivíduo, e esse indivíduo fez uso de $Nt(Poseidon)$, e essa noção é parte da rede que contém uma condição de permissividade que associa o nome ‘Poseidon’ a um objeto, e esse é grego.

Cada uma dessas proposições é relacionada a uma condição de verdade. As condições de verdade são diferentes em cada proferimento, dado que apenas o nível referencial veiculado é o mesmo. Dado que o nível referencial é lacunado, podemos assumir que os participantes de uma conversa não fazem uso do conteúdo referencial, e exploram o nível de informação relevante para o objetivo da conversa. Da mesma maneira, o objetivo da conversa fixa o modo como valoramos as proposições expressadas. Sendo assim, as condições de verdade variam, evitando o problema apresentado por um tratamento semelhante ao proposto por uma lógica livre.

Problemas podem ser identificados, entretanto, com o próprio conceito de proposições lacunadas. Mousavian (2011) argumenta que, em uma proposta referencialista, proposições lacunadas melhor representam estruturas proposicionais do que proposições de fato. Inicialmente, o autor aponta que, se a lacuna de uma proposição for tomada como representando um objeto, ou seja, como um lugar “ocupado” na proposição, então essa lacuna vai contra a definição de conteúdo referencial defendida pelo referencialismo.

De modo mais claro, voltemos a um proferimento de (41). Dado um proferimento dessa sentença, seu conteúdo referencial pode ser representado, segundo o teórico de proposições lacunadas, por (41_r). A proposição é dividida em duas partes: a lacuna, e é-grego. (41), do mesmo modo, pode ser dividida em duas partes: o nome próprio ‘Zeus’ e o predicado ‘é grego’. A contribuição do predicado para o conteúdo referencial, de modo usual, é dado por um conjunto; em (41), o predicado ‘é grego’ contribui com o conjunto de indivíduos que são gregos. A contribuição do nome próprio, segundo referencialismo, é dado pelo referente desse nome; dado que o nome ‘Zeus’ não possui referente, esse,

segundo o referencialismo, não contribui com um objeto algum. Assim sendo, ___ é um espaço vazio; a lacuna apenas reflete a estrutura da proposição, não a contribuição realizada por um nome que não possui referente³⁸. Ou seja, proposições lacunadas são mais semelhantes a estruturas proposicionais do que a proposições.

Por fim, podemos apontar que a teoria referencial-reflexiva apresenta um mecanismo que não precisa de proposições lacunadas. Dado que a informação veiculada por um proferimento de uma sentença contendo um nome vazio raramente leva em consideração o conteúdo referencial, e dado que falantes possuem outros conteúdos para explorar em proferimentos dessas sentenças, proposições lacunadas são uma adição supérflua à teoria. Adicionar o conceito à proposta é, talvez, mais prejudicial do que favorável.

4.3 UM TRATAMENTO REFLEXIVO-REFERENCIAL PARA NOMES FICCIONAIS

O tratamento proposto pela teoria referencial-reflexiva para nomes vazios tem como ponto de partida a implementação da proposta de Donnellan (1974) onde uma cadeia histórico-causal pode conter blocos que impedem a identificação do referente de um nome próprio. O tratamento de nomes próprios subjacente à proposta referencial-reflexiva é o de rede de noções; blocos são introduzidos no tratamento devido a uma falha na relação da noção utilizada como foco cognitivo no ato de referência e o (suposto) objeto a ser referido.

Blocos, segundo Perry (2001), são incorporados em redes de noções de quatro maneiras: em noções cuja origem é dada por falsas percepções, em noções cuja origem é dada por falsas percepções de atos de referência, em confusões entre a noção utilizada e a informação adquirida, e em noções criadas livremente. Todas essas noções, entretanto, ainda possuem a capacidade de sustentar uma rede (de noções), garantindo que mesmo no caso de nomes vazios, uma prática de uso de um nome ainda pode ser estabelecida. Usos do mesmo nome com a intenção de referir ao mesmo objeto co-correferem, garantindo assim que proferimentos de um nome na mesma rede de noção sejam tratados como acerca do mesmo objeto.

A teoria referencial-reflexiva sustenta que um proferimento de uma sentença expressa uma variedade de proposições que refletem o

³⁸Pela mesma razão, usar o conjunto vazio para representar o conteúdo de um nome sem referente vai contra a proposta referencialista.

conteúdo referencial e os conteúdos reflexivos das expressões utilizadas nesse proferimento. Desse modo, mesmo na falta de conteúdo referencial evidenciado em proferimentos de sentenças contendo nomes vazios, os conteúdos reflexivos ainda são comunicados. A teoria referencial-reflexiva, assim sendo, reconhece o limite do referencialismo no tratamento de nomes vazios e suplementa a proposta com diversas proposições que são comunicadas em proferimentos de sentenças contendo essas expressões.

A abordagem assume que, desse modo, o conteúdo explorado por participantes de uma conversa varia de acordo com as informações disponíveis no contexto e com o objetivo da conversa. Dado que nomes vazios não possuem referentes, informações acerca do conteúdo referencial expresso por proferimentos de sentenças contendo essas expressões não está disponível. Os participantes dessa conversa, por consequência, exploram algum conteúdo reflexivo veiculado pelo proferimento. Esse conteúdo explorado, por sua vez, em conjunto com o objetivo da conversa, determina o modo como a proposição expressada no proferimento deve ser valorada.

Proferimentos de sentenças em usos paraficcionais, metaficcionais, ficcionais, mistos e compostos têm como objetivo comunicar informações acerca de distintas situações; as condições de verdade de cada proferimento, assim sendo, variam. Comum em todos os usos temos o fato de que nomes ficcionais são tomados como vazios e a informação veiculada pressupõe que o ouvinte desse proferimento sabe que esses nomes são vazios, ou seja, não há pressuposição de existência. Por consequência, o conteúdo referencial não é necessário nas condições de verdade relacionadas a cada tipo de uso. Guiando todos os usos, desse modo, temos uma noção que é carregada com as informações acerca de um personagem. Em um uso paraficcional, por exemplo, informações comunicadas por proferimentos de sentenças contendo nomes ficcionais são avaliadas de acordo com o conteúdo da obra de ficção. De modo semelhante, em usos metaficcionais, as informações comunicadas por proferimentos de sentenças contendo nomes ficcionais fazem uso dessa noção, e o valor de verdade da proposição expressa é avaliado de acordo com as informações relacionadas a essa noção em relação ao mundo atual.

Decretos autorais apontam um caso mais complexo, onde a intenção do autor é estabelecer que o conteúdo usualmente associado a proferimentos da sentença fixada como conteúdo da obra devem ser tomados como verdadeiros. Logo, o autor ao proferir uma sentença contendo um nome ficcional em um decreto autoral tem como intenção que

o leitor compreenda algum conteúdo reflexivo disponível em seu proferimento, e faça-de-conta que os outros conteúdos (incluindo o conteúdo referencial) são satisfeitos por esse proferimento. Do mesmo modo, usos ficcionais são tomados como veiculando proposições de modo usual, porém seu proferimento é tomado como ocorrendo apenas de acordo com o conteúdo da obra.

Por fim, usos compostos, mistos, e interficcionais apresentam uma dificuldade para a abordagem, dado que as circunstâncias de valoração de cada uso não são claramente estabelecidas. Como alternativa, seguindo Walton (1990), podemos estabelecer que essas circunstâncias fazem parte de um jogo de faz-de-conta não guiado apenas pelo conteúdo de uma obra de ficção, mas sim pelo conteúdo relevante para esse proferimento; ou seja, um conteúdo que envolve o mundo real e o mundo de uma obra de ficção em casos compostos e mistos, e um conteúdo que envolve duas ou mais obras de ficção, no caso de usos interficcionais. O resultado é satisfatório; problemas, entretanto, podem ser levantados dado que uma teoria de faz-de-conta assume uma relação intrínseca entre imaginação e o modo como engajamos com obras de ficção.

Complementarmente, é levantada a possibilidade da teoria referencial-reflexiva expressar o conteúdo referencial veiculado por proferimentos de sentenças contendo nomes vazios como proposições lacunadas. Proposições lacunadas são proposições estruturadas cujo espaço que deveria ser ocupado por um indivíduo é vazio. Problemas usualmente apresentados por propostas referencialistas que assumem esse tipo de proposições são evitados na teoria referencial-reflexiva, e a incorporação da proposta é compatível com as considerações apresentadas por Perry. Assumir proposições lacunadas, entretanto, é supérfluo para a teoria, dado que diante de nomes vazios o conteúdo explorado nunca será o referencial – i.e. nunca é feito o uso de uma proposição lacunada. Proposições lacunadas, entretanto, podem ser problematizadas pela própria definição de estrutura proposicional. As vantagens apresentadas pela posição, desse modo, são discutíveis.

5 CONCLUSÃO

O objetivo desse trabalho foi apresentar um tratamento referencialista para nomes ficcionais partindo do pressuposto que personagens da ficção não existem. O problema discutido surge da hipótese defendida pelo referencialismo onde o significado de um nome próprio é dado pelo referente dessa expressão. Dado que nomes ficcionais nomeiam personagens da ficção, e personagens da ficção não existem, temos que nomes ficcionais, *prima facie*, não possuem significado. A conclusão, de todo modo, é indesejada.

Partindo de considerações feitas por Braun (1993, 2005), são definidas duas questões que devem ser respondidas por qualquer proposta referencialista cujo objetivo é proporcionar um tratamento adequado para nomes sem referente. As questões são divididas em o problema do significado de nomes sem referentes:

Nomes ficcionais não possuem referente. O referencialismo assume que o significado de um nome é dado pelo seu referente. Segundo o referencialismo, desse modo, nomes ficcionais não possuem significado. Nomes ficcionais, entretanto, ainda são utilizados para falar acerca de personagens da ficção; ou seja, indivíduos ainda compreendem nomes ficcionais como acerca de algo.

E o problema do significado de sentenças contendo nomes sem referente:

Nomes ficcionais não possuem referente. O referencialismo assume que a contribuição de um nome próprio para a proposição expressada no proferimento de uma sentença é o referente desse nome. Segundo o referencialismo, desse modo, nomes ficcionais não contribuem com nenhum conteúdo para a proposição expressada. Compreendemos, entretanto, proferimentos de sentenças contendo nomes ficcionais como comunicando informações acerca dos personagens aos quais relacionamos esse nome.

De modo complementar, tratando-se das peculiaridades de nomes ficcionais, são estabelecidos diferentes tipos de uso em relação ao modo como valoramos o discurso realizado; essa diferença, por sua vez, deve ser refletida em um tratamento adequado desse conjunto de expressões. Inicialmente é estabelecida a diferença entre usos paraficcionais e metaficcionais: usos paraficcionais de sentenças contendo nomes ficcionais são proferimentos cuja proposição expressa é valorada de acordo

com o conteúdo estabelecido pela obra de ficção, enquanto usos metaficcionalis são proferimentos cuja proposição expressa é valorada de acordo com o estado de coisas do mundo atual. De modo a complementar essa dicotomia, é proposto um tratamento Griceano, onde a proposição expressa é determinada de acordo com a intenção do falante em seu proferimento; seguindo o tratamento proposto por Lewis (1978), usos paraficcionalis, desse modo, assim como proferimentos não literais, são proferidos com a intenção de que o ouvinte os compreenda como prefixados por um operador modal cujo escopo se dá sob um conjunto de mundos possíveis (ou impossíveis) que reflete o conteúdo da obra de ficção.

Complementar a esses usos, e seguindo o tratamento Griceano, a análise propõe também que sentenças contendo nomes ficcionais podem ser proferidas em decretos autorais, onde o autor da obra fixa o conteúdo veiculado como parte do conteúdo da obra de ficção. Usos ficcionais, onde o proferimento ocorre interno ao conteúdo da ficção, ou seja, no mundo onde a obra ocorre como fato. Do mesmo modo, fora da dicotomia metaficcional e paraficcional, são propostos três usos: compostos, mistos, e interficcionalis, cuja situação de valoração não é dada claramente em relação à obra de ficção ou ao mundo atual.

O tipo de referencialismo explorado aqui é o referencialismo crítico. Diferente de um referencialismo radical, o referencialismo crítico assume que é papel da semântica diferenciar de que modo proferimentos de duas sentenças com o mesmo conteúdo referencial podem ser valoradas de modos diferentes por um indivíduo racional; ou seja, o referencialismo crítico, assim como a abordagem Fregeana, é cognitivamente condicionado.

A abordagem investigada, por sua vez, é a teoria referencial-reflexiva, proposta por Perry (2001). Tratando-se de nomes próprios, a abordagem assume que essas expressões, assim como indexicais, são mecanismos de referência direta: nomes próprios referem. Sendo assim, a contribuição de um nome próprio para a proposição expressa é o referente dessa expressão – esse é conteúdo referencial de um nome próprio; de maneira similar, dado uma sentença contendo um nome próprio, o proferimento dessa sentença expressa uma proposição que tem como uma de suas partes um indivíduo, i.e. uma proposição singular. Esse comprometimento caracteriza a proposta como referencialista. Diferente de indexicais, entretanto, o autor assume que o modo como a relação entre um nome próprio e o referente dessa expressão é dada não é mediado por condições de identificação, mas sim de modo direto; assim sendo, nomes próprios nomeiam. Esse comprometimento,

seguindo a definição apresentada por Predelli (2017), em conjunto com a hipótese referencialista, caracteriza a posição do autor como Milliana.

O tratamento proposto por Perry (2001) para nomes próprios parte da intuição onde o objeto referido em um ato de referência é determinado pela intenção do falante no proferimento de uma expressão. Perry propõe que o referente de todo ato de referência é determinado pelo foco cognitivo do indivíduo que realiza esse ato. Focos cognitivos, por sua vez, são guiados por uma noção que um indivíduo possui acerca de um objeto. Noções, de todo modo, são arquivos mentais, cognitivamente condicionados, onde são armazenadas informações que tomamos como acerca de um objeto. Usos de nomes próprios, assim sendo, são guiados por uma rede de noções do mesmo tipo, estabelecida com base em usos anteriores desse nome para referir ao mesmo indivíduo. Assim sendo, caracterizando a prática de uso de um nome, temos uma rede de noções.

Complementar ao conteúdo referencial, de modo a dar conta do conteúdo cognitivo, Perry propõe um multiproposicionalismo. Além do conteúdo referencial, o proferimento de uma sentença veicula um conjunto de proposições que refletem certas informações que associamos ao proferimento de acordo com o modo como compreendemos as expressões utilizadas. Como ponto de partida, e caracterizando a proposta como reflexiva, o autor propõe, seguindo Reichenbach (1947), que o conteúdo de uma proposição não é determinado em uma análise da sentença em conjunto com os parâmetros fornecidos pelo contexto, mas sim pela aplicação de certas regras reflexivas a proferimentos, ou *tokens*, dessas sentenças. Desse modo, dado o proferimento de uma sentença, temos, usualmente, uma proposição refletindo o conteúdo referencial, e diversas proposições que refletem as regras reflexivas associadas às expressões (*tokens*) instanciadas no ato de proferimento da sentença – ou seja, os conteúdos reflexivos associados a esse proferimento.

Desse modo, assumindo a abordagem de rede de noções, um tratamento de nomes próprios, seguindo Korta e Perry (2011), seria composto pelo conteúdo referencial, conteúdo reflexivo relativo à rede explorada, conteúdo reflexivo relativo ao indivíduo que realizou o proferimento (ao falante), e conteúdo reflexivo relativo ao proferimento realizado. A proposta, assim sendo, aponta que, dado que o proferimento de uma sentença contendo um nome próprio, inicialmente reconhecemos que o proferimento foi realizado, e dado o nosso conhecimento acerca das expressões utilizadas, podemos identificar um conteúdo (reflexivo) inicial, composto apenas pelas informações relacionadas aos *tokens* de expressões instanciados no proferimento. Esse conteúdo, por sua vez,

pode ser incrementado com informações contextualmente disponíveis, de modo a enriquecer o conteúdo explorado; alcançando assim os conteúdos relativos ao falante, à rede explorada, e o conteúdo referencial. Por fim, o conteúdo explorado em uma conversa pode variar não só de acordo com as informações disponíveis, mas também de acordo com o objetivo da conversa: em uma conversa acerca das crenças de um indivíduo, o conteúdo explorado se dá, usualmente, em um nível intencional (do falante ou da rede), não no nível referencial.

Proporcionando um tratamento para nomes vazios, Perry (2001) propõe que redes de noções podem ser suplementadas com “blocos”, assim como proposto por Donnellan (1974). Blocos são eventos que impedem a identificação de um referente ao retraçarmos os usos realizados em uma rede de noções para a origem dessa rede. Perry aponta que blocos são introduzidos em práticas de uso de nomes de quatro maneiras: por meio de noções cuja origem é dada por uma falsa percepção, por meio de falsas percepções de atos de referência, em confusões em relação a noção utilizada e a informação adquirida, e em noções criadas livremente. Mesmo na presença de blocos, entretanto, a prática de uso de um nome pode ser perpetuada, constituindo assim uma rede de noções cujo referente não pode ser identificado.

Tratando-se de nomes próprios, desse modo, temos uma prática de uso de um nome para falar acerca de um personagem que é sustentada por uma rede de noções cuja origem não pode ser identificada devido ao fato de que o referente do nome não existe. O bloco que impede essa identificação foi criado livremente pelo autor de uma obra no estabelecimento de um nome como nomeando certo personagem. Assim sendo, podemos elaborar uma resposta para o problema do significado de nomes sem referentes: compreendemos o nome ficcional como acerca de algo dado que a prática de uso desse nome, ou seja, a rede de noções que sustenta seu uso, ainda é composta por uma noção que é utilizada como foco cognitivo de modo a indicar que o uso de um nome é relacionado a certo personagem.

Voltando ao estabelecimento do nome como nomeando um personagem, temos que o autor, ao estabelecer a condição de permissividade que fixa certo nome como o nome de um personagem, realizou o seu ato consciente de que o objeto nomeado, i.e. o personagem ficcional, não existe. Assim sendo, dado que o autor sabe que não há um objeto de referência, não houve a intenção de referir a um indivíduo. Desse modo, temos que o objetivo do autor em proferimentos de sentenças contendo nomes ficcionais não é veicular informações acerca do referente da expressão utilizada; do mesmo modo, dado que não há referente, temos

que o conteúdo referencial por proferimento de sentenças contendo nomes ficcionais não está disponível. De todo modo, nomes ficcionais ainda são nomes. Logo, apresentando uma resposta para o problema do significado de sentenças contendo nomes sem referente, o conteúdo reflexivo associado a esses proferimentos ainda é veiculado; esses conteúdos, por conseguinte, são explorados por participantes de conversas onde essas expressões são utilizadas.

Partindo do fato de que nomes ficcionais não são usados com a intenção de referir, dado que, aparte de situações onde erros são cometidos, indivíduos que realizam proferimentos de sentenças contendo nomes ficcionais sabem que o referente do nome não existe – ou seja, que o objeto relacionado à noção utilizada como foco cognitivo é um personagem ficcional – temos que o conteúdo referencial não faz parte das condições de verdade da proposição expressa. Ponte, Korta e Perry (no prelo), com foco em usos paraficcionais, propõe que, desse modo, noções assumem um papel importante no estabelecimento dessas condições; em usos paraficcionais, os autores propõem que as condições de verdade são estabelecidas do seguinte modo, em sentenças do tipo ‘o personagem é P’, temos que: (i) há uma noção relacionada ao personagem alvo da sentença; (ii) há uma rede de noções relacionada à noção empregada no uso; (iii) o indivíduo que realizou o proferimento sabe que essa rede de noções termina em um bloco, dado que o nome proferido é relacionado a um personagem ficcional; (iv) a propriedade P predicada do personagem no proferimento da sentença é satisfeita por esse personagem de acordo com informações disponíveis nessa rede de noções.

Estendendo a proposta para a análise de usos estabelecidos aqui, temos, para usos paraficcionais:

$\exists x, \exists N, \neg \exists y$ onde x é o falante da sentença em um uso paraficcional, N é a rede de noção explorada por x no proferimento do nome, y é o personagem ficcional, e a noção associada a N contém a informação de que, de acordo com a história de ficção, esse personagem satisfaz o predicado P.

Para usos metaficcionais:

$\exists x, \exists N, \neg \exists y$ onde x é o falante da sentença em um uso metaficcional, N é a rede de noção explorada por x no proferimento do nome, y é o personagem ficcional, e a noção associada a N contém a informação de que o personagem é satisfaz o predicado P.

Tratando-se de decretos autorais, temos que, dado que o autor

sabe que o nome utilizado não refere a um objeto, temos que o conteúdo veiculado (e explorado) não deve ser o referencial, mas sim algum conteúdo reflexivo. Assumindo que a informação veiculada pelo proferimento é explorada em um nível intencional, temos uma proposição do tipo ‘ $Nt(Personagem)P$.’ Tratando-se de um decreto autoral, o autor fixa a proposição expressa como parte do conteúdo da obra. O leitor, na leitura da história, explora o conteúdo veiculado no proferimento do autor e faz-de-conta que o proferimento do autor obteve sucesso como um ato de referência usual, onde o personagem de ficção associado ao nome de fato existe. De maneira similar, usos ficcionais são compreendidos como veiculando – ou seja, o leitor faz-de-conta que – todos os conteúdos usuais, dado que o proferimento é realizado por personagens da história e ocorre apenas no mundo da ficção.

Por fim, de modo mais problemático, a caracterização de usos mistos, compostos e interficcionais faz uso da noção de jogos não oficiais de faz-de-conta proposta por Walton (1990) mimesis para a delimitação da situação de avaliação da proposição proferida. Jogos não oficiais de faz-de-conta são aqueles que fazem uso do conteúdo de uma obra de ficção de maneira idiossincrática. Assim sendo, para usos compostos e mistos, temos as seguintes condições de verdade:

$\exists x, \exists N, \neg \exists y$ onde x é o falante de uma sentença em um uso composto ou misto, N é a rede de noção explorada por x no proferimento de um nome ficcional, y é o personagem relacionado a esse nome e a noção associada a N contém a informação de que, em um jogo de faz-de-conta guiado pelo mundo atual e pelo conteúdo da obra ficcional em que y é personagem, y satisfaz o predicado estabelecido no proferimento.

Do mesmo modo, para usos interficcionais:

$\exists x, \exists N_1, \exists N_2, \neg \exists y_1, \neg \exists y_2$ onde x é o falante de uma sentença em um uso interficcional, N_1 e N_2 são as rede de noções exploradas por x no proferimento dos nomes ficcionais, y_1 é personagem relacionado ao nome cujo proferimento foi guiado por N_1 , e y_2 é personagem relacionado ao nome cujo proferimento foi guiado por N_2 , e as noções associadas a N_1 e N_2 contém a informação que, em um jogo de faz-de-conta guiado pelo conteúdo da obra ficcional em que y_1 é personagem em conjunto com o conteúdo da obra ficcional em que y_2 é personagem, y_1 satisfaz o predicado estabelecido no proferimento.

Por fim, foi apresentada uma discussão acerca de uma proposta,

relativamente comum em abordagens referencialistas, de representar o conteúdo referencial de um proferimento de uma sentença contendo um nome vazio por uma proposição lacunada. Proposições lacunadas são proposições estruturadas do tipo $\langle _____, \acute{e}\text{-predicado} \rangle$, onde ‘ $_____$ ’ representa a ausência do referente do nome proferido. A proposta referencial-reflexiva evita as usuais objeções ao modelo, suplementando a abordagem com diferentes conteúdos reflexivos de modo a garantir a diferença entre as informações veiculadas em um proferimento. Do mesmo modo, a abordagem propõe uma flexibilidade no conteúdo explorado para o estabelecimento das condições de verdade, evitando problemas semelhantes aos enfrentados por lógicas livres negativas.

Postular proposições lacunadas, entretanto, é uma adição que pouco acrescenta ao poder explicativo da abordagem, dado que o conteúdo referencial não é explorado em contextos onde o referente da expressão referencial utilizada não é disponível. De todo modo, o próprio conceito de proposição lacunada pode ser problematizado. Mousavian (2011) argumenta que proposições lacunadas assemelham-se mais a estruturas proposicionais do que proposições de fato, dado que, na ausência de referente, não há contribuição de um termo singular para a proposição expressa: se a lacuna na proposição lacunada funciona como um objeto, a hipótese de que a contribuição para o conteúdo referencial de um termo singular é o referente dessa expressão é contrariada. Talvez, desse modo, não seja vantajoso para a abordagem referencial-reflexiva se comprometer com esse conceito.

5.1 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como diagnóstico final, os objetivos propostos pelo trabalho foram alcançados com sucesso. O tratamento referencial-reflexivo de fato dá conta da maior parte dos problemas apresentados. Algumas noções, é claro, podem ser refinadas. De modo complementar, é importante apontar que um problema pouco evidente aqui, porém bastante discutido no debate é automaticamente resolvido pela abordagem: o problema da identificação intersubjetiva (FRIEND, 2011; SALIS, 2013; GARCÍA-CARPINTERO, 2013). A intuição sobre a qual a proposta de rede de noções é construída é, de saída, uma solução para o problema: enquanto noções são subjetivas, uma rede de noções é intersubjetiva, ou seja, a referência a um objeto em uma rede de noções garante que diferentes indivíduos falam acerca do mesmo objeto mesmo na ausência de um referente.

De todo modo, dado o escopo do trabalho, algumas questões se mantêm em aberto. Inicialmente, uma lógica para o discurso ficcional pode, adequadamente, assumir a variação em relação às condições de verdade apresentadas pela teoria referencial-reflexiva; o resultado, *prima facie*, seria mais adequado que o proposto por uma lógica livre neutra ou negativa.

A caracterização dos usos abordados aqui pode ser refinada: a base para a diferenciação entre todos os usos foi feita em relação tanto à situação de avaliação da proposição expressa, quanto da intenção do falante no proferimento da sentença. Uma abordagem baseada em apenas uma dessas noções possivelmente pode ser alcançada.

A relação entre imaginação e ficção, por sua vez, apresenta um problema para as definições de usos metaficcionais e paraficcionais apresentadas aqui. O tratamento proposto aqui assemelha-se ao realizado por Lewis (1978) e Currie (1990), em contraste com o paradigma vigente, estabelecido por Walton (1990). Walton argumenta que ficção é necessariamente dependente da imaginação, em todo e qualquer uso. Tratamentos como o de Friend (2011, 2014) e Maier (2017a, 2017b) partem desse pressuposto. O tratamento apresentado, entretanto, toma como ponto de partida as diferenças apresentadas pelas circunstâncias de valoração relacionadas a cada uso. Do mesmo modo, a falta de evidências da relação pressuposta por Walton, aponta Zucchi (2017), constitui uma motivação e uma justificativa para a escolha realizada. O modelo Griceano assumido no trabalho, entretanto, é compatível com ambas as propostas.

A proposta Griceana para decretos autorais, desenvolvida por autores como Davies (2015) Davies (2015), é bastante aceita no debate. Inicialmente, a associação entre esses proferimentos e imaginação pode ser problematizada. Ataques ao paradigma foram apresentados por ??; autores como Austin (1962) e Searle (1969, 1975), em contrapartida, classificam decretos autorais como um uso não sério da linguagem, mais próximo de um fingimento do que de um convite.

Por fim, considerações acerca da relação entre a identidade de personagens com o mesmo nome presentes em obras diferentes, e a relação entre nomes de indivíduos reais em obras de ficção foram deixadas de fora desse trabalho. Ambos os problemas envolvem noções metafísicas e epistemológicas que vão além do escopo desse trabalho. Uma resposta negativa ao problema é oferecida por Frege:

Se *Don Carlos* de Schiller for reconhecido como parte da história [real], então grande parte do drama seria falso. Uma obra de ficção, entretanto, não deve ser le-

vada a sério desse modo: seu conteúdo é ficcional. Até mesmo os nomes próprios presentes no drama, mesmo quando esses correspondem aos nomes de pessoas históricas, são apenas nomes de mentira; esses não são levados a sério em uma obra ficcional. (FREGE, 1979)

Uma resposta positiva, em contrapartida, é proposta por Kripke:

Apenas porque algo ocorre em uma história [de ficção], não significa que aquela entidade nomeada é ficcional. Há histórias ficcionais, por exemplo, sobre Napoleão – a pessoa real – onde em discussões acerca dessas histórias é afirmado que Napoleão realmente existe, enquanto, na história, seu cachorro fiel, Fido, não – ele [Fido] é ficcional. (KRIPKE, 2013)

Kroon (1994a, 1994b) aponta objeções, semelhante aos problemas apresentados por Frege acerca do conteúdo cognitivo, para a abordagem Kripkeana. De todo modo, Ponte, Korta e Perry (no prelo), partindo da ideia de que diferentes tipos de uso são caracterizados por diferentes redes de noções, se colocam no campo Fregeano. Uma resposta definitiva para a questão, entretanto, precisa ser investigada.

REFERÊNCIAS

- ADAMS, F.; FULLER, G.; STECKER, R. The semantics of fictional names. *Pacific Philosophical Quarterly*, Wiley-Blackwell, v. 78, n. 2, p. 128–148, 1997.
- AUSTIN, J. L. *How to Do Things with Words*. [S.l.]: Clarendon Press, 1962.
- BADURA, C.; BERTO, F. Truth in fiction, impossible worlds, and belief revision. *Australasian Journal of Philosophy*, p. 1–16, 2018.
- BERTO, F. Modal meinongianism and fiction: the best of three worlds. *Philosophical Studies*, Springer, v. 152, n. 3, p. 313–334, 2011.
- BONOMI, A.; ZUCCHI, S. A pragmatic framework for truth in fiction. *Dialectica*, Wiley Online Library, v. 57, n. 2, p. 103–120, 2003.
- BRAUN, D. Empty names. *Noûs*, Wiley-Blackwell, v. 27, n. 4, p. 449–469, 1993.
- BRAUN, D. Empty names, fictional names, mythical names. *Noûs*, v. 39, n. 4, p. 596–631, 2005.
- BURGE, T. Truth and singular terms. *Noûs*, Wiley-Blackwell, v. 8, n. 4, p. 309–325, 1974.
- BURKS, A. W. Icon, index, and symbol. *Philosophy and Phenomenological Research*, International Phenomenological Society, v. 9, n. 4, p. 673–689, 1948.
- CORAZZA, E. *Reflecting the Mind: Indexicality and Quasi-Indexicality*. [S.l.]: Oxford University Press UK, 2004.
- CURRIE, G. *The Nature of Fiction*. [S.l.]: Cambridge University Press, 1990.
- CURRIE, G. *Narratives and Narrators: A Philosophy of Stories*. [S.l.]: Oxford University Press, 2010.
- DAVIES, D. Fictive utterance and the fictionality of narratives and works. *British Journal of Aesthetics*, v. 55, n. 1, p. 39–55, 2015.
- DICKIE, I. How proper names refer. *Proceedings of the Aristotelian Society*, Wiley-Blackwell, v. 111, n. 1pt1, p. 43–78, 2011.

- DICKIE, I. *Fixing Reference*. [S.l.]: Oxford University Press, 2015.
- DONNELLAN, K. S. Reference and definite descriptions. *The philosophical review*, JSTOR, v. 75, n. 3, p. 281–304, 1966.
- DONNELLAN, K. S. Proper names and identifying descriptions. *Synthese*, Springer, v. 21, n. 3-4, p. 335–358, 1970.
- DONNELLAN, K. S. Speaking of nothing. *Philosophical Review*, Duke University Press, v. 83, n. 1, p. 3–31, 1974.
- EVANS, G. The causal theory of names. *Aristotelian Society Supplementary Volume*, Wiley-Blackwell, v. 47, n. 1, p. 187–208, 1973.
- EVANS, G. *The Varieties of Reference*. [S.l.]: Oxford University Press, 1982.
- EVERETT, A. Empty names and ‘gappy’ propositions. *Philosophical Studies*, Springer, v. 116, n. 1, p. 1–36, 2003.
- EVERETT, A. Against fictional realism. *Journal of Philosophy*, Journal of Philosophy Inc, v. 102, n. 12, p. 624–649, 2005.
- EVERETT, A. *The Nonexistent*. [S.l.]: Oxford University Press, 2013.
- FREGE, G. Über sinn und bedeutung. *Zeitschrift für Philosophie und philosophische Kritik*, v. 100, p. 25–50, 1892. Trad. ‘On Sense and Reference’ by M. Black in *Translations from the Philosophical Writings of Gottlob Frege*, P. Geach and M. Black (eds. and trans.), Oxford: Blackwell, third edition, 1980.
- FREGE, G. Der gedanke. eine logische untersuchung. *Beiträge zur Philosophie des deutschen Idealismus*, I (1918–1919), p. 58–77, 1918. Trad. ‘The Thought: A Logical Enquire’ by P. Geach, *Mind*, Volume 65, Issue 1, 1 January 1956, Pages 289–311.
- FREGE, G. Logic. In: *Posthumous Writings*. [S.l.]: Blackwell, 1979. Trad. P. Long & R. White.
- FRIEND, S. Fictional characters. *Philosophy Compass*, Wiley-Blackwell, v. 2, n. 2, p. 141–156, 2007.
- FRIEND, S. Imagining fact and fiction. In: *New waves in aesthetics*. [S.l.]: Springer, 2008. p. 150–169.
- FRIEND, S. The great beetle debate: a study in imagining with names. *Philosophical Studies*, Springer, v. 153, n. 2, p. 183–211, 2011.

- FRIEND, S. VIII — fiction as a genre. In: WILEY ONLINE LIBRARY. *Proceedings of the Aristotelian Society (Hardback)*. [S.l.], 2012. v. 112, n. 2pt2, p. 179–209.
- FRIEND, S. Notions of nothing. In: *Empty Representations: Reference and Non-Existence*. [S.l.: s.n.], 2014.
- FRIEND, S. The real foundation of fictional worlds. *Australasian Journal of Philosophy*, Routledge, v. 95, n. 1, p. 29–42, 2017.
- GARCÍA-CARPINTERO, M. Indexicals as token-reflexives. *Mind*, Oxford University Press, v. 107, n. 427, p. 529–564, 1998.
- GARCÍA-CARPINTERO, M. Token-reflexivity and indirect discourse. *The Proceedings of the Twentieth World Congress of Philosophy*, Philosophy Documentation Center, v. 2000, p. 37–56, 2000.
- GARCÍA-CARPINTERO, M. Introduction: The problem of empty representation. In: GARCIA-CARPINTERO, M.; MARTI, G. (Ed.). *Empty Representations*. [S.l.]: Oxford University Press, 2013. p. 162–185.
- GREEN, M. S. Direct reference, empty names and implicature. *Canadian Journal of Philosophy*, University of Calgary Press, v. 37, n. 3, p. 419–447, 2007.
- GRICE, H. P. Meaning. *Philosophical Review*, Duke University Press, v. 66, n. 3, p. 377–388, 1957.
- GRICE, H. P. Vacuous names. In: *Words and objections*. [S.l.]: Springer, 1969. p. 118–145.
- HANLEY, R. As good as it gets: Lewis on truth in fiction. *Australasian Journal of Philosophy*, Taylor & Francis, v. 82, n. 1, p. 112–128, 2004.
- INWAGEN, P. V. Creatures of fiction. *American philosophical quarterly*, JSTOR, v. 14, n. 4, p. 299–308, 1977.
- KAPLAN, D. Dthat. In: COLE, P. (Ed.). *Syntax and Semantics*. [S.l.]: Academic Press, 1978. p. 221–243.
- KAPLAN, D. On the logic of demonstratives. *Journal of Philosophical Logic*, Springer, v. 8, n. 1, p. 81–98, 1979.

- KAPLAN, D. Afterthoughts. In: ALMOG, J.; PERRY, J.; WETTSTEIN, H. (Ed.). *Themes From Kaplan*. [S.l.]: Oxford University Press, 1989. p. 565–614.
- KAPLAN, D. Demonstratives. In: ALMOG, J.; PERRY, J.; WETTSTEIN, H. (Ed.). *Themes From Kaplan*. [S.l.]: Oxford University Press, 1989. p. 481–563.
- KORTA, K.; PERRY, J. The pragmatic circle. *Synthese*, Springer, v. 165, n. 3, p. 347–357, 2008.
- KORTA, K.; PERRY, J. *Critical Pragmatics: An Inquiry Into Reference and Communication*. [S.l.]: Cambridge University Press, 2011.
- KRIPKE, S. A. Naming and necessity. In: BYRNE, D.; KÖLBEL, M. (Ed.). *Philosophy*. [S.l.]: Routledge, 1980. p. 431–433.
- KRIPKE, S. A. Vacuous names and fictional entities. In: KRIPKE, S. A. (Ed.). *Philosophical Troubles. Collected Papers Vol I*. [S.l.]: Oxford University Press, 2011.
- KRIPKE, S. A. *Reference and existence: the John Locke lectures*. [S.l.]: Oxford University Press, 2013.
- KROON, F. Make-believe and fictional reference. *The Journal of Aesthetics and Art Criticism*, JSTOR, v. 52, n. 2, p. 207–214, 1994.
- KROON, F. A problem about make-believe. *Philosophical Studies*, Springer, v. 75, n. 3, p. 201–229, 1994.
- LEWIS, D. Truth in fiction. *American philosophical quarterly*, JSTOR, v. 15, n. 1, p. 37–46, 1978.
- LEWIS, D. Postscript to truth in fiction. In: *Philosophical Papers: Volume 1*. [S.l.]: Oxford: Oxford University Press, 1983.
- MAIER, E. Fictional names in psychologistic semantics. *Theoretical Linguistics*, De Gruyter, v. 43, n. 1-2, p. 1–45, 2017.
- MAIER, E. More on fictional names and psychologistic semantics: Replies to comments. *Theoretical Linguistics*, De Gruyter, v. 43, n. 1-2, p. 103–120, 2017.
- MAIER, E. Lying and fiction. In: MEIBAUER, J. (Ed.). *The Oxford Handbook of Lying*. [S.l.]: Oxford: Oxford University Press, no prelo.

- MARCUS, R. B. Modalities and intensional languages. *Synthese*, Springer, v. 13, n. 4, p. 303–322, 1961.
- MATRAVERS, D. *Fiction and narrative*. [S.l.]: OUP Oxford, 2014.
- MILL, J. S. *A System of Logic, Ratiocinative and Inductive*. [S.l.]: University of Toronto Press, 1843.
- MOUSAVIAN, S. N. Gappy propositions? *Canadian Journal of Philosophy*, University of Calgary Press, v. 41, n. 1, p. 125–157, 2011.
- NINAN, D. Names in fiction. *Theoretical Linguistics*, De Gruyter, v. 43, n. 1-2, p. 61–70, 2017.
- NOLT, J. Free logic. In: ZALTA, E. N. (Ed.). *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Fall 2018. [S.l.]: Metaphysics Research Lab, Stanford University, 2018.
- PARSONS, T. *Nonexistent Objects*. [S.l.]: Yale University Press, 1980.
- PERRY, J. Reflexivity, indexicality and names. In: KÜNNE, W.; NEWEN, A.; ANDUSCHUS, M. (Ed.). *Direct Reference, Indexicality and Propositional Attitudes*. [S.l.]: CSLI Publications, 1997. p. 3–19.
- PERRY, J. *Reference and reflexivity*. [S.l.]: CSLI Stanford, 2001.
- PONTE, M. de; KORTA, K.; PERRY, J. Truth without reference: The use of fictional names. *Topoi*, p. 1–11, no prelo.
- PREDELLI, S. *Contexts: Meaning, Truth, and the Use of Language*. [S.l.]: Clarendon Press, 2005.
- PREDELLI, S. *Proper Names: A Millian Account*. [S.l.]: Oxford University Press, 2017.
- PREDELLI, S. Determination and uniformity: The problem with speech-act theories of fiction. *Erkenntnis*, Springer, p. 1–16, no prelo.
- PRIEST, G. Sylvan's box: A short story and ten morals. *Notre Dame Journal of Formal Logic*, University of Notre Dame, v. 38, n. 4, p. 573–582, 1997.
- PRIEST, G. *Towards non-being*. [S.l.]: Oxford University Press, 2016.
- RAMI, D.; ZIMMERMANN, T. E. Imagination, psychologistic semantics, and the paradox of fictional names. *Theoretical Linguistics*, De Gruyter, v. 43, n. 1-2, p. 71–80, 2017.

- RECANATI, F. *Direct Reference: From Language to Thought*. [S.l.]: Blackwell, 1993.
- RECANATI, F. *Mental files*. [S.l.]: Oxford University Press, 2012.
- RECANATI, F. *Mental files in flux*. [S.l.]: Oxford University Press, 2016.
- RECANATI, F. II – fictional, metafictional, parafictional. *Proceedings of the Aristotelian Society*, v. 118, n. 1, p. 25–54, 2018.
- REICHENBACH, H. *Elements of Symbolic Logic*. [S.l.]: London: Dover Publications, 1947.
- REIMER, M.; MICHAELSON, E. Reference. In: ZALTA, E. N. (Ed.). *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Spring 2017. [S.l.]: Metaphysics Research Lab, Stanford University, 2017.
- RUSSELL, B. On denoting. *Mind*, Duke University Press, v. 14, n. 56, p. 479–493, 1905.
- RUSSELL, B. *Principles of Mathematics*. [S.l.]: Routledge, 1937.
- RUSSELL, B. *The Philosophy of Logical Atomism*. [S.l.]: Open Court, 1940.
- SAINSBURY, R. M. *Reference without referents*. [S.l.]: Clarendon Press, 2005.
- SAINSBURY, R. M. *Fiction and Fictionalism*. [S.l.]: Routledge, 2009.
- SAINSBURY, R. M. Fictional worlds and fiction operators. In: GARCIA-CARPINTERO, M.; MARTI, G. (Ed.). *Empty Representations*. [S.l.]: Oxford University Press, 2013. p. 277–289.
- SALIS, F. Fictional names and the problem of intersubjective identification. *dialectica*, Wiley Online Library, v. 67, n. 3, p. 283–301, 2013.
- SALMON, N. *Frege's Puzzle*. [S.l.]: Ridgeview, 1986.
- SALMON, N. Nonexistence. *Noûs*, Wiley Online Library, v. 32, n. 3, p. 277–319, 1998.
- SEARLE, J. R. *Speech acts: An essay in the philosophy of language*. [S.l.]: Cambridge university press, 1969.

SEARLE, J. R. The logical status of fictional discourse. *New literary history*, JSTOR, v. 6, n. 2, p. 319–332, 1975.

SOAMES, S. Lost innocence. *Linguistics and Philosophy*, Springer, v. 8, n. 1, p. 59–71, 1985.

SOAMES, S. Direct reference, propositional attitudes, and semantic content. *Philosophical Topics*, University of Arkansas Press, v. 15, n. 1, p. 47–87, 1987.

SPEAKS, J. Theories of meaning. In: ZALTA, E. N. (Ed.). *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Winter 2018. [S.I.]: Metaphysics Research Lab, Stanford University, 2018.

STALNAKER, R. C. Pragmatics. *Synthese*, Springer, v. 22, n. 1-2, p. 272–289, 1970.

STALNAKER, R. C. *Context and Content: Essays on Intentionality in Speech and Thought*. [S.I.]: Oxford University Press, 1999.

STOCK, K. I—fictive utterance and imagining. In: WILEY ONLINE LIBRARY. *Aristotelian Society Supplementary Volume*. [S.I.], 2011. v. 85, n. 1, p. 145–161.

STOCK, K. Imagining and fiction: some issues. *Philosophy Compass*, Wiley Online Library, v. 8, n. 10, p. 887–896, 2013.

STRAWSON, P. F. On referring. *Mind*, Oxford University Press on Behalf of the Mind Association, v. 59, n. 235, p. 320–344, 1950.

TAYLOR, K. A. Meaning, reference and cognitive significance. *Mind and Language*, v. 10, n. 1-2, p. 129–180, 1995.

TAYLOR, K. A. Emptiness without compromise. In: EVERETT, A.; HOFWEBER, T. (Ed.). *Empty Names, Fiction, and the Puzzles of Non-Existence*. [S.I.]: CSLI Publications, 2000. p. 17–36.

THOMASSON, A. L. *Fiction and metaphysics*. [S.I.]: Cambridge University Press, 1999.

VOLTOLINI, A. *How ficta follow fiction: A syncretistic account of fictional entities*. [S.I.]: Springer Science & Business Media, 2006.

WALTON, K. L. *Mimesis as Make-Believe: On the Foundations of the Representational Arts*. [S.I.]: Harvard University Press, 1990.

WETTSTEIN, H. Has semantics rested on a mistake? *Journal of Philosophy*, Journal of Philosophy Inc, v. 83, n. 4, p. 185–209, 1986.

WOODWARD, R. Truth in fiction. *Philosophy Compass*, v. 6, n. 3, p. 158–167, 2011.

YABLO, S. Nonexistence and aboutness: The bandersnatches of dubuque. Manuscripto disponível em: <http://mit.academia.edu/StephenYablo>. 2018.

YAGISAWA, T. Against creationism in fiction. *Noûs*, v. 35, n. s15, p. 153–172, 2001.

ZALTA, E. N. *Intensional Logic and the Metaphysics of Intentionality*. [S.l.]: MIT Press, 1988.

ZALTA, E. N. The road between pretense theory and abstract object theory. In: EVERETT, A.; HOFWEBER, T. (Ed.). *Empty Names, Fiction, and the Puzzles of Non-Existence*. [S.l.]: CSLI Publications, 2000. p. 117–147.

ZALTA, E. N. Referring to fictional characters. *Dialectica*, Wiley-Blackwell, v. 57, n. 2, p. 243–254, 2003.

ZUCCHI, S. Games of make-believe and factual information. *Theoretical Linguistics*, De Gruyter, v. 43, n. 1-2, p. 95–101, 2017.

APÊNDICE A – Sentenças e proposições

A.1 LISTA DE SENTENÇAS E PROPOSIÇÕES:

- (1). Eu estou aqui agora.
- (1_{r*}). José está na UFSC às 14 horas.
- (2). Russell é filósofo.
- (2_r). \langle RUSSELL, é-filósofo \rangle
- (3). Sherlock Holmes é um detetive.
- (3^P). **Nas histórias escritas por Conan Doyle**, Sherlock Holmes é um detetive.
- (3^M). **De acordo com o mundo atual**, Sherlock Holmes é um detetive.
- (3^A). Sherlock Holmes é um detetive.
- (3^F). Sherlock Holmes é um detetive.
- (3_i). Nt (Sherlock Holmes) é detetive
- (3_n). A rede explorada nesse proferimento contém uma condição de permissividade que associa o nome ‘Sherlock Holmes’ a algo, e esse algo é detetive.
- (3_i^P). **Nas histórias escritas por Conan Doyle**, Nt (Sherlock Holmes) é detetive.
- (3_n^P). A rede explorada nesse proferimento contém uma condição de permissividade que associa o nome ‘Sherlock Holmes’ a algo, e esse algo, **nas histórias escritas por Conan Doyle**, é detetive.
- (3_i^A). Nt (Sherlock Holmes) é detetive.
- (3_r^F). \langle Sherlock Holmes, é-detetive \rangle
- (4). Vulcan é um planeta.
- (4NEG). Vulcan não é um planeta.
- (5). Sherlock Holmes é um personagem ficcional.
- (5^P). **Nas histórias escritas por Conan Doyle** Sherlock Holmes é um personagem ficcional.

(5^M). **De acordo com o mundo atual**, Sherlock Holmes é um personagem ficcional.

(5_i). **Nt**(Sherlock Holmes) é um personagem ficcional.

(5_n). A rede explorada nesse proferimento contém uma condição de permissividade que associa o nome ‘Sherlock Holmes’ a algo, e esse algo é um personagem ficcional.

(5_i^M). **De acordo com o mundo atual**, **Nt**(Sherlock Holmes) é um personagem ficcional.

(5_n^M). A rede explorada nesse proferimento contém uma condição de permissividade que associa o nome ‘Sherlock Holmes’ a algo, e esse algo, **no mundo atual**, é um personagem ficcional.

(6). Sherlock Holmes foi escrito por Conan Doyle.

(7). Sherlock Holmes é personagem de ‘Um Estudo em Vermelho’.

(8). Sherlock Holmes vive em Londres.

(9). Vulcan orbita entre Mercúrio e o Sol.

(10). Watson vive no apartamento 221b da Baker Street.

(11). Nessie habita o Lago Ness.

(12). Odin é caolho.

(13). Sherlock Holmes é inglês.

(14). Sherlock Holmes é um astronauta

(15). Sherlock Holmes foi concebido por Conan Doyle no século XIX.

(16). Sherlock Holmes foi concebido por Conan Doyle no século XV.

(17). A primeira aparição do detetive Sherlock Holmes foi em ‘Um estudo em vermelho’.

(17_i). A primeira aparição do detetive **Nt**(*SherlockHolmes*) foi em ‘Um Estudo em Vermelho’.

(17_n). A rede explorada nesse proferimento contém uma condição de permissividade que associa o nome ‘Sherlock Holmes’ a algo, e esse algo é detetive e apareceu pela primeira vez em ‘Um Estudo em Vermelho’.

(18). Sherlock Holmes é mais inteligente que Conan Doyle.

(18_i). *Nt(SherlockHolmes)* é mais inteligente que Conan Doyle.

(18_n). A rede explorada nesse proferimento de ‘Sherlock Holmes’ contém uma condição de permissividade que associa esse nome a algo, e esse algo é mais inteligente que CONAN DOYLE.

(19). Sherlock Holmes é mais inteligente que Poirot.

(19_i). *Nt(SherlockHolmes)* é mais inteligente que *Nt(Poirot)*.

(19_n). A rede explorada nesse proferimento contém as condições de permissividade que associam o nome ‘Sherlock Holmes’ um objeto e o nome ‘Poirot’ há outro objeto diferente do objeto relacionado ao nome ‘Sherlock Holmes’, e o objeto relacionado ao nome ‘Sherlock Holmes’ é mais inteligente do que objeto relacionado ao nome ‘Poirot’.

(20). Hesperus é Vênus.

(21). Phosphorus é Vênus.

(22). Hesperus é Phosphorus.

(23). Hesperus é Hesperus.

(24). Conan Doyle é escocês.

(24_r). <CONAN DOYLE, é-escocês>

(24_{r*}). **Conan Doyle** é escocês.

(24_m). CONAN DOYLE é escocês.

(24_u). Essa sentença foi proferida por um indivíduo, e esse indivíduo fez uso de *Nt(ConanDoyle)*, e essa noção é parte da rede que contém uma condição de permissividade que associa o nome ‘Conan Doyle’ a um objeto, e esse objeto é Conan Doyle, e Conan Doyle escocês.

(24_s). O indivíduo que proferiu essa sentença fez uso de *Nt(ConanDoyle)*, e essa noção é parte da rede que contém uma condição de permissividade que associa o nome ‘Conan Doyle’ a um objeto, e esse objeto é Conan Doyle, e Conan Doyle escocês.

(24_i). *Nt(ConanDoyle)* é escocês.

(24_n). A rede explorada contém uma condição de permissividade que associa o nome ‘Conan Doyle’ a um objeto, e esse objeto é Conan Doyle, e Conan Doyle escocês.

(25). O autor de ‘Um Estudo em Vermelho’ é escocês.

(25_r). <autor-de-‘Um Estudo em Vermelho’, é-escocês>

(26). **Conan Doyle** é escocês, mas **Conan Doyle** poderia ser inglês.

(27). **O autor de ‘Um Estudo em Vermelho’** é escocês, mas **o autor de ‘Um Estudo em Vermelho’** poderia ser inglês.

(27’). **O autor de ‘Um Estudo em Vermelho’**, ou seja, Conan Doyle, é escocês; **o autor dessa obra**, entretanto, poderia ser outro indivíduo, sendo esse indivíduo, inglês.

(27’). **O autor de ‘Um Estudo em Vermelho**, ou seja, Conan Doyle, é escocês; **Conan Doyle**, entretanto, poderia ser inglês.

(28). A segunda potência de 2 é par.

(28_r). <segunda-potência-de-2, é-par>

(29). Eu sou escocês.

(29_r). <CONAN DOYLE, é-escocês>

(29_{r+c}). <CONAN DOYLE_{eu}, é-escocês>

(29_m). **O falante de 18** é escocês.

(30). David é músico.

(30_{r+c}). <DAVID BOWIE_{BOWIE}, é-músico>

(31). David é filósofo.

(31_{r+c}). <DAVID LEWIS_{LEWIS}, é-filósofo>

- (32). Saul Kripke é filósofo.
- (33). Platão é grego.
- (34). Bertrand Russell é inglês.
- (35). Gottlob Frege é alemão.
- (36). Você é escocês.
- (36_r). <CONAN DOYLE, é-escocês>
- (36_m). **O alvo do proferimento de 36** é escocês.
- (37). Papai Noel veste vermelho.
- (37_i). *Nt(PapaiNoel)* veste vermelho.
- (38). Gareth Evans é inglês.
- (39). Você é filósofo.
- (39_m). **O alvo do proferimento de 39** é filósofo.
- (39_r). <PETER STRAWSON, é-filósofo>
- (39_{r,*}). **Peter Strawson** é filósofo.
- (40). João acredita que Papai Noel veste vermelho.
- (40_n). João acredita que: a rede explorada em proferimentos do nome ‘Papai Noel’ contém uma condição de permissividade que associam esse nome a um objeto, e esse objeto veste vermelho.
- (41). Zeus é grego.
- (41_r). <___, é-grego>
- (41_{r+i}). <___*Nt(Zeus)*, é-grego>
- (41_n). A rede explorada contém uma condição de permissividade que associa o nome ‘Zeus’ a um objeto, e esse objeto é grego.
- (41_s). O indivíduo que proferiu essa sentença fez uso de *Nt(Zeus)*, e essa noção é parte da rede que contém uma condição de permissividade que associa o nome ‘Zeus’ a um objeto, e esse objeto é grego.

(41_u). Essa sentença foi proferida por um indivíduo, e esse indivíduo fez uso de *Nt(Zeus)*, e essa noção é parte da rede que contém uma condição de permissividade que associa o nome ‘Zeus’ a um objeto, e esse é grego.

(42). Poseidon é grego.

(42_r). <___, é-grego>

(42_{r+i}). <___*Nt(Poseidon)*, é-grego>

(42_n). A rede explorada contém uma condição de permissividade que associa o nome ‘Poseidon’ a um objeto, e esse objeto é grego.

(42_i). *Nt(Poseidon)* é grego.

(42_s). O indivíduo que proferiu essa sentença fez uso de *Nt(Poseidon)*, e essa noção é parte da rede que contém uma condição de permissividade que associa o nome ‘Poseidon’ a um objeto, e esse objeto é grego.

(42_u). Essa sentença foi proferida por um indivíduo, e esse indivíduo fez uso de *Nt(Poseidon)*, e essa noção é parte da rede que contém uma condição de permissividade que associa o nome ‘Poseidon’ a um objeto, e esse é grego.